



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

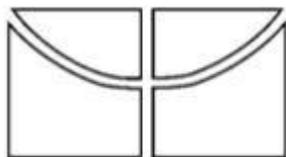
MIDIATIZAÇÃO DA PRAÇA ROOSEVELT:

**ESPAÇO URBANO, SKATE, CONFLITO E
NOVAS TECNOLOGIAS DA
COMUNICAÇÃO**



Daniel Ramos da Silva

BRASÍLIA
Julho de 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MIDIATIZAÇÃO DA PRAÇA ROOSEVELT:

**ESPAÇO URBANO, SKATE, CONFLITO E NOVAS TECNOLOGIAS
DA COMUNICAÇÃO**

Daniel Ramos da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação.
Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto

BRASÍLIA
Julho de 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MIDIATIZAÇÃO DA PRAÇA ROOSEVELT:

ESPAÇO URBANO, CONFLITO E NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO:

Daniel Ramos da Silva

Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto
Presidente da banca

Prof. Dra. Christiane Machado Coêlho
Avaliadora

Prof. Dra. Fernanda Casagrande Martinelli
Avaliadora

Prof. Dra. Thaís de Mendonça Jorge
Suplente

AGRADECIMENTOS

Não fossem o gozo e a dor dotados de sentido, característica da involução de nossa espécie em “humana”, não haveria maiores propósitos no contínuo da vida, que não a sobrevivência de um aglomerado de células. Abdicar, ou ser desapossado dos extremos, é ter podada a potência inerente à jornada imposta pela vida culturalmente orientada. Agradecerei, sempre, toda a potência que me for ofertada, desde o início e até o fim da jornada. Portanto, agradeço em primeiro lugar, minha família. Vocês são minha vida e eu, a de vocês. Entendendo que a potência da vida não se manifesta apenas no seio da família, agradeço a todas as demais vidas e jornadas que se cruzaram com a minha. A todos os amigos, muito obrigado pela presença constante. Presto aqui sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Tiago Quiroga, por construir, com a precisão e delicadeza de um ourives, o trilho de ferro fundido sem o qual a ordem não imperaria sobre o caos de minhas inquietações. Meu empenho não teria forma, não fosse sua dedicação, empatia e fé. Agradeço também ao Prof. Dr. Pedro Russi, o jardineiro, pela participação no processo de plantio e cultivo, através do questionamento constante, produtor de tantas reflexões. Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, pela acolhida, pela jornada e por proporcionar o encontro com dois de meus grandes mestres.

*“Convoque seu Buda, o clima tá tenso.
Mandaram avisar que vão queimar o Centro.
Já diz o ditado: ‘Apressado come crú’
(...) E se não resistir E desocupar*

*Entregar tudo pra Ele então
O que será?
Criolo*

RESUMO

Após passar dois anos em reforma, foi inaugurada, em 2012, a nova Praça Franklin Roosevelt, localizada na região central da cidade de São Paulo. Se antes da reforma a Praça era refugio de práticas não domesticadas e estigmatizadas, com a revitalização arquitetônica o equipamento urbano – anteriormente apelidado de equívoco de concreto – reapareceu de forma convidativa para ocupação generalizada. Dessa recente ocupação, novos lugares se formaram na Praça na medida em que ela concatenou formas divergentes de consumo e vivência desse/nesse espaço da cidade. Dentre essas formas, percebe-se a Praça como palco para eventos; como um nó dentro do circuito de consumo cultural e boêmio da cidade; como “pico” de skate; e como “vizinho problemático” para os apartamentos localizados em seu entorno. Práticas variegadas fizeram na Roosevelt seus lugares e, com a definição de suas fronteiras pela economia dos corpos e com a produção e distribuição de bens comunicacionais, trouxe a superfície, também, desentendimentos a respeito de como deveriam ser seus usos. A partir do cenário conflituoso estabelecido tanto pelos frequentadores e moradores da Praça Roosevelt, quanto por determinados veículos de comunicação, abre-se como aparato metodológico uma janela heurística, através da qual se procura entender a influência que as espacialidades – espaço traduzido em linguagem – exercem sobre as disputas de nomeação e significação do espaço urbano em um cenário tecnológico e cultural que conta com a disponibilidade da Web 2.0. A problemática esbarra em questões relacionadas à lógica de produção de espaço solidificada em políticas de globalização e se debruça sobre os enfrentamentos pelos quais a lógica global passa ao tentar abrir caminho em meio às variadas lógicas de produção de lugar existentes em uma ecologia rica como a urbana. Se valendo de uma etnografia em plataformas digitais, da análise de vídeos, fotos e textos, o presente trabalho entende a Web 2.0 como ingrediente responsável por acrescentar potência nas resistências locais, impremeditadas e de lógica horizontal, frente às tentativas de domesticação vertical da cidade e de seus usos.

Palavras chave: Cidade; Conflito; Espaço; Internet; Lugar; Skate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Skatista estrangulado pelo agente à paisana.....	22
Figura 2 – Agente da GCM disparando spray de pimenta contra skatistas	23
Figura 3 – Fachada do Cine Bijou	49
Figura 4 – Praça da Consolação como estacionamento.....	50
Figura 5 – Praça Roosevelt em Construção	52
Figura 6 – Praça Roosevelt na data de sua inauguração.....	52
Figura 7 – Praça Roosevelt dos céus.....	53
Figura 8 – Praça Roosevelt em dia chuvoso durante a reforma	109
Figura 9 – Bancos danificados pela prática do skate.....	112/113
Figura 10 – Chegada dos skatistas a Praça Roosevelt no <i>Skate Boarding Day</i>	114
Figura 11 – Rampa do <i>Skate Plaza</i>	117
Figura 12 – Consciência da prática como promotora de leitura e escrita no espaço.....	120
Figura 13 – Praça Roosevelt tomada por lixo.....	127
Figura 14 – Mutirão de limpeza da Praça	128
Figura 15 – Marquise do Parque Ibirapuera.....	157
Figura 16 – Klaus Bohms remando, parte de cima da Praça Roosevelt	157
Figura 17 – Borda de concreto, parte de cima da Praça Roosevelt	158
Figura 18 – Rod saltando sobre a escada “mirim”	158
Figura 19 – Luan de Oliveira executando manobra na “45”	159
Figura 20 - Luan de Oliveira saltando rampa de acesso.....	159
Figura 21 – Lucas “Stopa” Rabelo utilizando corrimão duplo.....	160
Figura 22 – Manobra no banco de madeira.....	160
Figura 23 – Skatista e frequentadores.....	161
Figura 24 – Salto na noite	161
Figura 25 – “São Paulo incentivando a disputa pelo espaço público”	162
Figura 26 – “Menina passa com seu skate em frente a placa de proibição”	162
Figura 27 – Monica Torres e Guilherme Abe saltam banco em frente à placa.....	163
Figura 28 – “É proibido? Nem ligamos”	163
Figura 29 – Taboas removidas do banco	164
Figura 30 – Monica Torres deslizando sobre mureta coberta por parafina.....	164

Figura 31 – Pinos anti-escorregantes removidos	165
Figura 32 – Corrimão duplo com tintura desgastada.....	165
Figura 33 – Presentes no evento “Crail Skate Livre”	166
Figura 34 – Banco com borda de metal.....	166
Figura 35 – Mureta similar a antiga mureta de mármore	167
Figura 36 – Corredor de público, fotógrafos e cinegrafistas.....	167
Figura 37 – Mar de público formado no DC Invitacional	168
Figura 38 – Cinegrafista skatista registrando manobra	168
Figura 39 – Trio de skatistas e seu cinegrafista	169
Figura 40 – Passeio com animais de estimação	169
Figura 41 – Encontro de ciclistas	170
Figura 42 – “Sessão Matinal na Praça Roosevelt”	170
Figura 43 – Rua e escadarias repletas de frequentadores.....	171
Figura 44 – Rodinha sob pergolado	171
Figura 45 – Policia abordando usuários da Praça.....	172
Figura 46 – Lixo deixado após evento.....	172

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1. Praça Roosevelt: apresentação dos conflitos atuais	15
1.1. A praça, os skatistas e os procedimentos midiáticos	18
1.2. O caso da Guarda Civil Metropolitana (GCM)	21
1.3. Um espaço híbrido, público, midiático: o <i>conflito</i> como janela heurística	24
1.4. Considerações sobre a <i>mediatização</i> da praça	33
2. Praça Roosevelt: história e problematização	38
2.1. De chácara a monstro de concreto	38
2.2. Políticas de urbanização e opinião pública	43
2.3. Efeitos de ordenação do espaço: vississitudes históricas	47
2.4. Espiral da decadência e fracasso dos projetos de modernização	54
3. Praça Roosevelt: a produção política do espaço	56
3.1. Espaço e natureza, interdependência e Estado	56
3.2. Apontamentos sobre <i>espaço</i> em Marx e Simmel	58
3.3. A ideologia da cidade capitalista	76
3.4. Fronteiras institucionais, fronteiras fenomenológicas	79
4. Praça Roosevelt: a cidade e a comunicação	90
4.1. O caminho metodológico: navegando entre <i>Facebook</i> , <i>Youtube</i> e <i>Twitter</i>	91
4.2. As espacialidades, territórios e lugares da Praça Roosevelt	100
4.3. A vitalidade da praça e a produção de um <i>lugar</i> problemático	121
4.4. A praça e o ideal de cidade global	132
4.5. Resistências heterogêneas e comunicacionais	138
5. Considerações finais	148
6. Referências Bibliográficas	153
7. Anexos	157

INTRODUÇÃO

Iniciado na década de 2000, o centro de São Paulo foi alvo de um intenso projeto de revitalização. A prefeitura da cidade, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a entidade sem fins lucrativos “Associação Viva o Centro”, executou uma série de obras em pelo menos quatro grandes praças de seu centro. Entre elas, a Roosevelt, um monumento à péssima execução arquitetônica do período ditatorial vivido no Brasil. Após milhões gastos com a reforma dessa praça, na data de sua reinauguração, a Roosevelt é “tomada” por uma multidão de skatistas. O projeto que tinha como prerrogativa a higienização do centro da cidade viu-se ameaçado pela presença massiva daqueles que objetivava expulsar. Não tardou e um conjunto de notícias, a maioria contendo forte tom reprovador quanto à ocupação dos skatistas testemunhada na inauguração da nova Praça Roosevelt, começaram a ser publicadas por grandes veículos de comunicação. Da mesma forma, uma série de comentários foram compartilhados pela internet a ponto de surgirem no *feed de notícias* do perfil pessoal de *Facebook* desse pesquisador que vos escreve e que reside em Brasília, Distrito Federal. Acompanhando os textos publicados, havia um número muitas vezes maior de comentários de internautas expressando suas opiniões a respeito do ocorrido naquela praça do centro de São Paulo. As opiniões não paravam de divergir. Muitas replicavam o tom de reprovação contidos nas notícias, outras advogavam por um espaço público democrático. Todos esses comentários eram de autoria de pessoas residentes na cidade de São Paulo.

Alguns meses após esse primeiro pico de atenção dado a Praça Roosevelt, skatistas são agredidos, no local, por agentes da Guarda Civil Metropolitana. Tal fato foi filmado por vários presentes no momento e se transformou em notícia. Mais uma vez, a praça recebia atenção de alguns veículos de comunicação – vale ressaltar, de maior circulação e consumo na cidade de São Paulo – e mais uma vez o conteúdo sobre Praça Roosevelt batia à porta digital desse pesquisador. Dessa vez, entretanto, o conteúdo veio em maior quantidade e de fontes variadas. Somando-se ao coro de notícias, havia textos de columnistas coléricos e vídeos de testemunhas. O ocorrido repercutiu nos espaços destinados a comentários em vários sítios eletrônicos. As opiniões continuavam a divergir e a curiosidade sobre o que ocorria naquela praça, tão

distante geograficamente desse pesquisador, foi aguçada. Por que, novamente, está batendo à minha porta digital tal acervo de textos e vídeos a respeito de um local, mais de mil quilômetros distante¹?

Com a movimentação iniciada por essa inquietação, a praça começou a ser pesquisada. Antiga, datada da década de 1960, aquela praça já havia sido estudada em diferentes áreas do saber. Entre teses, livros e dissertações produzidos, a Roosevelt fora recortada dentro da Arquitetura, da Comunicação, da História (das praças no Brasil) e da Geografia, sendo circunscrita em problemas muito específicos. Foram estudadas as referências arquitetônicas utilizadas na produção de seu projeto inicial, os escritórios de arquitetura envolvidos em seu projeto, enfim, coagularam-se na praça uma porção bastante variada de influências estéticas – que partem do modernismo clássico e seguem até a moda arquitetônica empregada nos Estados Unidos durante o período pós-guerra. Tais estudos arquitetônicos flertam com produções históricas a respeito das praças brasileiras – do papel material e semântico que as praças exerceram e exercem na Cidade – da Praça Roosevelt, em específico, de sua vizinhança e do contexto político e urbanístico no qual ela foi planejada e construída. Um período de ampla urbanização da cidade de São Paulo com adoção do paradigma da circulação e produção de grandes vias, seguido de intenções em compreender os desdobramentos históricos vividos na Roosevelt com o passar da ditadura militar, do período de desvalorização da região central da cidade, dos planejamentos de reformas e reparos, bem como da disputa entre as instâncias responsáveis por sua manutenção para livrarem-se de tal responsabilidade. Dentro do espectro de problemas geográficos, a Praça Roosevelt foi estudada como importante componente na questão imobiliária presente em São Paulo e como isso afetou o centro da cidade evidenciando como a produção do espaço diz respeito a políticas, interesses e ideologias específicas.

Enquadrando o período de migração dos estúdios de teatro e bares, que passaram a ocupar seu entorno no final da década de 1990, a praça como objeto de pesquisa da Comunicação foi circunscrita nas intenções de compreender os processos de significação pelos quais passou ao longo de sua história. Incluindo nesse percurso, de

¹ Segundo estimativas do *Google Maps*, utilizando o meio de transporte ao qual tenho acesso, a força motriz do próprio corpo, sem auxílio de qualquer tecnologia a não ser pares de sapatos, seriam necessárias 216 horas para chegar a Praça Roosevelt.

forma também central, o processo histórico de significação da Praça de acordo com os ciclos de consumo que se instauraram lá antes e após a sua construção na década de 1970; os estabelecimentos lá alocados, durante seus primeiros anos, foram protagonistas autodeclarados da reconfiguração simbólica do espaço da praça, que retornaria de forma tímida e *cult* ao circuito de consumo cultural da cidade. No entanto, ainda perdurava a questão do porquê tantas informações a respeito do cotidiano daquela praça alcançavam repercussão que extrapolava a cidade de São Paulo. Especialmente, através da internet, essa foi a interrogação que conduziu a curiosidade motivadora desta pesquisa. Buscando compreender o imbricamento entre a produção comunicacional feita sobre determinado espaço e os possíveis desdobramentos de tal acervo, com alto potencial de acessos via internet, sobre o espaço em questão, chegou-se ao tema Comunicação e Cidade.

Escalando os ombros dos gigantes que haviam desbravado a Roosevelt, o Espaço, a Cidade, o Skate e a Internet, como objetos de pesquisa, chegou-se ao recorte da pesquisa. A do partir do *conflito* como janela heurística, viés embasado sobremaneira entre a Comunicação e Sociologia, buscou-se compreender como a intervenção arquitetônica e os processos comunicativos, fluxos de sentido, respondem hoje por novas formas de constituição de práticas sociais e lógicas de pertencimento junto ao espaço urbano. Tal proposição é aqui perseguida através de dois entendimentos centrais: a) o Espaço é construído a partir das diversas lógicas de seu engendramento social; b) dos vários sentidos dados a ele competem tanto a dimensão física, presencial, quanto aos conteúdos divulgados pelos meios de comunicação nos quais estão contidos um espectro matizado de opiniões e semânticas. Neste sentido, nosso problema foi observar como essas competições, entre lógicas de produção do espaço, usos possíveis da matéria e sentidos publicamente divulgados, se reinseriam no espaço em questão, gerando vitalidade, escritas, territórios, lugares e leituras com enorme poder formatador.

O percurso da pesquisa está dividido em quatro sessões. No primeiro capítulo são apresentados os conflitos que atualmente caracterizam a praça Roosevelt, em especial, procura-se enfatizar a inserção das narrativas produzidas tanto por veículos de comunicação massiva quanto aquelas advindas das novas tecnologias. Destaca-se aí as dimensões semânticas do espaço e a forma pela qual a pesquisa abordou o conflito, valendo-se dele como anteparo metodológico e orientador de questões e considerações a respeito da característica fragmentária da opinião pública em um ambiente tecnológico

marcado pela existência e popularidade da Internet. Mais do que isso, a partir do fenômeno da *midiatização* da cidade, em que se toma o caso dos skatistas como objeto de análise, procura-se chamar atenção para o importante papel das novas tecnologias como recursos de luta, inserção e reconhecimento social. No segundo capítulo realiza-se uma leitura pela história da Praça Roosevelt que, de chácara afastada torna-se um equívoco de concreto, absolutamente carregado em massa construída e ausência de espaços verdes, em que emerge o tema das políticas de urbanização e opinião pública, bem como as vicissitudes históricas dos efeitos de ordenação do espaço os quais apontam, no caso de Roosevelt, para uma espiral de decadência e fracasso dos projetos de modernização. Procura-se destacar esse caminhar pela história, as consequências das políticas de produção e domesticação dos espaços da cidade, dando especial atenção à presença constante e sincrônica dos veículos de comunicação como produtores de sentido da cidade, como força deliberativa e bolsão de sentido, provedor de matéria prima significativa em esferas públicas específicas. Neste capítulo estão presentes elementos embrionários a respeito do ideal de *Cidade Global*, em que se observa de que forma há um conjunto as consequências urbanas que surgem com a instrumentalização mercadológica desses espaços. Trata-se de interrogações pertinentes a história recente da Praça Roosevelt, atravessada por causalidades e premeditações resultantes do desejo de uma São Paulo *mundializada*. Tendo em vista que os conceitos de *cidade global* e *globalização* são derivações intelectuais confeccionadas na intenção de compreender o fenômeno do *capitalismo*, o Capítulo 3 busca, na sociologia urbana, com especial destaque à matriz marxista, as fundamentações necessárias para estabelecer um diálogo entre a matéria da urbe e os processos de produção da natureza histórica, ou da história tornada natureza, entorno, ambiente e ecologia tecnológica de suporte a vida humana, amplamente atravessadas pela ideologia.

Por fim, o quarto capítulo é responsável pela conexão entre Comunicação e Cidade através da ponte estabelecida pelos dados quantitativos e etnográficos coletados pela pesquisa; por argumentar as escolhas metodológicas; e por reconstruir, a partir da matéria-prima proporcionada pela empiria, as espacialidades, territórios, lugares e vitalidade da Praça Roosevelt tendo como norte a ideia, central ao trabalho, de que na atualidade a disponibilidade de dispositivos tecnológicos e midiáticos ocupam papel chave nos aprendizados afetivos e políticos contidos na recursividade da vida cotidiana. Sendo componente chave da ecologia tecnológica, decorrente de um longo processo

tecnizador, na qual a vida humana nos grandes centros urbanos acontece, os dispositivos midiáticos e comunicativos não podem ser desconsiderados pelos empenhos, cientificamente conduzidos, de compreensão dos fenômenos sociais. Em outras palavras, a partir da moldura *conflito*, que evidencia as divergências sociais que perpassam a Praça, o quarto capítulo coloca em perspectiva a rede de ecologias sociotécnicas responsáveis por reinventar a relação entre bens comunicacionais e as cidades. A principal questão, norteadora da problematização, portanto, diz respeito ao papel que os bens comunicacionais passam a exercer na conformação de etiquetas urbanas, percepções e apropriações dos espaços da cidade na medida em que também exercem borramento entre as experiências de público e privado – seja no usufruto do espaço público, seja na produção e difusão desses bens, a respeito do público que se privatiza, em veículos e plataformas privadas – tendo em vista o contexto tecnológico da web 2.0. Sendo então o espaço uma produção histórica e um fenômeno sócio-cultural, sua conexão com o tempo presente da Comunicação pode ser mais próximo do que aparenta, a primeira vista.

1. Praça Roosevelt: uma apresentação dos conflitos atuais

Em completo abandono após várias falhas da administração pública em reformar e manter a praça em bom estado, com todos os seus usos arquitetonicamente programados disponíveis para utilização da população, o espaço da Roosevelt adentraria, desde meados da década de 1980, numa espiral de decadência física e simbólica. Ocupada por skatistas, moradores de rua, traficantes e usuários de drogas, com presença assídua de prostituição, a praça era considerada o lugar do medo², da marginalidade, espaço de uma ocupação não reconhecida como válida, não domesticada conforme determinado padrão e, portanto, produtora de sentidos e práticas bastante específicos. Seu entorno ficou despido de praticamente todo o comércio, muito presente nas décadas anteriores, sendo reduzido apenas a uma tabacaria. Em meados da década de 1990 era apenas um espaço pelo qual se contornava. Ao final dos anos 2000, ainda era um espaço considerado problemático. Mesmo com o entorno tendo seu sentido transformado pela presença de vários estúdios de teatro e bares, a praça em si era ocupada esporadicamente por outros, que não seus usuários habituais, apenas nos poucos dias de eventos, promovidos pela ação conjunta dos próprios teatros. E então veio o projeto de revitalização e a reforma.

No final de setembro do ano de 2012 foi inaugurada, em São Paulo, a nova praça Roosevelt. Após dois anos de reforma, a antiga *praça edifício* deu lugar a um espaço reinventado no centro da capital paulistana. O que foi por quase três décadas experienciado, principalmente, como lugar de abandono público, práticas sociais marginais e estigmatizadas, surgiu como espaço oficialmente *resetado* pela administração pública. Uma resultante das políticas de revitalização do equipamento urbano do centro da cidade de São Paulo. Programado e executado na primeira década dos anos 2000, o processo de reordenação urbana, que teve como alvo também outras praças do centro da cidade, não trouxe consigo apenas a reestruturação de sua arquitetura. Com a demolição do antigo edifício-praça também seriam demolidos

² Como visto na seguinte declaração: “Em 95 não tinha nenhum teatro aqui, essencialmente tinham duas lojas só: uma barbearia e uma papelaria. Não tinham restaurantes, esse tipo de coisa. Ainda se considerava uma área perigosa, ainda existiam assaltos, venda de drogas de uma maneira bastante aberta”. (Transcrição da fala de Luiz Cuza, então presidente da Ação Local Praça Roosevelt, durante a realização do minidocumentário, feita a partir do vídeo “Família Roosevelt, uma praça, muitas histórias”, postado na plataforma Youtube no dia 28/11/2011). Link: https://www.youtube.com/watch?v=uGmMhue_ UvI.

sentidos de pertencimento que majoritariamente atrelavam-se ao concreto do local. Se, de um lado, grupos “marginais” que tinham aquele espaço como seu lugar e que, através de suas práticas, extrapolavam certo imaginário geral paulistano, foram desapossados de seu território, por outro, um conjunto de novas práticas passaram a compor a ecologia da Praça viabilizando, a sua própria maneira, outros sentidos da Roosevelt. Essa transformação se apresentou no encontro ocorrido entre grupos remanescentes e o conjunto de novos usuários do reformado equipamento urbano. Aqueles que por décadas, sendo moradores ou não do entorno da Roosevelt, não transitavam por ali, ou transitavam muito pouco, mas não ocupavam o espaço, passaram a fazê-lo sobremaneira. Ao final da reforma, que durou de 2010 a setembro de 2012, na ocasião da demolição do antigo prédio pentagonal, bem como de suas várias camadas de praça que faziam de seu interior um espaço pouco convidativo e de difícil acesso, novos e diversos grupos de usuários passaram a ocupar a praça. Ou seja, a inauguração da *nova* Roosevelt trouxe uma configuração muito pouco pacífica. Na realidade, o processo de revitalização trouxe uma transformação traumática para a praça e seu entorno. Foi demolida e construída outra praça no lugar. Inicialmente a transformação traria um espaço com enorme potencial para encontros. De fato, é comum que as políticas de revitalização promovam transformações estéticas dos espaços urbanos com intenção de gerar, a partir disso, experiências de reocupação e domesticação desses espaços, muitas vezes abandonados e ocupados por práticas indesejadas ou grupos de sujeitos socialmente estigmatizados (Leite, 2008). Erigindo fronteiras próprias, que apontem o espaço alvo do processo como um lugar para uso extensivo do lazer, da cultura, do turismo, do consumo, etc, o caso da Roosevelt não foi muito diferente disso.

O marketing urbano, cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções urbanas voltadas à transformação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção na “concorrência inter-cidades”, através do uso estratégico do patrimônio, a mais recorrente característica dessas intervenções urbanas tem sido uma re-localização estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio uma mercadoria cultural, possível de ser reapropriada pela população e pelo capital. (LEITE, 2008, p. 36)

Toda a estrutura causadora da desvalorização da região na qual se constituiu o próprio concreto um sentido degradado, cedeu lugar a uma praça mais atrativa, capaz de promover a sensação de um novo começo. Entretanto, à revelia das intenções de se

produzir um recomeço para Roosevelt a partir de sua completa reformulação arquitetônica, nem todas as demarcações foram apagadas com a demolição. Em geral, os moradores de rua, o tráfico de drogas e a prostituição não viram mais atrativos no novo espaço, agora amplamente aberto. Entretanto, junto com o aumento instantâneo do interesse da população, a demarcação da praça tornou-se uma questão, isto é, a inauguração do novo espaço criaria conflitos inéditos. Uma série de reuniões entre moradores do logradouro, associação de skatistas, comerciantes do entorno e outros interessados, a fim de resolver o impasse sobre os usos permitidos deste espaço, tornaram-se recorrentes. Martina Rillo Otero, moradora da praça há quase uma década, relata em sua página pessoal do *Facebook*³, no dia 02 de novembro de 2012, sem restrição para acesso, suas várias insatisfações com o “uso” da nova Roosevelt, que “tem sido totalmente desorganizado, tanto nos eventos como no cotidiano”. Martina discorre sobre o exagero dos moradores que hostilizam os eventos na praça⁴ fora do horário abrangido pela lei do silêncio, arremessando sacolas d’água e ovos nos presentes. Ela também fala sobre a falta de diálogo entre os usuários, comerciantes e residentes da praça, sobre o barulho causado pelo bar do teatro Espaço Parlapatões⁵, sobre os vários outros eventos realizados apenas uma vez por ano, como a Virada Cultural, a Parada, a quermesse, os cortejos, o Festival Baixo-Centro, o Movimento Rosa, entre outros, que ocorrem sem acordo prévio com os moradores, ocupantes da praça e seu entorno,

Da mesma forma, foram esquecidos diálogos prévios com outros ocupantes da praça, e seu entorno, que marcavam sentidos particulares da Roosevelt com suas práticas e presença caso, por exemplo, dos teatros. Entre meados da década de 1990 e o início da reforma de 2010 alguns estúdios de teatro passaram a ocupar o entorno da praça. Como resultante de ações integradoras, estabeleceram-se relacionamentos de boa vizinhança com os demais residentes e ocupantes do logradouro da Roosevelt. Tanto a

³ <https://www.facebook.com/notes/martina-rillo-otero/a-pra%C3%A7a-roosevelt-e-uma-gest%C3%A3o-de-apar%C3%A7%C3%A3o/4380613906813>.

⁴ Segundo descrição encontrada na página do evento, na rede social *Facebook*: “Desde sua fundação, o grupo teatral paulista OS SATYROS, um dos responsáveis pela revitalização da Praça Roosevelt (região central) e sua transformação em um dos polos artísticos mais ativos e importantes da cidade de São Paulo, organiza um evento onde todas as artes se encontram em 78 horas ininterruptas de atividades culturais. Nesta grande festa, na qual cinema, fotografia, música, literatura, HQ, teatro e artes visuais se encontram, 950 artistas estão envolvidos nas mais de 290 atividades que são oferecidas a um público superior a 50.000 pessoas. Quatro tendas são erguidas em plena Praça Roosevelt, uma delas inteiramente dedicada à difusão de filmes nacionais, a tenda CINEMIX” <https://www.facebook.com/Satyrianas/info>.

⁵ <http://www.espacoparlapatoes.com.br/>.

relação firmada, quanto outras ações promovidas, como peças de sucesso, ficaram reconhecidas como responsáveis pela transformação parcial do sentido que se dava à Roosevelt, que passou de “lugar do medo” a “lugar do teatro e da boemia”. Neste caso, o teatro e sua memória de ocupação, ou presença na praça e entorno, parece diluída na tomada de partido de um dos lados que passaram a protagonizar, aos olhos da cobertura jornalística, o dialogo pela legitimação da ocupação do espaço. O que teria se tornado invisível, através dos jornais, seria exatamente a presença dos teatros na área e sua participação, como grupo de interesse, a respeito do espaço e as consequências de sua presença ativa na vida da praça.

1.1. A praça, os skatistas e os procedimentos midiáticos

A presença massiva da população, ávida em ocupar o novo espaço, trouxe consigo, além dos vários usos, domesticados ou não, a própria percepção desses diferentes usos. E com as diferentes práticas e a visibilidade que a praça veio a ganhar, os vários desentendimentos acerca de como o espaço deveria ser utilizado e apropriado se evidenciaram em demasia. Um dos casos mais importantes trata da prática do skate também favorecida pelas novas formas que a praça tinha adquirido. Não sem motivo ela ficou inflada por praticantes do esporte na data de sua inauguração. Como apresentados pela imprensa, que fez a cobertura do evento de inauguração da nova praça, os skatistas, que lá frequentam desde a década de 1980, passaram a ser retratados como um grupo de usuários recém-chegado com intenções de tomar a praça para si, sem preocupação alguma com a preservação do equipamento e com a segurança dos demais usuários, ou com o sono dos moradores. Algo próximo a uma facção de agir impositivo sobre o espaço urbano. A notícia, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* alguns dias após a inauguração da praça, afirma que os “moradores da região da praça Roosevelt, na Consolação (região central de São Paulo), querem limitar o uso do espaço, a fim de preservá-lo. O alvo principal são os skatistas que começaram a frequentar o local”⁶. Outra notícia, publicada alguns dias após a publicação desta, no mesmo jornal, apresentava mais detalhadamente o conflito que se arranjava pela utilização da praça:

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1162464-moradores-querem-limitar-uso-de-skate-na-praca-roosevelt.shtml>.

O piso da nova praça Roosevelt, que foi reinaugurada no último dia 29, não foi pensado propriamente para ser uma pista de skate. Mas o material de que é feito (concreto acabado) combina tanto com rodinhas que a invasão foi inevitável. Já nos primeiros dias de uso, a praça virou ponto de encontro de skatistas que residem dentro e fora da cidade. "Eu moro em Santo André e vim até aqui só para andar de skate porque um chão liso como esse é difícil de encontrar. É uma obra de arte", diz o produtor Thomas Losada, 33. O que foi comemorado entre os jovens esportistas, porém, está incomodando alguns moradores da região, que reprovam o barulho e algumas arriscadas manobras observadas desde a reabertura da praça, cuja reforma custou R\$ 55 milhões, segundo estimativas da Prefeitura de São Paulo. A Associação Ação Local Roosevelt pensa em pedir para que a prefeitura restrinja ou proíba a prática do esporte na região, alegando principalmente risco de colisão com pedestres. "Queremos discutir a segurança na praça e também estabelecer regras de uso", diz Luis Cuza, 70, presidente do grupo.(...) Em nota, a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras se restringe a afirmar que a Subprefeitura da Sé participará de um conselho de moradores cuja função será de "harmonizar a convivência" no local. ("Skatistas e Moradores debatem uso da praça Roosevelt", Folha de S. Paulo, Sítio eletrônico, 07/10/2012⁷).

Muito embora a mesma notícia presente, na fala de alguns entrevistados, skatistas procurando lembrar sua presença de já quase três décadas na praça – *Desde os anos 80 a gente anda de skate na Roosevelt. Nossa presença ali até ajudava a melhorar o ambiente*’ Fábio Bitão, 38, *fotógrafo e skatista*⁸ – a ênfase da matéria está na visibilidade da fala dos moradores e suas reclamações e insatisfações sobre a presença deles – *Se não houver maneira de controlar os skatistas, queremos proibir*’ Luis Cuza, 70, *presidente da Associação Ação Local Roosevelt*⁹ –, ou seja, a memória da presença prévia dos skatistas na praça não aparece, na verdade, ela parece ter sido esquecida no momento em que o concreto da praça teve sua forma rearranjada. De qualquer forma, os desentendimentos e as tentativas de resolução continuariam a constituir pautas jornalísticas. Enquanto pela cobertura da grande imprensa as tentativas de resolução são apresentadas como problemas dos “novos” praticantes do skate e dos moradores, outras narrativas passam a circular na internet, apresentando minúcias próprias. De um lado, por exemplo, o *Jornal da Gazeta* apresenta entrevista editada de alguns moradores com claras reclamações sobre a presença dos skatistas, que “tomaram a praça”, e discorre sobre o acordo que se pretende firmar sob a mediação da subprefeitura da Sé. Também

⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/1164178-skatistas-e-moradores-debatem-uso-da-praca-roosevelt.shtml>.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

o jornal *O Estadão* publica notícia em seu sítio eletrônico com a manchete “Skatistas só poderão usar escada da Roosevelt”, na qual há supostamente um acordo firmado entre a associação de moradores, Ação Local Praça Roosevelt e representantes da Confederação Brasileira de Skate para a regulamentação da prática do skate no local. O *blogger* Raphael Tsavkko Garcia relata em sua sítio eletrônico¹⁰ a reunião realizada pela Ação Local da qual participou, e na qual se tentou articular a resolução dos conflitos que acometem o cotidiano da Roosevelt. Apesar da prevalência inicial da discussão acalorada com tendência a proibir a prática do skate, adentraram também na pauta de discussão o problema da sensação de insegurança que começara a voltar, do “cachorrodromo” mal utilizado, da manutenção do “parquinho”, dos inúmeros eventos culturais realizados sem diálogo prévio com os moradores e, principalmente, do barulho provocado pelo Espaço Parlapatões durante as madrugadas. Como resultante das reuniões e negociações realizadas para a questão entre moradores e skatistas, uma resolução ao embate foi alcançada provisoriamente pouco tempo depois sob a forma do seguinte acordo: a) após as 22hs fica proibida a prática do skate; e b) uma área seria delimitada para a prática do skate, sem que, no entanto, fosse proibida a prática nas demais áreas da praça, até a conclusão do projeto *Skate Plaza*.

O acordo firmado trouxe um hiato de notícias a respeito da Praça, enquanto outras narrativas continuariam a ser produzidas e a circular. Exemplo disso é o episódio, produzido por Eduardo Regis e Sandro Sobral, de sua série de vídeos sobre skate, *Por Ai¹¹*, veiculado em seu canal na plataforma *YouTube*, no dia 19 de outubro de 2012, que propõe apresentar como ficou a nova Roosevelt após a reforma. Sem qualquer menção a desentendimentos com os moradores da região, são apresentados pequenos clipes de alguns skatistas, incluindo os próprios produtores do vídeo, realizando suas manobras na praça em diferentes horários e localizações. Entretanto, os jornais voltariam a relatar a Roosevelt no início de 2013, com a agressão cometida pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) contra alguns skatistas.

¹⁰ Publicação datada do dia 15 de novembro de 2012, <http://www.tsavkko.com.br/2012/11/relato-da-reuniao-da-acao-local.html>.

¹¹ https://www.youtube.com/watch?v=YHJl2_y0HB0.

1.2. O caso da Guarda Civil Metropolitana (GCM)

Primeira parte. O dia é 06 de Janeiro de 2013 e até a data de finalização da coleta de dados feita pela pesquisa, foram computados 3.245.627 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e vinte e sete) visualizações e 50.389 (cinquenta mil trezentos e oitenta e nove) comentários. Trata-se do vídeo¹² original de Eduardo Regis, postado em sua conta no *YouTube*: Edugold1. O vídeo abasteceu reportagens veiculadas nos dias subsequentes. O vídeo de Edugold1 inicia com uma câmera de celular enquadrando a agressão causada pela GCM. Um jovem skatista é estrangulado por um agente da GCM, de proporções físicas destacadamente maiores. O agente está à paisana, de camiseta listrada. Duas outras agentes da GCM, ambas uniformizadas, acompanham a ação do agente à paisana. A plateia que delimita o palco da ação grita: *ou-ou-ou-ooooou!; solta ele mano!; isso tá errado!; que cê tá fazendo?!*. Outro skatista, amigo do agredido, tenta desatar o estrangulamento. Uma das agentes tenta impedi-lo sem muito afinco. Os espectadores continuam a gritar: *eeeei solta o moleque mano!; ó o que cê tá fazendo!*. O agente à paisana relaxa os braços e solta o rapaz. No momento, os skatistas que cercavam a ação, aproximam-se. Solto, o skatista vítima da violência, pergunta insistentemente para uma das agentes o nome do GCM à paisana. Não obtém resposta e o agente permanece anônimo. O cerco dos skatistas se alivia. Enquanto uma dupla de agentes pede ao skatista vitimado que fique próximo ao local onde sofrera a abordagem inicial, outra agente segue o contorno da semicircunferência formada pelo cerco dos espectadores da ação, disparando seu spray de pimenta. As pessoas se afastam enquanto desferem xingamentos, indignadas. Pela visão periférica que o enquadramento de uma câmera permite, é possível perceber a aproximação sorrateira e apressada do agente à paisana. Ele dispara seu spray de pimenta contra Eduardo. Enquanto se afasta e xinga, a câmera de Eduardo registra uma praça tremida. Um corte. O rosto de Eduardo autofilmado e seu relato de indignação:

Spray de pimenta... os GCM estão se achando no dever de tirar a gente daqui da Roosevelt... porque a gente tá andando de skate... jogaram spray de pimenta em todo mundo e ainda enforcaram meu amigo ali sem motivo nenhum... chamaram reforço por causa do meu amigo que estava ali andando de skate... vou mostrar agora o que jogou spray de pimenta em mim... nem fardado tá e jogou spray de pimenta em mim. (Transcrição da fala de Eduardo Regis, skatista,

¹² <http://www.youtube.com/watch?v=ePZ1bGUdXtE>.

feita a partir do vídeo “Ação da GCM na Praça Roosevelt contra Skatistas no dia 04/01/13”, postado na plataforma *YouTube* no dia 06/01/2013).

O enquadramento abandona o rosto em lágrimas e coriza de Eduardo e deixa como pertencentes a seu retângulo um grupo de seis agentes da GCM, com foco no agente à paisana. Eles cercam o skatista vitimado. O agente à paisana deixa seu grupo e se aproxima de Eduardo: *agita meu, agita, vai agita, vai vai, agita... seu(...)!*. Eduardo tenta argumentar: *que que é meu, cê é policial cê tem que proteger a gente*. O agente à paisana insiste: *vai (...)!... agita!... cala essa boca!... agita!*. Eduardo continua sua argumentação: *ocê tem que proteger a gente, você tá errado*. Pouco propenso à ceder, o agente à paisana dá continuidade a sua intimidação com uma série de insultos: *cala essa (...) dessa boca quem tá errado é você, seu (...)... você não serve pra (...) nenhuma... seu (...)... seu (...)... você não trabalha (...) nenhuma... taca pedra seu (...)... você é vagabundo fica aqui de skate seu (...)... você não paga (...) nenhuma*. Nos espaços entre as reticências da fala intimidadora do agente à paisana, Eduardo tenta se defender: *ah meu deus... beleza... não pago nada né...*. A intimidação não para: *pode filmar seu lixo... tem filmagem de você tacando pedra aqui*. Eduardo finaliza: *ah tá certo, eu quero que você me mostre o meu rosto, o meu rosto jogando pedra em você*. A conclusão da filmagem vem com o enquadramento panorâmico dos agentes da GCM e a última fala de Eduardo: *parabéns pelo serviço de vocês, de vocês todos. Parabéns. Vocês vão estar na TV daqui a pouco, já já*.



Figura 1 – Skatista estrangulado pelo agente à paisana¹³.

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=ePZ1bGUdXtE>.

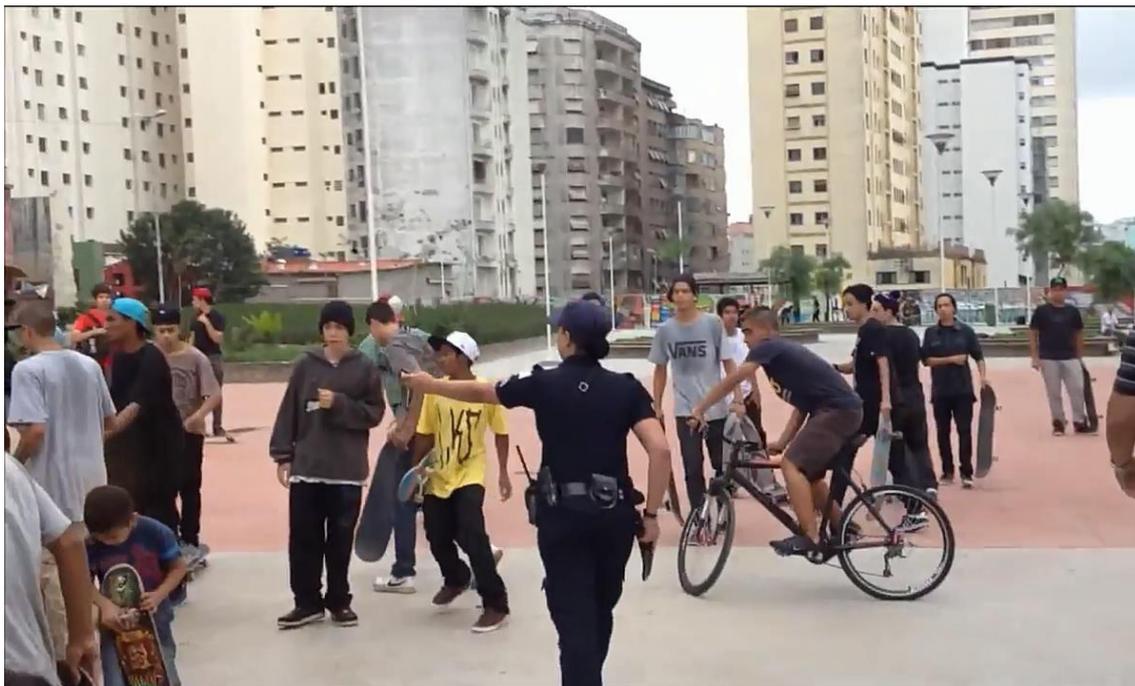


Figura 2 – Agente da GCM disparando spray de pimenta contra skatistas¹⁴.

Segunda parte. O dia é 07 de Janeiro. O ano é 2013. O vídeo filmado por Eduardo Regis, skatista e produtor da série de vídeos *Por Aí*, no dia 04 de Janeiro do mesmo ano, é editado e apresentado como reportagem em noticiário de uma grande emissora. De início, a âncora anuncia: *Conflito entre skatistas e guardas civis em São Paulo, o motivo da discórdia é uma praça que foi reformada há poucos meses. As imagens mostram um guarda à paisana agredindo um jovem.* São exibidas, então, cenas enquadradas pela câmera do celular de Eduardo e acompanhadas da narração da repórter.

O homem de blusa listrada imobiliza o rapaz sem camisa... liberado, o jovem protesta... os guardas civis usam spray de pimenta... o guarda à paisana manda o skatista que está filmando ir embora... segundo o rapaz que fez o vídeo a confusão começou quando guardas pediram que dois skatistas não utilizassem os bancos da praça para manobras. (Transcrição da fala da repórter da emissora SBT, responsável pela matéria e não identificada no vídeo, feita a partir do vídeo “#1 AÇÃO DA GCM NA PRAÇA ROOSEVELT CONTRA SKATISTAS NO DIA 04/01/2013 – Agora na Tv”, postado na plataforma *YouTube* no dia 07/01/2013¹⁵).

¹⁴Idem.

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=3BCCXJ1SWpg>.

Eduardo Regis declara, em uma rápida entrevista realizada pela mesma matéria, dias após a discórdia: *se eles não querem que a gente ande (SIC), aqui eles que façam um espaço da mesma proporção própria para andar de skate*. Após a exibição da entrevista e da atitude violenta da GCM, a praça é apresentada pela repórter:

A praça Roosevelt, bem no centro de São Paulo, passou por uma grande reforma, foi revitalizada e reinaugurada há três meses. O piso de concreto plano é cercado por escadas, muretas e bancos. Tudo o que os skatistas mais gostam. Daí surge o impasse. Pedestres, ciclistas, crianças, todos querem aproveitar a área de laser. Os skatistas reivindicam o mesmo direito. No meio disso os moradores, que não conseguem dormir com os barulhos das rodinhas. Faz parte do trabalho dos guardas civis zelar pelo patrimônio público, mas nesse caso a própria secretaria municipal de segurança urbana reconheceu o abuso e os responsáveis já foram identificados e afastados das ruas. (Transcrição da fala da repórter da emissora SBT, responsável pela matéria e não identificada no vídeo, feita a partir do vídeo “#1 AÇÃO DA GCM NA PRAÇA ROOSEVELT CONTRA SKATISTAS NO DIA 04/01/2013 – Agora na Tv”, postado na plataforma *YouTube* no dia 07/01/2013¹⁶).

No mesmo dia em que o vídeo da agressão é apresentado pelos telejornais, Reinaldo Azevedo, colunista da revista *Veja*, em seu blog vinculado ao sítio eletrônico da revista, publica textos¹⁷ sobre o ocorrido, nos quais expressa sua percepção a respeito do acontecimento. Até novembro de 2013 os dois textos computaram uma somatória de 311 (trezentos e onze) comentários.

1.3. Um espaço híbrido, público, midiático: o *conflito* como janela heurística

Estes exemplos de narrativas revelam as várias presenças, polos, usos, práticas e sentidos que se colidem, tanto da e na praça como do e no entorno. Revelam um conjunto de circuitos nos quais circulam narrativas e para os quais a praça é apresentada de diferentes maneiras na medida em que se altera o enquadramento dado pelos relatores de seus cotidianos. São relatos a respeito do mesmo espaço urbano, mas que revelam diferentes lugares, ou seja, deparamo-nos com a Roosevelt como um pico de skate, a Roosevelt como um equipamento urbano revitalizado, um lugar de lazer, passagem e encontros que deve se manter preservado e a Roosevelt como vizinha

¹⁶Idem.

¹⁷ Primeiro texto datado do dia 07/01/2013: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-skatistas-a-privatizacao-da-praca-o-gas-de-pimenta-e-a-cultura-da-reclamacao/>; segundo texto, datado do dia 08/01/2013: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/fascistas-de-skate/>.

problemática – um espaço que deve negociar com as demandas domésticas os moradores de seu logradouro. Lugares que se tornaram relatos, produtos jornalísticos ou hipertextos. Veiculados tanto por canais massivos de comunicação, como por vias pós-massivas (Lemos, 2010), tais relatos circularam em jornais impressos, telejornais, sites eletrônicos de jornais, páginas pessoais em redes sociais, *blogs* e na plataforma *YouTube*. Entretanto, nestas formas midiaticizadas – nós emitidos por polos específicos nos quais os sentidos dos lugares também podem ser localizados –, esses diferentes lugares se relacionam seja colidindo ou convergindo, mas transitando por entre diferentes circuitos, sofrendo as devidas alterações no formato e enquadramento, de acordo com o meio pelo qual se tornam públicos esses sentidos, de acordo com a pertinência do assunto para as agendas de quem fala, em um movimento de constante retroalimentação (Antunes e Vaz, 2006). O conflito que acometeu a Roosevelt após sua reforma surge como evento chave para a confecção da janela heurística que se pretende utilizar para a problematização desta relação entre intervenção arquitetônica, práticas sociais de pertencimento, fluxos de sentido e processos comunicativos.

A Roosevelt foi apresentada pelas notícias, que surgiram após a reforma que durou de 2010 a 2012, como um espaço contendo um conflito envolvendo a prática do skate e os moradores que habitam os prédios do entorno da Praça. Dentro do escopo de notícias a que se teve acesso o conflito foi simplificado, limitando-se a apresentar o skate versus um suposto conjunto homogêneo de aproximadamente 2.500 pessoas residentes no local, como é possível reparar nas seguintes narrativas jornalísticas:

Moradores da região da praça Roosevelt, na Consolação (região central de São Paulo), querem limitar o uso do espaço, a fim de preservá-lo. O alvo principal são os skatistas que começaram a frequentar o local. A praça foi reinaugurada no sábado, após dois anos de reforma, a um custo de R\$55 milhões. Com a nova configuração, ganhou um parquinho, um cachorródromo, quiosques onde devem ser alocadas floriculturas e uma base da Guarda Civil Metropolitana. Moradores ouvidos pela reportagem aprovaram a nova praça, mas parte diz se preocupar com a manutenção do local. A aposentada Silvia da Silva, 62, diz que “deve haver regras” para os skatistas e mais cercamento da área. No domingo, algumas pessoas que passeavam pela praça ficaram irritadas com os skates circulando em cima dos bancos. (Moradores querem limitar uso de skate na Praça

Roosevelt, Folha de S. Paulo, Sítio eletrônico, Cad. Cotidiano, 02/10/2012¹⁸).

O subprefeito da Sé, Marcos Barreto, disse que vai pedir à Polícia Militar um reforço no policiamento da praça Roosevelt, no centro de São Paulo, para retirar skatistas do local após as 22h. [...] A proposta foi discutida durante encontro com moradores na tarde de ontem. [...] Vizinhos da Roosevelt reclamam do barulho produzido pelas manobras dos skatistas à noite. [...] Uma moradora, que se identificou como Simone, afirmou que não dorme devido ao ruído dos skates batendo no chão. "Isso ocorre todo santo dia", disse. [...] O vice-presidente da Confederação Brasileira de Skate, Edson Scander, 45, afirma que reprova os praticantes que vão à Roosevelt após às 22h. "Os melhores skatistas não vão à praça para fazer bagunça", disse. (Prefeitura de SP promete blitz da PM contra skates na praça Roosevelt, Folha de S. Paulo, Sítio eletrônico, 17/01/2013¹⁹).

Após reforma que durou dois anos, ao custo de 55 milhões de reais, a Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, já causa polêmica entre moradores e frequentadores. De um lado os skatistas elogiam a reforma e tomaram boa parte da área da Praça, de outro, frequentadores e moradores se dizem incomodados pela presença dos skatistas e o barulho que muitas vezes entra pela madrugada. (Transcrição da fala de Fernando Canzian, apresentador da TV Folha, feita a partir do vídeo "Assista ao terceiro bloco do TV Folha", postado na plataforma *YouTube* no dia 06/01/2013²⁰).

Na Praça Roosevelt a construção de uma pista de skate pretende acabar com a polêmica entre moradores e skatistas no espaço público que foi reformado em 2012. (Transcrição da fala de Gabriel Cruz, âncora do Jornal da Gazeta, feita a partir do vídeo "Pista de skate é construída na Praça Roosevelt", postado na plataforma *YouTube* no dia 21/11/2014²¹).

A pista está nascendo num espaço de 1.500m² na Praça Roosevelt, próximo a rua da consolação. Praça que já foi palco de muita polêmica entre skatistas e moradores do entorno. A Roosevelt foi reformada e as obras ficaram prontas em 2012. Um investimento de 55 milhões de reais. Os problemas surgiram quando os skatistas passaram a usar o espaço novamente. E os moradores dos prédios reclamavam do barulho. Boa parte dos estragos vistos na Praça também são atribuídos aos skatistas, como os bancos quebrados. Houve até um confronto com homens da Guarda Civil Metropolitana. Um deles, que estava à paisana, chegou a segurar com força desproporcional um dos praticantes. Na época a GCM abriu uma sindicância para avaliar o comportamento dos guardas. Depois que a pista aqui na Praça

¹⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1162464-moradores-querem-limitar-uso-de-skate-na-praca-roosevelt.shtml>.

¹⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1216079-prefeitura-de-sp-promete-blitz-da-pm-contra-skates-na-praca-roosevelt.shtml>.

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=W9tBIU4P2go>.

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=aZy4t3aPopc>.

Roosevelt estiver pronta esta parte aqui de cima estará proibida para a prática do esporte. Uma forma, segundo a prefeitura, de garantir o conforto para os skatistas e também a segurança para os frequentadores. Este pode ser o primeiro passo para uma convivência mais harmônica neste espaço público. (Transcrição da fala de Vinicius Marra, repórter do Jornal da Gazeta, feita a partir do vídeo “Pista de skate é construída na Praça Roosevelt”, postado na plataforma *YouTube* no dia 21/11/2014²²).

As motivações que levaram a formação do conflito, de acordo com as narrativas noticiosas, foram estabelecidas como a reivindicação pela preservação da Praça, de um lado, e o direito ao uso indiscriminado do espaço urbano, por outro. A primeira vista, de acordo com as notícias, o conflito parecia configurar-se como uma *figuração estabelecidos-outsiders* (ELIAS, 2000). Para Elias (2000), a *figuração estabelecidos-outsiders* é apresentada enquanto uma relação de interdependência entre grupos humanos, distintos entre si, e desequilibrados no que tange o poder, ou o acesso a recursos de poder. Nessa *figuração*, um grupo que se apresenta mais coeso do que o outro, devido a motivos histórico-processuais, geralmente concentra em si mesmo maior excedente de poder. O índice mais elevado de coesão por parte do grupo estabelecido garante a ele a ocupação de posições mais relevantes dentro de um espaço social específico e conseqüentemente soma mais possibilidades de agência ao próprio *establishment*, geralmente utilizada para manutenção da posição do grupo como tal, e manutenção dos de fora dele em seu devido lugar, desapossando-os da possibilidade de alcançarem essas posições, ou cargos sociais, entre outros mecanismos de empoderamento que poderiam modificar a relação instaurada. O autor define os estabelecidos, ou *establishment*, como sendo um grupo o mais homogêneo possível, que se auto percebe, e que é reconhecido pelos demais grupos, ou indivíduos que se encontram relacionados a ele sob a lógica dessa *figuração*, de acordo com adjetivos proclamados, em geral e inicialmente por si mesmos, como uma sociedade melhor, mais poderosa, guardiões do bom gosto, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs e, o mais importante, boa. Um grupo com um modelo moral, qualquer que seja ele, a ser seguido e detentor de grande montante de capital carismático.

Por sua vez os outsiders são definidos enquanto um agrupamento humano heterogêneo, com laços de identificação e solidariedade mais fracos entre os indivíduos inseridos nessa classificação – e tipo de relação –, do que os do grupo estabelecido. Não

²² Idem.

fazendo parte da boa sociedade, é um agrupamento difuso que não se percebe enquanto unidade, que não se percebe enquanto detentor de práticas adjetivantes que possibilitem e tracem uma identificação e estabeleçam vínculos mais fortes e duradouros entre os indivíduos encontrados dentro dessas fronteiras simbólicas – ou até mesmo que não as tenha –, o que acabaria por classifica-los como grupo. Observando de longe, por meio das narrativas noticiosas difundidas por alguns veículos de comunicação, o primeiro movimento de reflexão colocou os moradores do logradouro como *estabelecidos da Praça Roosevelt*, os skatistas, por sua vez, estariam contidos no grupo de *outsiders da Praça Roosevelt*. Enquanto esses estabelecidos foram representados pelas notícias como sujeitos preocupados com uma dinâmica democrática de uso do espaço público, através de etiquetas e regras bem estabelecidas que apresentassem limites ao modo de ocupar a Praça, preservando-o; os outsiders surgem representados pelas narrativas jornalísticas – e relatos colhidos e editados apresentados nessas narrativas – como um grupo despreocupado com a manutenção do equipamento urbano e interessados em ocupar a Praça pensando apenas em proveito próprio, sem considerar que se trata de um espaço público voltado para outras práticas além do skate, um espaço pretensamente democrático. Essa perspectiva se evidencia em alguns relatos colhidos de entrevistas realizadas por veículos noticiosos massivos:

A favor do skate: Essa praça era abandonada, e só a gente vinha aqui. Eles dizem que a gente destrói os bancos de madeira, mas o Brasil é rico pra caramba, não é possível que uma madeira vá fazer falta! (Luís Fernando Tavares, 30, skatista); [...] **Contra o skate:** O barulho do skate é tremendo, de noite não dá para dormir (Ilza Helena Carvalho, 56, moradora da região); [...] Eses dizem que não vão respeitar uma possível proibição; A barbárie venceu? (Dulce Muniz, draumaturga e diretora artística do Teatro Studio 184); [...] Skatistas não tem limite e as manobras que eles fazem são perigosas (Rosa Maria Santi Cioli, 41, comerciante). (Skatistas e moradores debatem uso da praça Roosevelt, Folha de S. Paulo, Sitio eletrônico, 07/10/2012).

Eu acho que deviam transformar a Praça num... num parque... que eu acho que a maioria dos parques de São Paulo são conservado porque eles são trancados a noite... então você consegue preparar melhor uma praça pras pessoas andarem nela e conviverem com ela de uma forma mais pacífica. [...] Né muita bicicleta, muito skate, os idosos vão terminando se afastando... as crianças pequenas sofrem riscos de se machucar porque o skate escapa do pé toda hora. [...] Mas eu acho que tá mal utilizada... tá mal utilizada e tão desrespeitando justamente se baseando no direito de usar a Praça, mas não dessa forma. [...] Tem que ter o horário porque se não você fica vendo 4 horas da manhã o cara andando de skate. [...] Fizeram uma laje de 60 milhões de reais...

pra ficar aí... a deus dará... a quem achar que deve usar. (Transcrição da fala de Ricardo Guimarães, morador da Praça Roosevelt, feita a partir do vídeo “Assista ao terceiro bloco do TV Folha”, postado na plataforma *YouTube* no dia 06/01/2013).

Então eu acho que a Praça ficou perfeita... pra mim não precisava nem ter os bancos, mas po... ainda bem que tem os bancos se quebrar a prefeitura vem e conserta por favor né. (Transcrição da fala de Formiga, skatista frequentador da Praça Roosevelt, feita a partir do vídeo “Assista ao terceiro bloco do TV Folha”, postado na plataforma *YouTube* no dia 06/01/2013).

A ideia do conflito também foi abordada segundo o conceito trabalhado por Simmel (1983), que acreditava que com o crescimento numérico do grupo, para que o mesmo se mantenha, a diferenciação entre os indivíduos se torna um fato imprescindível que acompanhava a divisão social do trabalho. Isso aplicava condições diferenciadas de existência para todos, que por sua vez traz diferenciação de vontades, desejos e necessidades. É também de entendimento do autor que grupos de tamanhos diferentes que vivam sobre tipos sociais de vida específicos sejam possíveis de coexistir. Essas comunidades, mesmo que diferenciadas em formas de vida, são complementares nem que seja pelo fator de espelhamento. Na observação do Outro, o Eu é capaz de ter dimensão de si mesmo. E nesse sentido, o conflito desempenha um importante papel de revelar os posicionamentos entre os envolvidos e permitir que os mesmos se reposicionem na Sociação que se forma. O conflito termina por ser sinônimo de vitalidade, uma vez que aponta posicionamento interno de determinado grupo em relação a uma questão específica por meio da externalização executada nas ações dos membros desse grupo ao se relacionarem com outros grupos. A relação instaurada, inevitavelmente, incorre em movimento processual de mudança em alguma escala.

O autor entende o conflito como uma forma comum de interação e positiva na medida em que possibilita o reconhecimento entre os indivíduos. Para o autor, nas situações de constrangimento que ele propicia, existe também a construção de um chão comum sobre o qual as interações podem se estruturar com potencialidade de produzir algo novo. É de característica dos conflitos entre grupos (SIMMEL, 1983) tornar visíveis as tensões existentes, provenientes das diferentes etiquetas, costumes e posicionamentos, entre indivíduos reunidos dentro de um conjunto muito grande e heterogêneo, como é, por exemplo, o contexto de uma grande cidade, enquanto que, de forma simultânea, também é fundamental para a manutenção da vida social como a

conhecemos. O conflito é uma forma através da qual se relacionam os indivíduos. É positivo no sentido de que produz novas formas de sociabilidade na medida em que o próprio conflito é vivenciado e superado, seja por meio de acordos, seja por meio de guerras; essa forma de relação é um dos pontos que propicia coesão²³ ao todo da sociedade na medida em que suas partes, mesmo que discordantes, se relacionam ao invés de se ignorarem. Como fica estipulado pelo autor:

O indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade. A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência. É claro que provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real. (SIMMEL, pp.123-124, 1983).

Essa forma de relação gera um espaço social dentro do qual os indivíduos podem reconhecer-se enquanto forças atuantes – em algumas de suas frentes subjetivas – em prol de determinado objetivo. Ao mesmo tempo ela incide sobre as percepções formadoras dessas forças atuantes e sobre a coesão dos grupos que se formam para a contenda. Nesse sentido o conflito não atua necessariamente como forma totalizante sobre as subjetividades envolvidas de maneira contínua, mas como forma que coloca essas subjetividades, objetivamente concordantes e discordantes, com diferentes graus de coesão interna, em relação, imprimindo-lhes totalidades contextuais na medida em que se reconhecem em seus pares e se defrontam com outros. E nesse contato, tanto interno a um grupo que se reúne quanto externo no que tocam grupos que se relacionam, são colocadas à prova, conformadas e confrontadas, as narrativas sobre o cotidiano, as práticas e memórias coletivas (HALBACHS, 2006) partilhadas por esses indivíduos. Sendo assim, o conflito é condição necessária para que a tensão, ocasionada pelo

²³ Quanto a essa questão, fica mais evidente essa característica a partir de um exemplo extraído de Simmel: “(...) O papel positivo e integrador do antagonismo aparece nas estruturas que se distinguem pela nitidez e pela pureza cuidadosamente preservada de suas divisões e gradações sociais. Desse modo, o sistema social hindu não repousa apenas na hierarquia, mas também, diretamente, na repulsão mútua das castas. As hostilidades não só preservam os limites, no interior do grupo, do desaparecimento gradual, como são muitas vezes conscientemente cultivadas, para garantir condições de sobrevivência. Além disso, têm também uma fertilidade sociológica direta: com frequência proporcionam posições recíprocas às classes e aos indivíduos que estes não poderiam encontrar, ou não encontram do mesmo modo, se as causas da hostilidade não estiverem acompanhadas pelo sentimento e pela expressão hostil – ainda que estiverem operando as mesmas causas objetivas de hostilidade”. (SIMMEL, p. 126, 1983).

desentendimento, se resolva. E o principal, o conflito é um espaço social no qual as dicotomias, os distanciamentos sociais, aproximam-se e reconhecem-se sobre uma experiência comum. Pretende-se, aqui, portanto, entender como a transmutação do conflito em relatos e produtos jornalísticos, inseridos em uma ecologia urbano comunicacional – em uma relação entre pessoas, espaço urbano e meios de comunicação – se reinjeta nessa ecologia da Praça e incide sobre a própria relação com o espaço e com os sentidos que se produz a respeito dele. Além disso, procura-se pensar como a ideia do espaço é uma produção política em que a própria intervenção arquitetônica se transforma num importante agente de determinados discursos hegemônicos. Discursos de higienização, de controle e de modos de racionalidade que atendem pelos conhecidos ideais de progresso.

O entendimento viabilizado pelo cenário de polêmica construído por meio de narrativas jornalísticas, pelo entendimento da bibliografia aqui tratada e pela observação decorrente das interações focadas na Praça Roosevelt, trouxe a tona a ideia de estabelecer uma janela heurística, moldurada pelo conflito existente, como amparo metodológico na busca pela compreensão do que ocorre naquele espaço. A justificativa para essa construção metodológica deriva tanto da figuração *estabelecidos-outsiders* trabalhada por Elias (2000), quanto do conceito de Conflito postulado por Simmel (1983). Ambas as perspectivas teóricas nos direcionam a observar uma suposta coesão interna dos grupos que constituem relação balizada por questões envolvendo poder e interesses sobre um mesmo objeto. A partir disso, se incutem perguntas ao cenário conflituoso. O que motivou o conflito? Onde ele ocorre? Por que vias as partes envolvidas externam suas posições? Há, de fato, coesão interna entre as partes envolvidas na contenda? Se sim, qual é o grau de coesão? Essa coesão deriva de proximidades identitárias? A coesão existente, em qualquer grau que seja, assume influencia nas motivações dos envolvidos em quais frentes subjetivas? Os membros constantemente invocam os valores do grupo em seus cotidianos, ou trata-se de uma invocação à qual se recorre no momento em que seus interesses são ameaçados? A coesão dos grupos pode servir-lhes, mesmo que impremeditadamente, como recurso de poder? Se sim, de que maneira esses grupos se valem da coesão para angariar recurso ou força para suas respectivas causas?

O aparecimento desses questionamentos, com a abertura da janela heurística, auxilia o curso da pesquisa. A intenção da abertura dessa janela não foi, exclusivamente, a de colocar o conflito como o centro dos interesses da pesquisa, mas direcionar seu andamento a partir desse cenário que coloca o espaço da Praça Roosevelt como central. Em outras palavras, pretendeu-se focar naquilo que os envolvidos no cenário conflituoso colocam como objeto de interesse e motivador das mobilizações em prol de suas reivindicações, vontades e desejos. Pretendeu-se entender o que é a Praça Roosevelt a partir da vitalidade inerente ao conflito por ela. Pretendeu-se entender o significado de determinado espaço a partir daqueles que com ele estabelecem relações cotidianas e a partir dos modos como são as suas relações cotidianas com aquele espaço. Tentar compreender o espaço fora do escopo de relações que o produzem recursivamente através dos cotidianos engendrados nele, por ele, ou a respeito dele, aumenta a possibilidade de um resultado descritivo. A ideia da janela heurística é focar as interações para se entender as lógicas construtivas do espaço que estão presentes na Roosevelt, levando em consideração as potencialidades que o espaço em si proporciona para essas interações, bem como os espaços pelos quais os sentidos atribuídos à Praça circulam e competem por legitimidade e nomeação da Praça.

Esse caminho metodológico não tem intenções de deixar o conflito de lado. De valer-se dele apenas como uma espécie de lente questionadora. Isso seria impossível pela própria natureza da escolha. Alegar que o conflito existente pela Praça será inserido no trabalho como uma janela heurística, diz respeito ao lugar que o conflito ocupa na problematização e no recorte do objeto. Posto isso, como o conflito foi operacionalizado? O trabalho se pauta em duas etapas: a de abertura da janela heurística e de fechamento da mesma. Abrir a janela heurística se caracterizou como o momento de indagação a respeito da Praça. Pode ser considerada a entrada em campo, ou o começo da pesquisa, cujas intenções foram de acumular conhecimento a respeito do espaço estudado, através dos caminhos abertos pelas narrativas e relatos sobre a Praça, com os quais o pesquisador se deparou primariamente. Por meio desses caminhos o desconhecido “Praça Roosevelt” começou a tomar forma. O fechamento da janela heurística constitui a reunião do conhecimento apreendido a partir do conflito e as interpretações resultantes a respeito das lógicas de produção do espaço que se relacionam na atual configuração da Roosevelt. Marca o esforço compreensivo sobre a relação entre o local e o global que atravessam a Praça.

1.4. Considerações sobre a *mediatização da praça*

As relações engendradas na praça pareciam de dominação bem definida entre os dois grupos, na qual ambas as partes acessavam recursos de poder disponíveis de acordo com sua posição pela disputa da Praça e na qual o grupo de moradores gozava de excedente de carisma frente às representações narrativas jornalísticas massivas, elaboradas a respeito da contenda, o que seria, à primeira vista, responsável por uma suposta posição privilegiada no tocante as deliberações sobre o espaço da Roosevelt. O grupo de outsiders da Praça estaria despossado dos mesmos recursos, sobretudo o capital carismático, responsável por sorver uma representação mais amigável, ou neutra. Aparentemente, o grupo de skatistas teria a sua disposição, apenas recursos vinculados à presença de seus corpos e insistência na manutenção de suas práticas naquele espaço. No entanto, assumindo protagonismo na confecção de representações sobre si mesmos, sobre a possibilidade de fazerem-se ver realizando suas práticas naquele espaço, por meio de redes sociais e plataformas de vídeos, ficou possibilitada a produção de conteúdo comunicacional contra hegemônico. A internet, no caso, trouxe possível relativização do termo, na medida que a publicização dos sentidos atribuídos a Praça, por outros personagens do espaço, puderam competir com os sentidos mediados pelos jornais. Para entender tal proposição é preciso reconhecer os desdobramentos provocados pela cibercultura e suas consequências sobre produção e consumo de uma opinião pública não totalizante e fragmentária. Dinâmica essa puxada do processo tecnizador das comunicações. Portanto são feitas aqui considerações a respeito do entrelaçamento entre os processos de inovações tecnológicas e a formação da opinião pública, nas potencialidades de reapossamento do fenômeno político por agentes inseridos num espaço digital de (re)produção de horizontes simbólicos.

Inicialmente, faz-se necessário notar que toda inovação tecnológica faz parte de um processo de longa duração, um contínuo de confluências de inúmeros fios entrelaçados formadores do inacabável processo de fabricação do tecido social. Norbert Elias (2006), durante a análise que faz a respeito do processo tecnizador dos meios de transporte, defende que os desdobramentos que antecedem, decorrem durante e após as etapas de inovações tecnológicas, fazem parte de um emaranhado não causal de processos que se influenciam mutuamente, sem, no entanto, apresentarem qualquer finalidade objetiva, por mais que tenham como princípio as ações humanas intencionais.

As transformações resultantes dos processos tecnizadores no âmbito das tecnologias de comunicação apresentam um cenário novo em relação aos modos de vida antecedentes, sobretudo ao oferecerem novas perspectivas de circulação de ideias. Alguns desequilíbrios e deslocamentos nas balanças de poder acabam tendo vazão no decorrer dessas transformações. Mais especificamente, trata-se de mudanças que vêm ocorrendo de forma gradativa nas balanças de poder que dizem respeito à classificação, emissão e criação de informações e bens culturais. Pierre Levy e André Lemos (2010) apontam, sobre esse processo tecnizador, impactos da seguinte ordem: a constante ligação comunicacional, sobre a qual floresce uma opinião pública crescentemente fragmentada e mundializada, é marcante na reestruturação das formas convencionais de emissão de informação, ampliação e acessibilidade do repertório de conhecimento humano e nos seus modos de produção, bem como na relação entre cidadania e governança.

São definidas por Lemos e Levy (2010), então, três características emergentes, em ressonância mútua, de uma cibercultura, consideradas causa e efeito do crescimento do ciberespaço e fundamentais para o entendimento do atual movimento desse processo tecnizador das comunicações, levando-se em consideração a nova lógica de estruturação da opinião pública e de possibilidades de formação de circuitos diferenciados de informação. Sendo essas três características: a *interconexão*, a *criação de comunidades* e a *inteligência coletiva*. Por *interconexão* entende-se o fenômeno geral de relação entre desde o que se pode digitalizar (documentos, dados, categorias) ao que se pode projetar de maneira desmaterializada e referenciada no ciberespaço (grupos, instituições, pessoas, territórios), e as máquinas usadas como interface de acesso a esse universo digital (computadores, celulares). A *criação de comunidades* é tida como ponto máximo tecnológico quanto à possibilidade de estabelecimento de convívio entre humanos. Possibilita relações e interações que se reestruturam em suas maneiras obedecendo a uma nova lógica tempo-espacial e uma progressiva integralização – mutuamente estruturante de acordo com os aprendizados civilizatórios de autocontenção e empatia inerentes a esse processo – entre aqueles pertencentes à figuração *cibernautas*, por assim dizer. Por fim, a *inteligência coletiva*, apresenta-se como a ânsia pelo aumento das possibilidades de criação, das capacidades cognitivas, de raciocínio, percepção ou memória de pessoas e grupos. Em especial o florescimento de uma *inteligência coletiva* passa a oferecer maiores possibilidades de memória e acesso aos humanos sobre seus conhecimentos, que em etapas anteriores, dependiam das figuras guardiãs como

recipientes e intérpretes do conhecimento tradicional (Giddens, 1995). Inegável também é a influência dessa nova forma de memória no *como* se fazer conhecimento, ao mesmo tempo em que a progressiva disponibilização de informações no ciberespaço e ampliação da memória humana facilita o acesso ao conhecimento formador dos sistemas peritos (Giddens, 1991) – não mais pertencente a uma esfera “sagrada” ou apartada – e uma decorrente diluição da autoridade do especialista, guardião contemporâneo e destradicionalizado desse conhecimento específico.

Outro ponto de influência do ciberespaço sobre a conformação de uma opinião pública se destaca nas tensões advindas da relação entre as funções massivas e pós-massivas dos meios de comunicação, conceitos trabalhados por André Lemos (2010) como termômetro das reestruturações inerentes ao desenvolvimento da computação social, do ciberespaço e da cibercultura. Diferentemente dos meios de massa tradicionais, os quais detinham o monopólio da emissão de informação, o incremento tecnológico atual, em confluência com um processo de aprendizado e maturação ainda correntes relacionados às novas tecnologias comunicacionais, permitiu o surgimento da função pós-massiva dos meios de comunicação. Essa mídia pós-massiva é identificada pela abertura da transmissão e criação de bens culturais funcionando, em oposição a sua antecessora, não mais pela emissão de informações a partir de um centro para muitos receptores periféricos, mas seguindo uma lógica de transmissão de muitos para muitos – sendo esses muitos, criadores e receptores ao mesmo tempo – em um espaço informacional descentralizado. Diluindo, portanto, o poder encarnado na figura do mediador midiático, como classificador e valorador, na medida em que a opacidade de seus critérios de criação de agendas fraqueja frente à crescente acessibilidade a informações não veiculadas pelos canais tradicionais da mídia de massa, em conjunto com a encarnação de um papel de classificador de informações e bens culturais por parte do cibernauta. No entanto, desse cenário não se pode pressupor a queda da função midiática mais antiga em detrimento da nova. Elas coexistem.

Tendo como característica de fundo da cibercultura a liberação da palavra e expansão da liberdade de sentido, expressão e criação, além da formação de comunidades de interação em tempo real, decorrem novas tensões na balança de poder classificador e mediador de informações e bens culturais e de opinião pública. A classificação desses bens também acaba por ser exercida pelo consumidor informado,

ativo em suas buscas pelo que quer consumir em termos de informação, sendo esse usuário também um potencial produtor. Opondo uma funcionalidade massiva das mídias antecessoras, a função pós-massiva advinda com a computação social permite um rompimento com o centro emissor de informação e formulador da agenda de informações característico como *um-todos*, abrindo precedente para uma comunicabilidade mais pautada na conversação do tipo *muitos-muitos* (a emissão unidirecional de informações agora em antagonismo a uma multipolaridade de troca de informações). O consumo de informação e bens culturais, sob essa perspectiva pós-massiva, deixa de ser realizado por um público massificado e homogêneo, sua satisfação se dá em nichos (Anderson, 2006) de usuários, nos quais uma longa cauda de produtos é destinada a um público heterogêneo e menor, escapando, mesmo que parcialmente, da configuração de consumo de grandes audiências. Significa dizer que, decorrente da pluralização de discursos observados na utilização das ferramentas criadas pela inteligência coletiva das comunidades de usuários do ciberespaço para fabricação e propagação de informações (*blogs, wikis, podcasts, microblogs, softwares* sociais, *softwares* livres e redes *P2P*, por exemplo), a formação da opinião pública não sucede exatamente apenas, em muitos casos, do crivo da mediação pela agenda de informações massificadas. Para Habermas (1984) a ideia de esfera pública permeia a necessidade de uma concordância homogênea que faça predominar o entendimento. Entretanto, para o trabalho pretende-se prosseguir com a reflexão dando continuidade à ideia de *espaço público* trazida por Proença Leite (2008).

Embora distintas, as noções de espaço urbano e esfera pública têm interfaces: ainda que uma *esfera pública* não se limite a uma determinada configuração física (quando mediática ou virtual, por exemplo), pode se estruturar num espaço urbano específico, como uma rua ou uma praça. Mesmo não sendo *per se* um local de interações e reivindicações públicas (sejam reivindicações de validade, ideológicas, ou instrumentais), o espaço urbano (*propriedade pública*) pode vir a constituir-se em uma *esfera pública* quando ao seu *espaço* são atribuídos *sentidos* (tornando-o *lugar*) para as reivindicações em curso. Nesse caso, entende-se que determinadas reivindicações públicas guardam relações com os *lugares* sociais nos quais se estruturam. (LEITE, 2008, p. 50).

Diferente de Habermas, Proença Leite aposta na ideia de que a *esfera pública* se pauta mais pelo choque e discordância de percepções, do que por uma futura concordância entre as partes atuantes nessa esfera pública, consequentes da ação comunicativa. Para Leite (2008), a esfera pública depende de um espaço para existir, ao

mesmo tempo essa esfera pública passa a ser atrelada nominalmente a esse espaço, seja ele um espaço social, seja ele um espaço físico (por exemplo, esfera pública burguesa, esfera pública da Praça Roosevelt). A ideia de interface entre espaço urbano e esfera pública também é rica para o trabalho se pensarmos que a esfera pública não se limita à determinada configuração física, mas a necessidade de ser também um lugar, nesse caso as mídias digitais. Localidade na qual o *espaço público* também se estrutura.

Sendo esse um espaço de convergência do desentendimento, as mídias sociais, mais do que possibilidade de concordância dos sentidos e reivindicações de validade constituem-se como espaço no qual se publicizam as diferenças que se (re)conhecem. Portanto, trata-se de um espaço de negociações entre percepções de realidade diferenciadas, que se interconectam, se formam, chocam ou conciliam, a depender do fluxo e intercâmbios de percepções da realidade. Essa ideia de espaço público dialoga, portanto, diretamente com o conceito de *dispositivo midiático* trazido por Antunes e Vaz (2006). Trata-se de “compreender as dimensões da comunicação como um certo arranjo espacial, uma forma de ambiência (um meio em que), e um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso” (ANTUNES; VAZ, 2006, p. 46). Sob essa perspectiva, o processo de midiaticização é definido como “um fluxo onde se dão as operações, onde se mesclam e entrecruzam mundos simbólicos e materiais que têm os meios à montante e à justante, e que em seu curso carrega grande parte das narrativas da contemporaneidade” (ANTUNES; VAZ, 2006, p. 45). Essa definição imprime à midiaticização um caráter de trânsito de sentidos, os quais são emanados pelo espaço midiático, ou afluem para ele. E, o mais importante, não restringe a circulação de sentido, na contemporaneidade, à primazia da mídia. Mas diz de uma dinamicidade que ela passa a ter na formação de sentido e conhecimento do mundo cotidiano.

Em suma, o que a disputa pela praça e pela legitimidade das práticas em voga no seu cotidiano, é capaz de revelar? Qual é o papel da web 2.0 na disputa incessante pela significação e domesticação dos espaços da cidade? A web 2.0 promove empoderamento à população que cotidianamente vivencia, fenomenologicamente, o espaço? Trata-se de tentar entender como, através das ferramentas disponíveis para tornar um espaço, um lugar e um território, duas formas diferentes de se exercer poder nomeador entram em um embate por vias diferentes. Seria essa uma disputa entre as “velhas” e as “novas” formas de exercer poder sobre o espaço?

2. Praça Roosevelt: história e problematização

2.1. De chácara a monstro de concreto

Não por ser desocupado, mas por não ser um espaço programaticamente construído como resultante de uma política de urbanização própria para aquela localidade, o espaço atrás da igreja da Consolação, no centro de São Paulo, hoje nomeado Praça Franklin Roosevelt, até a década de 1970, era um espaço vazio. Até a conclusão do projeto que ergueu o edifício-praça, aquele espaço era uma sobra de chácara que, posteriormente, ficou oficialmente desocupada – a despeito do estacionamento que se tornou e da feira-livre que semanalmente se formava – ao serem colocadas em prática algumas das políticas urbanas de higienização e organização do sistema viário. A existência desse espaço como pertencente à cidade de São Paulo remete ao fim do séc. XVIII, ocasião em que foi fundada a Capela da Consolação, em 1799, no caminho do Piques.

Esta era uma importante rota dos tropeiros que partiam do Largo da Memória, situado às margens do rio Anhangabaú e se dirigiam a oeste, por onde se alcançava a freguesia de Pinheiros e, mais além, Sorocaba. Após a construção da Capela da Consolação à margem do Caminho de Pinheiros, o bairro tomou o nome do orago do templo, como era da tradição. Por sua vez, a rua da Consolação também emprestou a mesma nomeação. (FERREIRA(b), 2009, p.13).

A Capela da Consolação, na época, logo se tornou ponto de referência tanto para os viajantes quanto para os moradores da região mais do que isso, tornou-se o marco a partir do qual o bairro da Consolação se organizou e expandiu. A área atrás da ainda chamada Capela da Consolação, assim como grande parte do que hoje é o próprio bairro da Consolação, pertencia até fins do séc. XIX a Dona Veridiana e Martinho Prado. Muito embora a igreja fosse indicante de sociabilidade e organização espacial, não havia ali muito bem definidas as cisões entre público e privado, de fato, não havia uma praça propriamente dita. A sua maneira, isso implica uma diferenciação básica com o que as igrejas costumavam imputar, na forma como as cidades brasileiras se organizavam, exatamente pela ausência de uma praça esquematicamente bem demarcada, que reproduzisse a forma colonial de construção do espaço. Diferentemente de duas das principais praças do início da formação do centro de São Paulo, a Praça da

Matriz (futuro Largo da Sé) e o Pátio do Colégio Jesuíta (futuro Largo do Palácio), que demarcavam a centralidade da cidade referenciando a causa religiosa que motivou a fundação da própria cidade e, mais tarde, os prédios de importância política e administrativa, a Roosevelt é propriamente uma produção moderna, cuja existência só se viabilizou como consequência de processos outros, relacionados à modernização do centro e da cidade como um todo. A questão remete à história da cidade de São Paulo, a forma como ela se urbanizou e os processos que levaram a consolidação do centro, bem como as alterações urbanísticas desse espaço ao longo do tempo – de acordo com as alterações nos ciclos econômicos e políticos ao longo da história brasileira. A cidade, à moda das demais formadas durante o período colonial no Brasil, atendia a uma das funcionalidades previstas em cartilha real, servindo, sobremaneira, aos propósitos de estabelecimento da ocupação e consolidação do território da colônia como pertencente a Portugal²⁴. No período em questão a ocupação e administração do território colonial, apesar de em última instância estarem sob tutela da coroa portuguesa, delegava a terceiros certos poderes, facilitando os esquemas de ocupação e garantia do território. Nesse contexto, São Paulo nasceu como resultante de missões evangelizadoras empreitadas pelos Jesuítas.

A formação da cidade de São Paulo remonta a meados do séc. XVI e demonstra, na sua origem, a influência das instituições religiosas como co-responsáveis pela formação de núcleos urbanos no período colonial. Os jesuítas, por exemplo, foram responsáveis pela construção de colégios, pela criação de povoados e pela implantação de missões e reduções no território americano. (...) O processo de catequese no Brasil esteve vinculado ao processo de ocupação espacial introduzido pelos jesuítas. Seja na criação de núcleos, seja na apropriação de aldeamentos indígenas, os jesuítas seguiam orientações bem definidas para a iniciação da catequese. Utilizavam-se de estratégias na tentativa de exclusão dos símbolos tribais e na sua substituição por símbolos religiosos. (CALDEIRA, p.150, 2007).

Com o requerimento feito para a coroa portuguesa, os jesuítas fundaram a vila de São Paulo de Piratininga, por volta de 1553. A primeira construção foi o Colégio Jesuíta, erguido com a ajuda de indígenas e com a utilização de seus materiais típicos. Em conjunto com mais algumas habitações indígenas, formava a primeira paisagem da

²⁴ O caso da cidade do Rio de Janeiro é muito emblemático nesse sentido. Caldeira (2007) aponta em seu estudo sobre a história das praças no Brasil que para repelir as constantes tentativas de ocupação francesa na parte sudeste de seu território colonial, Portugal edificou a cidade do Rio de Janeiro com fins militares. A cidade foi organizada ao redor de uma praça forte com função exclusivamente militar a qual ficava localizada no alto do Morro do Castelo e na qual foi edificado um quartel militar para defesa do território.

vila. A configuração instaurada aproveitava a maneira indígena de organização das aldeias. Geralmente circulares ou ovais, contavam com um pátio central e construções que demarcavam os limites da aldeia. Aproveitando-se dessa configuração os jesuítas construíram sua igreja e sua cruz na borda do pátio central e gradativamente dominaram a organização do espaço da aldeia, que se tornava cada vez mais vila na medida em que se desmantelavam os signos e símbolos indígenas e se expandia o processo de dominação cultural e espacial.

Conceitualmente, o espaço da praça, apesar de assumir papéis distintos e apresentar uma diversidade morfológica, possui em sua gênese, o caráter de espaço coletivo, lugar de manifestação, de culto e de ritos, propício à interação social. Esses espaços, no solo brasileiro, constituíram duas formas distintas: uma, nas aldeias e assentamentos indígenas existentes, e outra, nas vilas e cidades implantadas no âmbito urbano. Essas duas formas vão entrelaçar-se após a descoberta pelos portugueses, no início do processo de colonização. Em um primeiro momento, o desconhecimento do território, pelos portugueses, vai aproximar essas culturas a partir do aprendizado das técnicas indígenas; porém, quando se inicia o processo de dominação portuguesa, observa-se um esfacelamento da cultura indígena em detrimento das políticas colonizadoras. Nesse contexto, a ordenação espacial indígena aparece subjugada à lógica de organização espacial portuguesa, restringindo-se gradativamente. (CALDEIRA, p. 57, 2007).

No caso, o Pátio do Colégio Jesuíta e o Largo da Igreja Matriz assumiram a centralidade organizadora do espaço, como de praxe na moda portuguesa de estabelecer as cidades em território colonial. As praças, de maneira geral, assumem protagonismo na organização urbana colonial, amplamente influenciada pelos estudos urbanísticos que se intensificaram durante o período renascentista, sendo o primeiro elemento demarcado – ou apropriado da aldeia indígena –, seguido da demarcação dos prédios administrativos, da cadeia, do pelourinho e da igreja.

No período do Renascimento, a praça adquire importância estética com as transformações sociais desencadeadas. O crescimento urbano, o desenvolvimento do mercantilismo e das pequenas indústrias, e a reestruturação da sociedade com o surgimento da burguesia acarretaram novas atitudes em relação ao espaço citadino. A partir desse momento, o ambiente urbano torna-se objeto de estudo. (...) A busca pela ordem e disciplina, em contraste com a espontaneidade do espaço medieval. Praças, ruas e avenidas transformam-se nos principais elementos de reformas e intervenções urbanas. (CALDEIRA, 2007, p. 27).

A expansão da vila aconteceu seguindo a reprodução desse esquema com a chegada de outras ordens religiosas: em 1594 são construídos a Igreja e o Convento do Carmo; quatro anos depois é construído o Mosteiro de São Bento. Essas novas construções religiosas, também marcando o espaço com seus pátios e praças, vieram a formar o centro urbano e concentrar a sociabilidade da vila.

A consolidação dos espaços religiosos foi liderada pela Igreja Matriz (...) o início da construção da Matriz original data de 1555, mas o edifício só foi completado por volta de 1612. No seu interior ocorriam, além das cerimônias religiosas, algumas atividades administrativas, que denunciavam a falta de edifícios institucionais nos primeiros anos da vila. O domínio visual das igrejas reinava absoluto na paisagem. A Igreja do Carmo era o edifício que mais se destacava, pelas suas proporções e por estar situado em uma cota mais alta. (CALDEIRA, 2007, p. 153).

Durante o século XVII a vila é impulsionada a novos processos de urbanização visando à ordenação disciplinada do traçado da cidade, de caráter acentuadamente estético, com objetivos de tornar o espaço do centro um local mais digno, dado o desenvolvimento econômico ligado a agricultura do trigo que predominou durante esse período até o início do ciclo do ouro, quando, como resultado de estratégias políticas, é fundada a Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro. É durante o ciclo do ouro também que a vila é elevada à condição de cidade. No século XVIII “o conjunto do Colégio dos Jesuítas, ‘um dos lugares mais marcantes, se não o mais marcante da cidade’, passou a sediar o Palácio do Governo, evidenciando assim a troca de poderes: de ‘Largo do Colégio’ passava a ‘Largo do Palácio’” (CALDEIRA, 2007, p. 156). A rotação dos poderes responsáveis pela administração da cidade trouxe consigo constantes intervenções urbanísticas no centro, promovendo uma progressiva adequação estética que comunicasse tanto as transições quanto a crescente importância que São Paulo passava a ocupar em termos políticos e econômicos para a colônia. Isso marca como o processo de urbanização esteve sempre lado a lado com os ciclos econômicos e políticos. Como aponta Ferreira (2009, p.3): “Em cada momento histórico os ciclos do capital vão condicionando a urbanização da cidade que passa a categoria de metrópole”, por isso, pode-se dizer, desde já, que os projetos de intervenção no espaço urbano condizem com intenções de traduzir práticas e ocupações. Entrelaçado a isso, a crescente e consolidada importância econômica e política da cidade de São Paulo trouxe ampliação dos interesses católicos sobre a cidade. A partir da necessidade de

acompanhar a mudança de status da cidade através de sua adequação estética em seu principal marco religioso, a Praça da Igreja Matriz também seria contemplada por intervenções urbanas de caráter organizacional. Adquirindo maior importância para o contexto da cidade em meados do século XVIII, quando outra igreja foi construída – São Pedro dos Clérigos, finalizada em 1740 – a Matriz passou por uma elevação de status, tornando-se a Catedral Metropolitana. Após sua demolição, foi erguida a Igreja da Sé, sede do bispado, quando o Largo da Matriz mudou de nome, agora sendo chamado de Largo da Sé. Até então, a paisagem da cidade era acentuadamente colonial, com pouca cisão entre rural e urbano. Seu processo de modernização tem início com o desenvolvimento da economia cafeeira, que tomou de assalto a região, trazendo consigo transformações de infraestrutura, organizacionais e estéticas para a cidade, sobretudo para seu centro.

Essas reformas abrigaram, como cenário principal, o centro urbano. A criação e melhoria de serviços públicos, a partir de iniciativas oficiais, transformaram o perfil do centro, modificando o seu caráter funcional e morfológico. A substituição do casario colonial por prédios comerciais alterou gradativamente o uso residencial para comercial e serviços, atingindo principalmente a região do Largo da Sé. As obras de saneamento – instalação de água e esgoto, empreendidas por João Teodoro Xavier de Matos entre 1872 e 1875 – foram uma das primeiras transformações. A criação do Jardim Público (Jardim da Luz), da Faculdade de Direito, do Seminário Episcopal, do Mercado e do Matadouro, o calçamento do Largo da Sé, a implantação de um sistema de vias interligando bairro ao centro valorizaram a região central. (CALDEIRA, 2007, p. 162).

Essas mudanças são catapultadas também pelo processo de eleição da capital paulistana como moradia definitiva pelas famílias cafeeiras: “O processo de urbanização de São Paulo ligava-se à presença cada vez mais constante de famílias da aristocracia cafeeira na capital, ‘onde iriam construir um modo de vida que exigia, entre outras coisas, um espaço público que não os envergonhasse’.” (PALMA, 2011, p.50). Trata-se, portanto, de uma mudança impulsionada pela camada mais abastada e pelo poder público que acompanhava o processo de urbanização²⁵ amplamente visto nas principais capitais brasileiras e intensamente aplicada aos centros históricos.

²⁵ “Esse é um termo passível de sintetizar adequadamente o conjunto de mudanças socioeconômicas, demográficas, urbanísticas e físicas que a cidade atravessa nesse momento como parte de um processo mais abrangente que ocorre também em outras grandes cidades do país ao longo do século XIX” (FREHSE, 2005, p.45).

O acentuado crescimento populacional decorrente do ciclo do café e o princípio da industrialização, proporcionaram mudanças de toda ordem no meio urbano – onde a quantidade mudou a qualidade do fenômeno urbano. O poder público passou a intervir urbanisticamente no ordenamento do uso do solo da área central paulistana – nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX – consolidando uma estrutura urbana da cidade que se existe até hoje. (FERREIRA(b), p.15, 2009).

Juntamente com o processo de urbanização da capital intensifica-se a formação de uma opinião pública. Esta, entre outras coisas, trazia a potencialidade de coagulação das preocupações daqueles que tinham acesso aos principais jornais da cidade. Em tom de denúncia e exigência eram publicadas cartas com ansiedades afinadas às preocupações oficiais no que toca uma das frentes da execução do processo de modernização das cidades brasileiras. Pertencendo a essa frente, no caso, as políticas de sanitização e higienização, aplicadas a urbanização promovida na época.

A ideia de espaço público começou então a se formar não apenas em função do uso que ruas, largos e várzeas passaram a ter naquele momento, mas também por todo um circuito comunicativo que dava vazão a algumas formas de conceber a cidade. A rua tomada como ‘lugar residual’ da casa – local em que se podia despejar sobras sujas do espaço privado; ou onde ‘a qualquer hora do dia’ banhavam-se ‘homens e moços algumas vezes Evas em completa nudez’ – confrontava-se nas páginas dos diários ou nas atas oficiais com reivindicações por uma rua que permitisse a circulação saudável e decente dos transeuntes. (PALMA, 2011, p.48).

2.2. Políticas históricas de urbanização e opinião pública

A relação entre políticas de urbanização e opinião pública, portanto, apresenta-se como catalisador de pautas internas na câmara paulista. Enquanto, na intenção prática de promover-se como produto a ser consumido, os jornais alimentavam polêmicas e desentendimentos relacionados ao cotidiano urbano, sobretudo relacionados ao ambiente urbano ocupado pelo público alvo desses jornais – cujo preço custava 2,5 vezes mais que o preço da passagem do bonde –, acentuava-se, em conjunto, a presença dos problemas da cidade, vistos, agora, pela perspectiva desse mesmo público, como pauta de debate e confecção de políticas urbanísticas no interior de seu local formal de atuação política (FREHSE, 2005). Nesse mesmo período também foi implementada a primeira linha de bonde, com o estabelecimento de dois pontos de parada: o Largo da Sé e a Estação da Luz. Com esse avanço técnico no transporte urbano e a eleição da Sé

como um dos pontos de parada, o perfil religioso antes materializado de forma predominante nesse espaço passa a se alargar, abrigando também um perfil de praça mais condizente com os processos de modernização²⁶ estética e organizacional que intencionalmente previam nas praças centrais a formação e formalização de importantes nós de passagem e transporte nas cidades, enquanto ainda mantinha um conjunto de práticas festivas e cívicas. Esse processo de organização do sistema de transportes e do sistema viário, mais a frente na história de São Paulo, viriam a ser o principal impulsionador da execução do projeto da Praça Roosevelt, em 1969.

Essa nova concepção de espaço urbano que começava a se delinear pode ser também entendida a partir de uma dinâmica cultural inédita na cidade. (...) A partir das últimas três décadas dos oitocentos as manifestações religiosas – definidoras da vida cultural paulistana até então – perdiam importância. A população local passava a contar com locais de passeio e entretenimento, como parques e clubes, e o aparecimento de sociedades recreativas, artísticas e literárias. (PALMA, 2011, p.48).

Tendo em vista que as preocupações com a cidade se alocavam com preponderância no centro da cidade, tornou-se inevitável que se instaurasse como vicissitude histórica das ações políticas de modernização da capital, uma crescente segregação das ocupações de seu centro. Se de um lado, no centro da cidade, se alocavam recursos estéticos e de infraestrutura, dando a esse espaço da cidade ares refinados condizentes com uma “*Belle Époque*” francesa (PALMA, 2011), as demais

²⁶ Caldeira (2007), em seu trabalho de genealogia sobre transformações de significado e arquitetônicas das praças brasileiras, destrincha com muito cuidado e fôlego as principais vertentes da arquitetura e urbanismo modernos que surgiram na Europa do séc. XIX. Tendo em vista a crescente industrialização das cidades e intenso crescimento populacional das principais cidades europeias, a preocupação com a organização espacial – para que o modelo de produção industrial fluísse de forma menos conflituosa possível com as cidades – e com o bem estar dos habitantes dessas cidades tomou forma nos projetos de grandes cânones da arquitetura moderna, que fizeram do urbanismo uma ciência de cunho exacerbadamente naturalista e funcionalista, pautada na crença de que disciplinando o espaço e oferecendo o necessário para a satisfação do homem em harmonia com o sistema produtivo se formariam sujeitos sadios de mente, corpo e espírito. Entre esses cânones, em importância para o campo da arquitetura daquela época e para o processo de modernização brasileiro que culminou na execução do projeto de Brasília, Le Corbusier foi responsável por pessoalizar essa mudança de paradigma urbanístico. Dentre várias de suas conceituações, a cidade moderna ideal apresentaria um ritmo espacial marcado por espaços vazios e espaços construídos. Os espaços vazios seriam responsáveis por emoldurar e enaltecer as construções. Apresentá-las, comunica-las. Entre esses espaços vazios, as praças teriam uma função adicional de organizar as centralidades e facilitar o trânsito de pedestres entre os principais prédios público-administrativos e nos polos econômicos ou industriais. Elas seriam marcadas pela presença de estações ou pontos de parada organizadores do sistema de transportes. A vida pública, que tinha a praça eleita como principal palco para sua efervescência não estava mais prevista para habitar esse espaço no

modelo urbanista moderno. Estava previsto que a vida pública, reduzida ao lazer e ao gasto do tempo livre na recuperação das forças para o trabalho, fosse alocada de forma dispersa em espaços privados.

localidades circundantes eram preenchidas pela indústria nascente, pelas resistências e corpos daqueles que constituem parte importante do próprio funcionamento da cidade sendo fornecedores de sua força de trabalho e prestadores de serviços. Essa mesma disposição de recursos espaciais e estilos de vida com poder de adequação a essa distribuição material pela cidade – concentração aristocrática no centro e gradualmente periférica²⁷ na medida em que se diminuía o capital global, conferindo maior fragilidade e menor autonomia quanto ao poder público, dos demais cidadãos – produz a diferenciação entre uma cidade que se torna fetiche: o centro com suas fronteiras de opacidade inerente a ambiência refinada e manifesta nos estilos de vida ocupantes dessa região; e a “São Paulo varrida para debaixo do tapete”, apontada pelos discursos jornalísticos da época, de cunho higienizador, como responsáveis pela percepção da cidade, no desabrochar de metrópole, enquanto “suja, doente, feia, vadia e pervertida” (PALMA, 2011, p.57).

Há assim uma lógica de segregação marcada na ocupação espacial de São Paulo e, dentro desta lógica, se assentam diversos projetos urbanos. (...) Linhas imaginárias foram definindo muros da cidade: de um lado uma cidade com aspirações modernas, em que o espaço público é debatido e regrado; e o outro lado, suburbano (e/ou submundano), onde por força da própria lei a legislação não legisla, são criados espaços de exceção que buscam camuflar as contradições do processo. (PALMA, 2011, p.51)

Em meio a esse florescimento acentuadamente segmentado de uma São Paulo plural, com a execução formalizada das políticas de modernização, radicalizou-se, para além do afastamento de camadas não aristocráticas da população para as regiões mais periféricas do contexto geográfico da cidade naquela época, o caráter domesticador conferido à organização do espaço e distribuição de políticas urbanas sobre os cotidianos e práticas de seus habitantes. Em oposição ao centro valorizado que se espetacularizava enquanto produto jornalístico e publicitário, com concentração de recursos e políticas em prol de uma vivência adequada à exigência moral da aristocracia cafeeira, as demais regiões da cidade, sobretudo as mais periféricas – locais de habitação negra, do proletariado incipiente, de imigrantes estrangeiros ou de outras regiões do país, ou qualquer outra camada menos abastada material e representativamente – concentravam responsabilização pelo lado feio e sujo da cidade;

²⁷ “O paulistano tornou -se um migrante urbano, empurrado pela especulação imobiliária de um lugar para outro” (BOSI, 2003, p. 76 apud PALMA, 2011, p.51).

concentravam repressão sobre suas práticas e estilos de vida. Nesse sentido, o processo de modernização, e conseqüentemente civilizador (ELIAS, 1993), brasileiro, que se esparramava sobre a elaboração das políticas urbanas de São Paulo trazia consigo seu lado descivilizador (ELIAS, 2006) materializado nas ações rígidas e violentas com que a letra da lei²⁸ se valia mais para as camadas indignas, enquanto aquelas detentoras de um estatuto de dignidade, ou de um carisma cidadão pautado na adequação de sua etiqueta e estilos de vida à normalidade exigida pela boa moral, tinham salvaguardado um salvo-conduto em seus corpos – emblemas sinalizadores de seu local de habitação, sua disposição na geografia da cidade, e posição privilegiada na estrutura social dessa São Paulo. Portanto, com violência eram reprimidos os piquetes operários; com zelo pela lei eram alvo de punição contra vagabundagem os negros e imigrantes; de forma deliberada a população negra era obrigada a se valer de sua carteira de trabalho como passaporte por certas áreas da cidade; e com entusiasmo os cortiços eram alvo de desapropriações e desmantelamentos visando à higienização da cidade (PALMA, 2011).

As restrições de acesso e trânsito, bem como os esquemas de distribuição de políticas urbanas, dos estilos de vida e cotidiano por essa geografia da cidade, influenciaram de forma dialética, ou mutuamente influente, o estabelecimento, naquela época, da estrutura da esfera pública (HABERMAS, 1984) de São Paulo. Enquanto “as residências da burguesia cafeeira assumiam (...) um importante papel na configuração de uma esfera pública literária na cidade”, reunidos em seus interiores²⁹, “senhoras da sociedade elegante, políticos e autoridades, artistas, jornalistas discutiam literatura e artes, entre outros assuntos”³⁰; outras camadas da população também dispunham de uma

²⁸ O código de Posturas municipais de 1886 já trazia uma concepção clara de civilidade: nos pavimentos térreos das construções ficavam proibidas portas, janelas e cancelas que abrissem para o lado de fora, para evitar acidentes com transeuntes; também eram vetados vasos e vidros quebrados em janelas viradas para rua; ficava definida a obrigatoriedade da limpeza dos logradouros e o impedimento de lançamento de materiais excretais em locais públicos; cavalos aos trotes, só para a cavalaria em serviço; punição ao vandalismo contra árvores; repressão a pedintes, golpistas e vagabundos; regulação do uso de armas; organização do lazer; restrições ao barulho e à urinação nas ruas; proibição de pichações e obscenidades. E ainda o artigo 66 que dizia que “toda família que tiver sobre sua guarda algum louco ou furioso” deveria recolhê-lo a um hospício, ou “conserva-lo em boa guarda, a fim de não incomodar o público e seus vizinhos”. (...) O mesmo código definia também que a construção de cortiços ficava proibida na zona urbana de São Paulo. Esse tipo de moradia não deixou, com isso, de existir, apenas foi sendo empurrada para regiões em que a fiscalização oficial efetivamente não chegava. (...) Desde as posturas de 1886, há um duplo movimento a definir a legislação urbanística paulistana: “por um lado, garantir a ‘proteção’ de determinados espaços contra a invasão de usos e intensidades degradantes, por outro, definir uma fronteira, para além da qual estes mesmos usos seriam tolerados”. (PALMA, 2011, pp. 50-51).

²⁹Dentre eles a xácara de Dona Veridiana Martinho Prado também é elencada como local privado de peso na formação dessa esfera pública paulista.

³⁰PALMA,

2011,

p.54.

inclinação à produção de seus próprios espaços de discussão a respeito dos bens culturais participantes de seu consumo cotidiano, entre outros assuntos, nas associações de bairro e grêmios operários que começavam a se formar. Tal evidência histórica aponta o jogo de ecos (FREHSE, 2005; PALMA, 2011) que começa a se formar, no final do império e início do Brasil república em São Paulo, entre a confecção e aplicação de políticas urbanas e a produção jornalística sobre a cidade. Entretanto, mesmo que a concentração de recursos se alocasse intensamente no ambiente urbano habitado pela população com acesso a essa esfera pública capaz de tornar públicas suas demandas, a população que não gozava desses acessos não ficou de todo amordaçada. Nesse mesmo período, também é perceptível a formação do que alguns autores vão chamar de “esfera pública plebeia, na qual se protesta e se negociam espaços, constitui-se um saber específico, forja-se a autoestima, configura-se uma cultura política que estabelece uma relação singular entre o público e o privado” (PAOLI; DUARTE, p.99, 2004). A formação dessas esferas públicas e a formação de circuitos diferentes de circulação de informação sobre a cidade, que apreendiam discursivamente os sentidos formados nos diferentes tipos de cotidiano possibilitados ou constrangidos pelo espaço a que se tinha acesso no centro, ou nas periferias, servem de índice para a compreensão de como o poder de imputar sentido ao espaço e disputar posição que absorva maior legitimidade para esses sentidos têm peso deliberativo. Muito embora circulasse na esfera pública plebeia de São Paulo informativos, notícias e reivindicações envolvendo as maneiras como as populações que ali residiam se relacionavam com o espaço, na medida em que essas produções textuais, fotográficas e políticas (no sentido da deliberação local) mantinham-se restritas à esfera de consumo do trabalhador, toda essa produção ficava castrada em suas possibilidades de exteriorização de sentido e deliberações políticas mais amplas. Voltaremos ao tema.

2.3. Efeitos de ordenação do espaço: vississitudes históricas

Retornando a xácara de Dona Veridiana – que passara a ficar mais contornada pela própria cidade devido a sua crescente expansão³¹ e urbanização –, durante esse

³¹ “No começo do século XX, principalmente, grandes chácaras começaram a ser loteadas para promover o mercado imobiliário para residências de alto padrão. (...) O centro tradicional se expandia através da construção do Viaduto do Chá para além do Vale do Anhangabaú, as novas técnicas construtivas e os interesses imobiliários conjugados deram as condições para impulsionar a verticalização e a implosão da

período o processo de sanitização³² e de verticalização (SANTOS, 2005) da cidade exerceu impacto decisivo sobre o espaço do bairro da Consolação, exigindo dos proprietários adequações em suas terras e promovendo desapropriações quando necessário. Em 1889 a proprietária se muda para o bairro Santa Cecília e deixa que a sede de sua chácara passe a abrigar o Seminário das Educandas.

Nos anos de 1910, 1920 e 1930 a prefeitura pede providências quanto ao esgoto que corre da chácara de Martinho Prado (chácara de Dona Veridiana) em direção ao riacho onde se dava o abastecimento de água da região. Doar o terreno ao invés de sanar o problema sanitário e hídrico do local foi menos oneroso para o proprietário. Esse espaço residual, resultante de doações e desapropriações, após a demolição da casa que abrigava o Seminário das Educandas em 1950, torna-se o espaço público no qual seria construída a Praça Roosevelt em 1969. (FERREIRA(b), 2009, p.16).

Até o final da década de 1960, após a remoção do Seminário das Educandas e a demolição da propriedade, esse espaço, precedente a construção da Praça Roosevelt, era um amplo calçadão. Durante a semana funcionava como estacionamento e tinha capacidade para até setecentos carros (Figura 4). Durante os sábados e domingos era ocupada por uma feira-livre local. Além dessas duas ocupações realizadas no calçadão, na época chamado de Praça da Consolação, seu entorno continha um efusivo circuito de consumo cultural e boêmio avidamente frequentado pelas classes abastadas e artísticas de São Paulo. O Cine Bijou (Figura 3), um dos primeiros e principais cinemas de arte da cidade, foi inaugurado em 1962. Vários outros estabelecimentos, como boates, restaurantes, cafés e bares emolduravam o calçadão. Entre eles havia o Djalma's, local onde Elis Regina realizou seu primeiro show.

área central concomitantemente a explosão da cidade para além da área central em direção as freguesias dos quatro cantos de São Paulo.” (FERREIRA(b), 2009, p.15).

³² “As primeiras décadas do séc. XX corresponderam a um movimento intenso de internacionalização das formulações teóricas e das experimentações urbanas. Esse período, na Europa, foi marcado pela intervenção do Estado, que passou a ser o cliente dos arquitetos, subvencionando suas pesquisas. A partir de então, estabeleceu-se um conjunto de regras e legislações visando ao desenvolvimento da higiene e da salubridade urbanas, valendo destacar ainda o surgimento de novos equipamentos e serviços que forneceram o suporte legal para a prática urbanística. Projetos de conjuntos habitacionais, loteamentos e cidades novas formaram o conjunto de intervenções que protagonizaram a política de organização do espaço urbano e arquitetônico.” (CALDEIRA, 2007, p.227).



Figura 3 – Fachada do Cine Bijou.



Figura 4 – Praça da Consolação como estacionamento. Na imagem é possível vislumbrar, ao fundo, a Igreja da Consolação e a grande área calçada que funcionava como estacionamento durante a semana.

O final da década de 1960, na gestão do então prefeito Faria Lima, foi marcado por grandes intervenções na cidade tendo em vista a escolha por grandes vias de ligação na organização viária de São Paulo. Entre as obras realizadas, uma das mais importantes foi a construção da via de ligação Leste-Oeste, ou elevado Costa e Silva. Programada para passar sob a Praça da Consolação, trouxe também como resultante de sua implementação o projeto da Praça Franklin Roosevelt, datado de 1967. A consolidação de ambos os projetos – estruturação viária e da própria Praça – trazia por trás um forte discurso de modernização e progresso da cidade, completamente afinados com o

discurso sobre as políticas econômicas do governo militar. Segundo declarações de Faria Lima³³, a paisagem da cidade seria totalmente diferente, igualando-se ao processo de modernização e tecnização da cidade do Rio de Janeiro. A Praça Roosevelt representaria a materialização desses processos, uma praça monumental, símbolo de que o progresso havia alcançado a organização viária da cidade.

Em 1968 foi aprovado o plano e o programa final que orientou a implementação da obra, que demandou tres anos de construção. As etapas de construção foram amplamente divulgadas pela imprensa gerando no público grande expectativa. Os artigos dos jornalistas traziam explicações sobre os materiais, as maquinas e as técnicas utilizados na construção. A tudo era dado qualidade de grandeza: um grande investimento que traria a cidade a grande praça símbolo da modernidade e do progresso. (FERREIRA(b), 2009, p.19)

Após tres anos de obras (Figura 5), a Praça Roosevelt foi inaugurada, em 1970 (Figura 6), sob administração de Paulo Maluf. O projeto³⁴ executado sofreu algumas alterações durante o percurso de sua construção e a praça sem jardineiros foi erguida como um edifício sem que a população fosse consultada a respeito de suas demandas ou da pertinência do próprio projeto. O uso da área como estacionamento e feira tiveram espaços previstos na nova Praça. Em seu subterrâneo foram construídos dois andares de estacionamento. A área sob um de seus pavimentos foi reservada para o funcionamento de um mercado municipal. Além desses dois usos para a Praça, foi reservada uma área para patinação, uma área para escola, outra para auditório, entre outras. A ideia era fazer do edifício-praça um centro comunitário multiuso com capacidade para integrar a vida da região e suprir todas as suas necessidades.

³³ “Dentro de alguns anos quem visitar São Paulo, depois de um período de ausência, não mais reconhecerá a cidade. Como sucedeu no Rio de Janeiro, depois do desmonte do Morro do Castelo, a paisagem aqui será totalmente diferente e para que isso aconteça, o plano de urbanização da Praça Roosevelt muito contribuirá; representa um impulso de progresso com pouco tivemos iguais”. (O Estado de São Paulo – 04/10/1967 apud FERREIRA(b), 2009, p.19).

³⁴ “Constatou-se (na época) que o projeto inicial havia sido alterado: equipamentos de lazer e paisagismo foram abolidos; foi instalado um supermercado, um conjunto de quadras esportivas e uma pista de patinação que não estavam contemplados no projeto original aprovado. Além disso, alguns acessos foram bloqueados e a Esplanada da Augusta cercada por grades de ferro. Sendo que as modificações e a instalação do supermercado foram concebidas pela administração municipal; a exceção fica por conta da

pista de patinação, requerida por um grupo de frequentadores da praça e simpatizantes dessa prática esportiva”. (FERREIRA(b), 2009, p. 20).



Figura 5 – Praça Roosevelt em Construção juntamente com a radial de ligação Leste-Oeste. Na imagem é possível visualizar a construção do túnel sobre o qual seria edificada a Praça Roosevelt. O mesmo túnel, apelidado de buraco da minhoca, desembocaria no elevador Costa e Silva, ou popularmente nomeado, Minhocão.

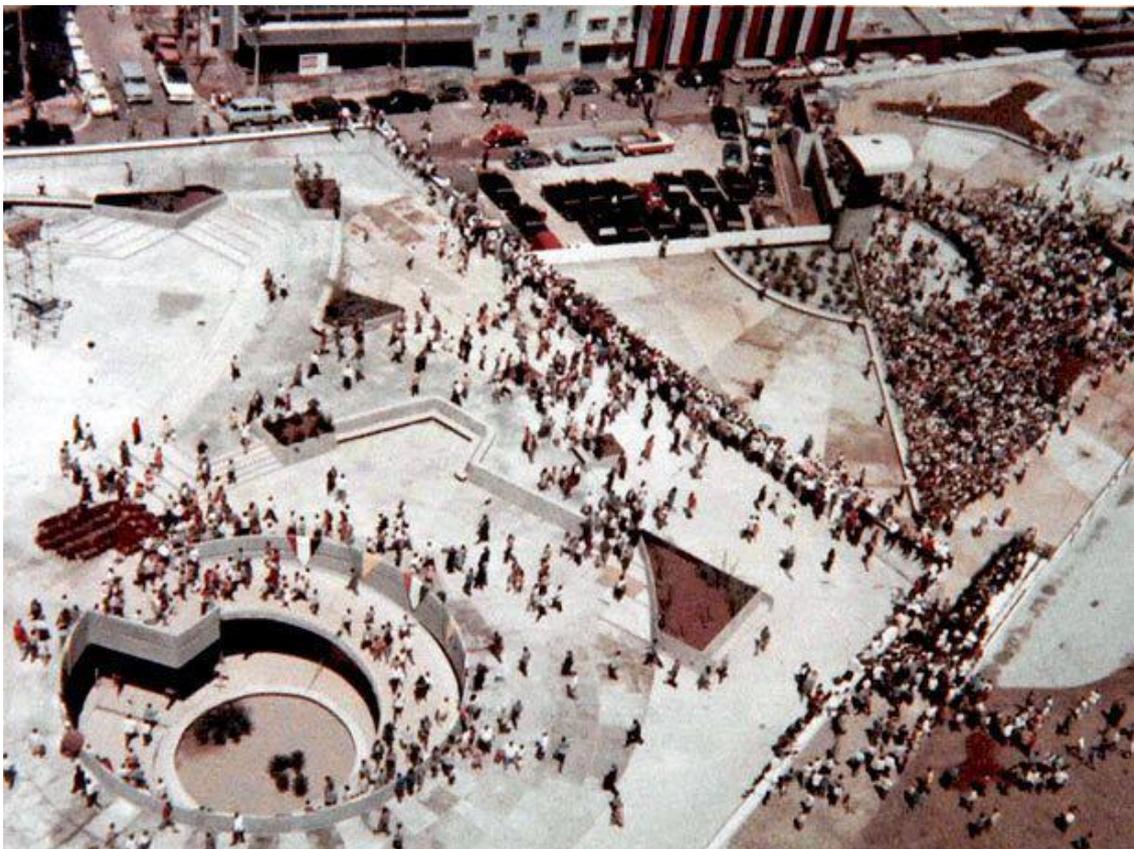


Figura 6 – Praça Roosevelt na data de sua inauguração.



Figura 7 – A imagem feita em plano mais amplo possibilita a visualização da ausência de vegetação na mesma, uma reclamação constante da população.

Em completa ressonância com os efeitos de ordenação do espaço e das práticas que a arquitetura moderna trás consigo, a Praça Roosevelt obteve êxito em estabelecer um espaço vazio de pessoas. A orientação das práticas não ocorreu como o planejado oficialmente, muito menos de acordo com a intenção programática e funcionalista da arquitetura moderna. Ao invés de impor um ritmo visual de ruptura entre espaços vazios e espaços construídos, a Praça surgiu como mais um espaço pesadamente concretado que, mesmo trazendo uma ruptura visual, não contribuía para o alívio estético, para a demarcação de si mesma ou dos edifícios de seu entorno, nem para a circulação de pessoas. As consequências da opção por um edifício-praça multiuso começaram a se desdobrar alguns anos após sua construção – como será visto mais adiante – trazendo resultados considerados negativos para a região, conquistando o apelido de monstro de concreto.

2.4. Espiral da decadência e fracasso dos projetos de modernização

A história que coloca como um marco para a urbanização de São Paulo a edificação da Praça Roosevelt é tida para o trabalho como espécie de apriori responsável por sinalizar nossa problematização. É a partir do resultado dessa materialização do discurso e das políticas de modernização do Brasil e da capital paulistana – que se deu, entre outras coisas, na inovação das políticas viárias da cidade e da construção da praça – que se cria a narrativa presente nos jornais, formadores da opinião pública, do fracasso da Praça. Existe uma responsabilidade dessa opinião pública ao que seria o grande vazio sentido a respeito da Praça a partir do final da década de 1970, com o ruir de sua manutenção e a falta de continuidade dos programas para a Praça, mas não necessariamente vivido nela.

Ao final da década de 1970 o bairro da Consolação, distrito República, ainda região central, que recebeu o novo edifício-praça, considerada arauto da modernidade e símbolo do progresso econômico tanto do país, como da própria cidade de São Paulo, começou a sofrer as consequências relacionadas ao projeto. Todas dizem respeito ao ciclo de ocupações, a própria forma dada ao espaço e à manutenção do equipamento. Era uma Praça pouco convidativa, com muitos espaços construídos que bloqueavam a visão de quem passava ao lado, pelas ruas tangentes. O concreto dela, entrecortado parcamente por espaços arborizados, imprimia a localidade pouca sensação de que se tratava de um espaço próprio para o lazer e para a contemplação, como previsto em alguns dos modelos de praça moderna. O mercado municipal, um resquício de memória da feira realizada no que foi o calçadão chamado Praça da Consolação, nunca foi ativado. Em seu lugar, alguns supermercados, ao longo da história da Praça, ganharam concessão municipal para funcionar ali. A escola programada para funcionar na Praça teve duração limitada devido a falta de manutenção do edifício-praça e aos problemas estruturais que não tardaram a aparecer. O auditório, o espaço musical e demais galerias foram subutilizadas pela falta de eventos realizados. As demais funções a ela racionalmente atribuídas pela intenção programática oficial também não duraram muito tempo, sendo constantemente alteradas na tentativa desesperada de dar alguma vida desejável a praça³⁵. Como aponta Yamashita:

³⁵ Desejável do ponto de vista da administração urbana e da opinião pública que se formava com auxílio dos jornais. Nessa época, na medida em que o tipo de ocupação para o qual foi prevista a praça não

Após a inauguração (...) em 25 de janeiro de 1970 pela administração de Paulo Salim Maluf (1969-1971) no governo militar de Emílio Garrastazu Médici, a Praça Roosevelt, ou o ‘edifício-praça’, caracterizou-se por constantes alterações de programa através da implantação dos mais variados equipamentos. Como tentativa de ‘reverter’ o que foi entendido pela administração pública como rejeição à praça por parte da população, as medidas buscavam na instalação de dispositivos como biblioteca, agência de correios, restaurante, supermercado, entre outros; formas de dinamizar o uso. (YAMASHITA, 2013, p.46).

A arquitetura e o programa oficial da Praça falharam em vários aspectos. Em praticamente todos, talvez. O sucesso obtido está ligado a uma das características das praças funcionalmente pensadas na arquitetura moderna de Le Corbusier e ao fato de ter sido pensada também como um edifício, em total afinção com a vertente americana moderna do pós-guerra. Esse ponto remete a ausência de manifestações cívicas como algo previsto para as praças modernas e a configuração do espaço como um edifício centro multiuso voltado para o consumo mais do que para sociabilidade ou contemplação. A depender da filiação ideológica, há de se dizer que se trata de um grande sucesso, sobretudo dado o contexto político ditatorial pelo qual o Brasil passava na época e ao esvaziamento cívico vivido pela praça durante praticamente toda sua história. Segundo a reflexão trazida por Yamashita, as políticas urbanísticas antipraça são uma característica presente nos governos ditatoriais:

Assim, as medidas da prefeitura ao longo dessas tres décadas não foram muito além de ações emergenciais e ajustes de programa, e refletem uma prática urbanística fragilizada. Para alguns pesquisadores como, por exemplo, Alex (2008, p.279) os ‘projetos deficientes, a manutenção precária e a negligencia da gestão pública da praça e do espaço da cidade, contribuem para a perda de referenciais comuns’ e acarretam o desuso das praças. Ainda segundo ele, tal conjuntura explica a politica antipraça do periodo da ditadura militar em seu esforço de desmanche dos locais de protestos, comprometendo ainda mais a vida pública da cidade. [...] Na mesma chave, é possível realizar uma leitura de outras intervenções urbanas do periodo como, por exemplo, a reforma da Praça da Sé na década de 1970. (...) Trata-se de um exemplo que integra, juntamente com a Praça Roosevelt, as análises recorrentes que creditam ao autoritarismo politico que caracterizou o período militar após 1964, suas concepções arquitetonicamente ostensivas e antiurbanas. (YAMASHITA, p. 83, 2013)

acontecía, ou escoava para outros lugares da cidade, a ocupação desse espaço por pessoas em situação marginalizada apresentou crescimento. Esse aspecto da história da praça e da conformação de sua memória será abordado mais a frente.

3. Praça Roosevelt: a produção política do espaço

No caso Roosevelt, a forma de relação conflituosa presente na diversidade que ocupa a Praça, suscita questões relativas ao próprio espaço, ao modo como as intervenções arquitetônicas se deram como os grupos interagem entre si em torno do espaço em geral; ao modo como os indivíduos se deslocam através do espaço; e à questão do próprio motivo pelo qual o espaço passa a ser objeto de desejo e palco de conflito, seja em vasta dimensão, ou em contextos nos quais o espaço, enquanto recurso mais perceptivelmente escasso – quando imerso nos limites de uma cidade, por exemplo – abriga em si competições simbólicas e presenciais para a determinação das formas de sociabilidade passíveis de se formar dentro de seus limites. O caso da Praça Roosevelt aparece como a manifestação de ajustes nas relações de interdependência que surgem naquele microcosmo, parte da cidade de São Paulo, como o desembocar sensível de processos outros que envolvem o reordenamento espacial para fins de higienização e controle e movimentos de retomada da rua.

O espaço, dessa maneira, assume papel protagonista no presente trabalho uma vez que sua apropriação é o objetivo final do conflito que se desenvolve na Praça Roosevelt, assim como dos outros tantos conflitos pela retomada da rua que se manifestaram nos últimos anos. Mas como chegar ao espaço do qual se pretende falar? Como se pretende falar de um espaço que se torna mercadoria? Antes de procurar entender o protagonismo que o espaço urbano vem assumindo nas manifestas intenções de retomada do espaço público nas cidades, por diversificadas iniciativas privadas e de pessoas particulares, faz-se necessário essa explanação.

3.1. Espaço e natureza, interdependência e Estado

Lefebvre (2001), em seu manifesto pela retomada da cidade, denuncia uma relação com o espaço urbano, característica ao modo capitalista de produção, que começa a orientar as formas pelas quais a cidade é produzida e reproduzida. Trata-se de um avanço na transformação ideológica da cidade, que de valor-de-uso, passa a ser valor-de-troca.

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, p.14, 2001).

Nesse sentido, a cidade, na era capitalista, inaugura a alienação do espaço urbano³⁶ nos moldes da alienação exercida pelo modo de produção capitalista sobre o produto do trabalho. Se em um momento precedente na história, a cidade é produto das relações de produção que os homens estabelecem com a natureza (sendo a cidade constituinte, mais tarde, dessa natureza dotada de história) e das relações socialmente organizadas que estabelecem entre si, constituindo-a, dessa maneira, como valor-de-uso, no momento histórico sobre o qual Lefebvre faz suas acusações, ele encontra uma cidade que passa a ser valor-de-troca no modo de produção capitalista. Portanto, mercadoria. O primeiro movimento reflexivo que surge na espontaneidade de se tentar entender o espaço o coloca em posição de espécie de *a priori*. Fisicamente falando, o espaço está presente, ou seja, funciona como condição necessária à própria existência da matéria; dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Está, neste sentido, próximo à natureza no que toca a importância da mesma em nossa constituição enquanto espécie, no modo pelo qual nos constituímos enquanto seres históricos. De qualquer forma, seria inócuo manter o espaço simplesmente como a base apriorística da existência, seja da natureza, seja do próprio humano composto por ela; como aquilo que sempre esteve presente e no qual toda a matéria se arranja, sem efeito e apenas como invólucro ou recipiente da matéria. De fato, se por um lado, o espaço é essa base essencial, por outro, ele assume um papel importante no desenvolvimento histórico do humano enquanto matriz antropológica e social.

A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e a relação que ela gera entre eles e o restante da natureza. (...) Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo

³⁶ No decurso da história humana a cidade galga um patamar de tecnologia de sobrevivência, ou materialidade dotada de história, tal qual a natureza passa a ser nos termos de Marx. E transcorre nesse processo uma relação de interdependência com as superestruturas – o Estado-Nação sendo a mais manifestadamente emblemática, no caso das cidades da era capitalista – fundamentais para a própria estruturação do humano, na qual a cidade surge como uma mediação materializada, entre várias, de vasta carga simbólico -afetiva, historicamente construída, responsável pelos esquemas de orientação das práticas mais singelas e cotidianas.

que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (MARX, p.10-11, 2007).

A ideia de entender a natureza, e conseqüentemente o espaço como criação histórica na medida em que passa a ser modificada pela intervenção humana, é de buscar uma problematização que se inicia no caráter fenomenológico dado a esses componentes da estruturação antropológica e cultural do humano, por Marx e Simmel. Marx nos traz a formação da estrutura social e das relações de interdependência como consequência da experiência direta de produção humana.

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX, p. 18, 2007).

3.2. Apontamentos sobre o conceito de *espaço* em Marx e Simmel

Marx (2007) diz que o que nos difere dos demais animais é o fato de sermos produtores de nossas condições materiais de existência e, conseqüentemente, das condições materiais de produção. O homem seria o único animal a intervir na materialidade já dada – sendo a natureza sem história a primeira – como condição específica para sua própria sobrevivência, na medida em que a intervenção é, também, consequência e conseqüente da estruturação antropológica e cultural da espécie. Mais especificamente falando, trata-se de sermos construtores de nossa história, ou de sermos históricos por construirmos nossas condições, o que para Marx (2007) se enquadra no que ele vem a denominar primeiro fato histórico simultaneamente ao primeiro ato histórico. Assim, a relação que o humano estabelece com a natureza – e, conseqüentemente, também com o espaço no qual toda a materialidade se impõe diante do humano – é determinante para a constituição de suas próprias formas de relação entre si. Sendo essas formas de relação produtos, em um primeiro momento, da intervenção na materialidade em busca de sobrevivência e, em um segundo momento, base orientadora da ação humana sobre a qual a própria produção da materialidade se constitui. Para assegurar sua sobrevivência, o humano necessita “antes de tudo beber,

comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais” (MARX, p.21, 2007) e a forma como essas primeiras necessidades básicas são supridas está diretamente entrelaçada com a imposição feita pela natureza, espacialmente localizada – e, portanto única (SIMMEL, 2013) – que o humano encontra diante de si, como força exterior e coercitiva.

A satisfação das primeiras necessidades é realizada com a produção dos meios que permitem essa satisfação, que no caso se trata da produção da própria vida material. A criação das primeiras condições materiais de existência é o primeiro fato histórico. Portanto, é o primeiro fato histórico a transformação da natureza pelo emprego da força de trabalho. O produto desse trabalho, além da satisfação dessas necessidades, deixa como resultado os instrumentos utilizados para tal finalidade. O ato de satisfazer essas necessidades e os produtos criados para isso, ambos resultantes do trabalho humano empregado sobre a natureza e o espaço, levam a produção de novas necessidades. Essa criação, seu resultado, gera novas necessidades, que implica na produção de maneiras de satisfazê-la. A produção de novas necessidades seria, por sua vez, o primeiro ato histórico. Isso significa que a história prossegue a partir da criação de novas necessidades a partir da criação das condições materiais de existência para a satisfação de necessidades de sobrevivência. Em um primeiro momento o homem está em contato com o que seria a natureza intocada, sem história. Em um segundo momento, a natureza cercante já seria uma natureza historicizada, ou transformada pelo trabalho humano. Essa segunda natureza acabaria por tornar-se “a” natureza, ou melhor, o mundo construído a partir da experiência humana sedimentada na construção desse mundo. Nesses termos a própria natureza passa a ser uma produção humana. E se resultante do trabalho, essa segunda natureza passa a ser uma consequência do próprio processo biossociológico de sobrevivência humana. Uma criação histórica de uma história que se atualiza constantemente.

Simultaneamente ao fato e ao ato histórico, o humano também exerce outro tipo de relação com a natureza, igualmente importante para o desenvolvimento histórico da espécie antropológica e social. Além da renovação, que opera de sua própria vida, são também produtores de outros humanos pela reprodução. Trata-se da produção da família que, em um primeiro momento, aparece como a única relação social, mas que em seguida se submete às necessidades promovidas pelo próprio aumento populacional

cada vez mais assegurada pela segunda natureza, gerida pela intervenção humana – empiricamente limitada –, mais propícia para a sobrevivência.

Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido em que se estende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos. Disso decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperar ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma ‘força produtiva’; decorre igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social (...). Manifesta-se portanto, de início, uma dependência material dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens – dependência essa que assume constantemente novas formas e apresenta portanto uma ‘história’, mesmo sem que exista ainda qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (MARX, pp.23-24, 2007).

Quando o animal se torna histórico é acompanhado pela relação natural, estabelecida com seu entorno, de produção material de suas condições de existência que passam a ser determinantes também de si mesmo, de suas relações. A mudança qualitativo-biológica vem da capacidade de se organizar a partir dessa história que se produz e que passa a se impor ao próprio homem como força externa, natural. No caso, uma consequência de sua ação produtiva no mundo e, dessa maneira, também uma ação produtiva do mundo. A ação produtiva, ou o emprego das forças produtivas apontam a inalienável dependência que os homens têm uns dos outros e da consciência que se forma, dessa mútua dependência. Manifesta-se nesse mundo humanamente gerido e historicamente criado a divisão do trabalho como consequência da organização e da produção. Em um primeiro momento, a divisão do trabalho encontra respaldo na composição corpórea humana, seja na divisão do trabalho sexual, seja, posteriormente, pela divisão do trabalho operada pela imposição de outras disposições desses corpos, pela materialidade imposta ou pelas necessidades. Entretanto, para pontuar o que seria o surgimento da civilização, ou do avanço da humanidade após a passagem pelo ponto zero da cultura, a divisão do trabalho a ser considerada decorre da divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual – sendo os sacerdotes a primeira classe a se destoar a partir desse ponto, responsáveis pela operação da materialidade simbólica resultante das relações estabelecidas do homem com seu entorno e entre si, ou para ser

mais preciso com os termos de Marx, responsáveis pela operação da representação que os homens passam a fazer de si mesmos.

Decorre então, dessa divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, a distribuição desigual de seus produtos, “tanto em quantidade quanto em qualidade. Encerra portanto a propriedade” (MARX, p. 27, 2007). O ponto crucial aqui é que, a relação de produção e de interdependência entre os homens, na qual a divisão do trabalho floresce e a qual a divisão do trabalho estrutura, se impõe enquanto natureza sobre o próprio homem. Acaba que, para Marx, a estruturação dessa forma é consequência evolutiva do devir histórico-natural do homem. Por isso se arranja enquanto estrutura impositiva sobre as formas sociais de organização. Com o prosseguir da história – intensificação da produção, crescimento populacional, avanço da divisão do trabalho e da distribuição desigual que apontam como resultante a sucessão de formas de intercâmbio e de modos de produção –, essa forma de organização impõe a diferenciação entre campo e cidade. Ao campo é dado o trabalho material, a cidade, o intelectual.

A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. A partir desse momento, a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria ‘pura’, teologia, filosofia, moral, etc. (MARX, P.26, 2007).

Denota-se daí, para além da divisão do trabalho responsável pela consolidação de diferentes classes sociais, a força coercitiva que a distribuição desigual de produtos exerce sobre as representações nas quais os diversificados estilos de vida se veem refletidos. É a partir desse momento que uma classe recebe a incumbência do ‘pensar’. E também pela divisão do trabalho, fica concentrada essa tarefa a um circuito específico, geralmente reduzido e coincidentemente dominante. Uma vez longe da produção material da vida, com as necessidades para sobrevivência abastecidas, esse circuito reduzido de indivíduos é agraciado pela possibilidade cognitiva de tornar objeto, ou materialidade, a própria consciência. Sendo a materialidade de sua própria consciência substantivada a base para operar sobre as representações, ocasionando tanto a emancipação fictícia da consciência em relação à prática da vida, quanto a inversão da

relação causal a respeito das representações. A partir desse momento a representação que os homens fazem de si mesmos passa ser a explicação e a motivação do desenvolvimento material. Como a produção dessa representação vem de uma classe específica, e baseada em sua consciência substantivada, ela passa a ser distribuída como a consciência e, conseqüentemente, a representação produzida por essa classe, passa a ser a representação que se universaliza enquanto ideologia.

Além disso, a divisão do trabalho implica também a contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantém relação entre si; e, ainda mais, esse interesse comunitário não existe somente, digamos, na representação, como ‘universal’, mas primeiramente na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. (MARX, p.28, 2007).

O mundo das necessidades, que especializa os indivíduos com a divisão do trabalho e os coloca em posições diferenciadas, com diferentes interesses, de acordo com a distribuição desigual da produção, ou da propriedade – produto do trabalho e propriedade significa a mesma coisa na perspectiva de Marx –, trás consigo uma relação paradoxal entre as classes que se formam. Se por um lado, a forma de organização que vem com a divisão do trabalho corresponde a exigências de sobrevivência, por outro lado, a própria divisão do trabalho, na diferenciação entre os indivíduos que se impõe como força exterior, alheia e coercitiva, é essencialmente conflituosa no que toca os interesses particulares. A essa relação de produção que atende as exigências do mundo das necessidades no exercício dos interesses particulares, chama-se *sociedade civil*³⁷. É ela o palco da história, que engloba as relações de interdependência material entre os humanos dada uma fase específica do desenvolvimento das forças produtivas. E é da relação conflituosa, mesmo que paradoxalmente cooperativa, que se ergue o Estado, como poder alienígena, mediador autonomizado – e separado dos interesses particulares e coletivos – das diferenças e dos diferentes interesses.

³⁷ Para maior precisão, Marx define a sociedade civil como “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e ultrapassa, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar -se no interior como Estado. [...] A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; entretanto, a organização social resultante diretamente da produção e do comércio, e que constitui em qualquer tempo a base do Estado e do restante da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada por esse nome.” (MARX, K., pp.33-34, 2007).

É justamente essa contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e a fazer ao mesmo tempo as vezes de comunidade ilusória, mas sempre tendo por base concreta os laços existentes em cada agrupamento familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho em uma larga escala, e outros interesses; e entre esses interesses encontramos particularmente (...) os interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em todo agrupamento desse gênero e no qual uma domina todas as outras. (MARX, K., p. 29, 2007).

Dessa forma fica posto que a comunidade, por vezes ilusória, revestida pela ideologia, ou pela representação que a classe dotada da incumbência da produção intelectual, que se forma na figura do Estado, estabelece uma relação diferenciada com os interesses de uma classe que domina todas as outras. O Estado acaba se desenvolvendo como uma unidade de subsistência na qual os interesses da classe que exerce o poder material dominante encontram maior segurança. Consequentemente é na representação operada por essa classe que o Estado tem seu revestimento ideológico. Pontuando de outra maneira, para a manutenção da interdependência, que tem no Estado a garantia dessas relações, ao mesmo tempo em que se tem nele também uma relação diferenciada com a classe que domina as demais, faz-se necessário a presença de algo que amalgame ontologicamente essas diferenças, que se imponha enquanto conteúdo da vida mais homogeneizado com finalidade de garantir essa saída histórica para a sobrevivência humana. Nesse caminho, a segurança do interesse coletivo se faz pela apresentação do interesse particular da classe dominante como o verdadeiro interesse coletivo. Esse processo de expansão e universalização ideológica se possibilita pela concentração das operações na materialidade simbólica das quais a classe materialmente dominante é portadora. Dessa maneira, as ideias dominantes de determinada época são, na verdade, as ideias da classe dominante, ou a ideologia da classe dominante que faz do Estado uma comunidade ilusória instrumentalizada como forma de dominação de classe. Sobre isso, David Harvey pontua:

Necessariamente, o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos. Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação. [...] O uso do

Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos (...). Em parte, essa contradição se resolve pelo emprego de duas estratégias (de classe, grifos meus). [...] A segunda estratégia para solucionar a contradição se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas ideias como “ideias dominantes”. Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação de classe [...]. Em geral, Marx e Engels sustentam que a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de ideias, e regula a produção e distribuição de ideias de sua época; assim, suas ideias são as ideias dominantes da época (...)” (HARVEY, pp.80-81, 2005).

É importante ressaltar que a ideologia que reveste o Estado, ou a consciência que se universaliza, operada na produção intelectual da classe dominante, não é produto de uma manipulação calculada. Ela é, na verdade, consequência da produção humana do mundo, consequência de sua intervenção na materialidade já dada e impositiva, e tão necessária para a operação do mundo quanto a produção material é imprescindível para a sobrevivência humana. E mesmo que essa consciência, na perspectiva do materialismo histórico, seja entendida como uma consciência equivocada e falsa – sendo a consciência verdadeira uma virtual produção da classe proletária –, em momento algum ela se autonomiza da materialidade, a não ser de modo ficcional. É por meio da consciência – que em um primeiro momento está mais fortemente vinculada ao mundo prático sensível mais próximo³⁸ e que, posteriormente se emancipa desse mundo com a ilusão de representar algo maior se universalizando por via da produção intelectual da

³⁸ Falar a respeito de uma consciência vinculada ao mundo prático sensível mais próximo é invocar a seguinte fala de Marx: “A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipresente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza). Vê-se imediatamente que essa religião da natureza ou essas relações determinadas para com a natureza são condicionadas pela forma da sociedade e *vice-versa*. Aqui, como por toda parte, aliás, a identidade entre o homem e a natureza aparece também sob esta forma, ou seja, o comportamento limitado dos homens face à natureza condiciona seu comportamento limitado entre si, e este condiciona, por sua vez, suas relações limitadas com a natureza, precisamente porque a natureza ainda quase não foi modificada pela história. Por outro lado, a consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade. Este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase; é uma simples consciência gregária e, aqui, o homem se distingue do carneiro pelo simples fato de que nele a consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é consciente. Essa consciência gregária ou tribal se desenvolve e se aperfeiçoa

posteriormente em razão do aumento da produtividade, do aumento das necessidades e do crescimento populacional que está na base dos dois elementos precedentes” (MARX, K., pp.25-26, 2007).

classe dominante – que o humano articula suas relações e suas atividades sociais, suas formas de pensar a realidade e de trabalhar a materialidade.

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente. (MARX, pp.46-47, 2007).

As formas de consciência que acompanham as formas de produção da vida que se sucedem historicamente são também produtos históricos. Dentro da perspectiva simmeliana, o espaço (SIMMEL, 2013) é entendido enquanto algo que não produz efeito sociológico autonomamente e automaticamente, de modo que o espaço não antevê as significações as quais ele virtualmente sorve a partir das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com o próprio espaço, produtos da percepção sensível humana sobre ele. Além disso, o espaço é compreendido como único. É entorno inalienável da existência humana, único em sua totalidade, mas particular em todas as significações possíveis em seus pedaços. Desse modo é um contrassenso referir-se ao mesmo no plural. Aqui, mais do que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço, algumas das principais formas sociais têm transferidas para si essa mesma característica trabalhada na física.

...Só há um único espaço geral do qual todos os espaços individuais são pedaços, toda parte espacial possui uma espécie de singularidade para a qual quase não existe analogia. Pensar no plural uma parte espacial localizada de maneira determinada é um completo contrassenso. E é precisamente isso que permite ser possível existirem ao mesmo tempo exemplares completamente idênticos de uma pluralidade de *outros* objetos; pois somente devido ao fato de que cada um ocupa uma outra parte espacial, e essas não podem jamais coincidir, é que se trata de *várias*, embora sua composição seja absolutamente unitária. Essa unicidade do espaço, portanto, se comunica aos objetos na medida em que esses são representados como elementos que preenchem o espaço. E isso se torna especialmente importante para a prática em relação aos objetos dos quais nós costumamos justamente ressaltar e usar em particular o significado espacial. Isso ocorre sobretudo em relação ao chão e à terra, que constituem a condição para que a tridimensionalidade do espaço seja preenchida e frutifique, para os nossos propósitos. Na medida em que uma formação social está fundida ou, por assim dizer, solidária com determinada extensão de terra, ela possui um caráter de unicidade ou

exclusividade que, de outro modo, não seria atingível da mesma forma. (SIMMEL, pp. 76-77, 2013)

O espaço é único, o que o difere nas subjetividades que se orientam nele por meio de suas objetivações diz respeito às mediações simbólicas que os indivíduos estabelecem com seu exterior e com a exteriorização dessa mediação, em suas figurações, que comunicam as condutas, relações e afetos localizados dentro dos limites animicamente³⁹ definidos das territorialidades e dos lugares. Ao mesmo tempo, o espaço – assim como as percepções e significações do tempo – é uma das categorias fundamentais de orientação da vida humana, que deposita na materialidade de seu entorno as condições anímicas, retornando para ele em seguida enquanto figuração histórica, forma social dotada de conteúdo, fazendo com que o espaço, apenas nessa forma, seja sociologicamente definido como ambiente e, então, derradeiramente relevante para à orientação da vida prática e simbólica dos indivíduos. Assim sendo é imprescindível à sobrevivência e a própria estruturação da cognição humana que parte das necessidades de manter-se vivo e em processo de continuidade biológica e sócio-histórica, estabelecer relações de sentido a partir do espaço ocupado.

Evidentemente, impérios não podem possuir qualquer perímetro, seres humanos não podem estar próximos ou distantes uns dos outros sem que o espaço ofereça sua forma para tal, do mesmo modo como os processos atribuídos ao poder do tempo não podem transcorrer fora do tempo. No entanto, os conteúdos dessas formas experienciam a particularidade de seus destinos apenas através de outros *conteúdos*; o espaço permanece sempre a forma em si mesma sem efeitos, em cujas modificações as energias reais de fato se revelam, porém apenas de maneira análoga a como a língua exprime processos de pensamento que evidentemente transcorrem *em*, mas não *através* de, palavras. Um perímetro geográfico de umas tantas milhas quadradas não forma um grande império; quem o faz são as forças psicológicas que mantêm os habitantes de tal região politicamente coesos a partir de um ponto central dominante. Não é a forma da proximidade ou distancia espacial que gera os fenômenos especiais da vizinhança ou da estranheza, por mais incontestável que isso possa parecer. Muito pelo contrário: também esses são fatos gerados puramente por *conteúdos* anímicos, e seu desenrolar se relaciona com sua forma espacial de modo em princípio análogo ao de uma batalha ou conversa telefônica com suas formas espaciais – embora seja indubitável que também esses processos só tenham como se realizar em condições espaciais bem específicas. É no requisito de funções especificamente anímicas

³⁹ O termo “animicamente” é utilizado aqui em referência ao termo “anímico” empregado pelo próprio autor e relaciona-se diretamente com outro de seus termos: a “vida do espírito”. Ambos os termos são amplamente utilizados pelo autor no decorrer de sua obra e se ligam a ideia da estruturação simbólica das subjetividades, que refletem as formas sociais da vida em âmbitos exteriores e interiores do indivíduo.

para cada uma das figurações histórica do espaço que se espelha o fato de que o espaço em geral é apenas uma atividade da alma, apenas a maneira humana de unir estímulos sensoriais em si desconexos em visões unitárias. (SIMMEL, pp. 75-76, 2013)

Essa postura diante da questão espacial não parte de um princípio apriorístico que o coloca como algo capaz de dispensar o caráter da experiência; como um a priori que transcenda a necessidade da experiência sensível e através do qual se percebe de maneira inata dimensões e localizações, proximidades e distancias, todos conteúdos já presentes nele. Isso não nega que a concepção de espaço trabalhada por Simmel parta de uma ideia apriorística. Entretanto, a ideia é de trata-lo como a priori social, partindo do princípio que o espaço é *conditio sine qua non* das figurações históricas que se formam com ele pela fundação das relações anímicas dos humanos entre si e dos conteúdos arranjados por essas relações. Trata-se de um a priori social por ser a condição “ocupar o espaço” inescapável e impositiva à espécie e, exatamente por isso, mesmo que o espaço exista fora das energias que se revelam na modificação dele, na atuação humana nele, só é sociologicamente importante quando passa a ser significado por essas relações. As energias reais que se revelam nesse processo de modificação espacial só se expressam, ou melhor, só existem objetivamente, na própria ação humana sobre o espaço, no espaço alvo da ação que passa a ser ocupado pelos objetos humanos e, conseqüentemente, nas formas sociais humanamente geridas que passam a dotar o espaço de conteúdo na medida em que se relacionam com ele a partir de figurações históricas estabelecidas pelas relações exclusivamente entre os humanos. Posto isso, é importante ressaltar a diferença daquilo que se pode apreender nas relações humanas com o espaço em Marx e Simmel.

Enquanto em Marx, podemos estabelecer uma relação de proximidade entre natureza e espaço⁴⁰, na qual a intervenção humana sobre a materialidade cercante e impositiva surge como componente imprescindível para o materialismo histórico em suas conclusões a respeito do surgimento da história, da consciência, da sociedade civil e do Estado, sendo, portanto, essa relação, tanto importante para a própria forma humana de sobrevivência, quanto na consolidação da continuidade histórica dessa forma que passa a atuar sobre uma natureza e um espaço historicamente modificados e

⁴⁰ Na literatura essa proximidade é futuramente autorizada por Harvey (2005) e Lefebvre (2001) no decurso de suas digressões a respeito da produção do espaço no modo de produção capitalista.

ideologicamente representados; Em Simmel a relação humana com o espaço aparece de modo menos visceral. Não há nenhuma intenção de compreender o espaço como atuante coercitivo no desenvolvimento da consciência, ou da forma pela qual o humano opera no mundo. Mesmo que o espaço seja entendido pelo autor como condição inalienável, como *conditio sine qua non*, não é imputado à relação com o espaço uma capacidade geradora das formas de relação humanas, de suas figurações. Pelo contrário, o espaço só passa a existir e se relacionar com os humanos na condição de objeto dotado de conteúdo proveniente das relações humanas entre si e não das relações humanas com o espaço que se impõe. A partir de então, adquire a capacidade de colocar os objetos ocupantes do espaço em relação entre si. E só a partir daí o espaço comunica seu conteúdo e surge como objeto impossível de ser ignorado, dotado de certa capacidade coercitiva sobre as ações. Antes disso o espaço não é nada além de uma tabula rasa carente de sentido, o qual desce do céu para a terra. Colocando de outra maneira, não é possível perceber, na perspectiva simmeliana do espaço, um aprofundamento dos processos que conectam o espaço ocupado à estruturação das cognições e competências de ação humanas de construir o mundo cercante e agir historicamente sobre ele, muito embora o conteúdo humano dado a esse espaço não seja ahistórico nem dispensado, sobretudo, uma vez que esse conteúdo, ou significado historicamente dado ao espaço, é compreendido como peça chave para a investigação das sociações que se formam com ele: “No interesse de perscrutar as formas de sociação, inquirimos o significado que as condições espaciais de uma sociação possuem, em perspectiva sociológica, para a sua determinação e desenvolvimentos restantes” (SIMMEL, Georg, pp. 76, 2013). É nisso que consiste a afirmação de que o espaço não produz efeitos, sendo na verdade um efeito sociológico provocado por causas humanas.

De todo modo, Simmel expressa manifestadamente um interesse relacionado às significações dadas ao espaço pelas sociações que se formam em solidariedade com ele. E é precisamente esse caráter de seu interesse que o torna um interlocutor para o presente trabalho. Em Marx, esse interesse é apreensível na aproximação que se faz entre natureza e espaço e, após a explanação a respeito da história, pode ser percebido na apreensão latente que se faz do espaço ideologicamente representado, por ser, em conjunto com o restante da materialidade do mundo, mais um dos componentes da realidade com a qual os homens devem lidar. Mas não fica aprofundada a relação entre Estado e espaço, ou entre as relações de interdependência e espaço, pontos os quais são

problematizados por Simmel. Seria irresponsável, portanto, não reconhecer a força que o espaço simmeliano estabelece na relação com as formas sociais que são conformadas na solidariedade inexpugnável com a realidade material. Formas essas impositivas devido a suas características fundamentais. E características as quais as figurações históricas devem lidar na construção dos mecanismos que conectam e desconectam os indivíduos e possibilitam a existência do social. Seguindo o pensamento do autor, no qual “tamanho” é uma categoria importante para a aplicação da metodologia analítica das formas que os grupos sociais assumem, a análise da formação das figurações históricas abarca também as consequências que o tamanho dos agrupamentos humanos exerce sobre suas relações com o espaço e em suas relações de interdependência. Isso divide as formas sociais, associações ou figurações históricas, em qualidades e relações de interdependência específicas de acordo com seus tamanhos. A começar, são poucas as formas sociológicas que podem ser consideradas como formas integrais. Na verdade elas ficam definidas, nesse esquema analítico, de acordo com a intensidade da solidariedade estabelecida com o espaço. Sendo o exemplo máximo dessa intensidade, a relação com o espaço estabelecida pelo Estado, que se expande enquanto forma menos intensa para a relação que as cidades inseridas nessa figuração maior também estabelecem com o espaço. O exemplo de intensidade mínima de relação com o espaço está, por sua vez, na maneira como a forma social Igreja, por exemplo, se arranja. Sobre a associação que consegue realizar sua forma sociológica integral, Simmel aponta:

Certos tipos de associação só conseguem realizar sua forma sociológica integral da seguinte maneira: dentro da zona espacial que preenche uma das configurações de tais tipos de associação, não há lugar para uma segunda configuração. Em compensação, de outras associações é possível que um número qualquer – sociologicamente da mesma espécie – preencha o mesmo perímetro, sendo elas reciprocamente como que permeáveis; já que elas não possuem nenhuma relação interna com o espaço, também não podem entrar em colisões espaciais. Para o primeiro caso, o único exemplo plenamente correspondente é o Estado. Dele se chegou a dizer que não seria uma agremiação entre muitas, mas a agremiação que a tudo domina, portanto única em sua espécie. Essa representação, cuja pertinência para a totalidade do Estado não está em questão aqui, vale, em todo caso, por referência ao caráter espacial do Estado. A espécie de associação entre os indivíduos que o Estado gera, ou que o gera, está de tal modo vinculada ao território que um segundo Estado ali é inconcebível. (SIMMEL, p. 77, 2013).

A relação que o Estado estabelece com o espaço, tanto limita a sobreposição de outras figurações desse tipo no mesmo perímetro, quanto possibilita figurações com menor vínculo espacial de coexistirem e se relacionarem sob essa grande representação. De modo que em determinado perímetro, se outro Estado ensaia seu surgimento, essa figuração não se estabelece na coexistência com o mesmo espaço. A tendência é que se rompa e se fragmente o perímetro em dois territórios que se relacionam com dois Estados diferentes. Esse tipo de relação espacial se transpõe enquanto forma também para outras figurações como, por exemplo, as cidades e de todas as outras formas sociais que se formam no interior delas, todas com cada vez menos vínculos de exclusividade com o espaço. Aqui, analogamente à relação que o Estado estabelece com o espaço, a cidade também apresenta um forte vínculo com seu perímetro. Em um mesmo perímetro, portanto, não coexistem duas cidades. A forma colide espacialmente, fragmenta o território e onde antes havia uma, passam a existir duas cidades, únicas em suas extensões e em seus limites territoriais. Entretanto, a forma cidade não é da mesma espécie da forma Estado. Isso incorre na permeabilidade a qual Simmel se refere. Cidade e Estado não se colidem espacialmente, podendo assim, no perímetro de um Estado, existirem quantas formas cidade puderem, desde que elas não se choquem entre si. Essa lógica se repete no interior das cidades, por sua vez, mas de um modo especial, até se chegar ao indivíduo. No caso fica inserida nessa relação a maneira pela qual a grande agremiação Estado estabelece enquanto relações de interdependência. É, sobretudo, nesse aspecto que o tamanho das formas sociais exerce influencia sobre como, de maneira interdependente, elas se relacionam entre si, se relacionam com o espaço e de que maneira suas representações imprimem, nas psicologias individuais, suas formas de existência, responsáveis por dar forma também às subjetividades. Na metodologia analítica do autor, portanto, o tamanho das formas sociais são reflexo das manifestações anímicas, responsáveis pelo preenchimento dessas formas com conteúdos da vida, que surgem das experiências fenomenológicas e se estruturam nas formas sociais variadas de acordo com os limites que o tamanho dos grupos humanos possibilitam em termos de abstração mais abrangente, ou mais ampla.

Ao se relacionarem com a forma social Estado, as demais formas sociais abrem mão – em diferentes graus – de sua exclusividade territorial e se inserem em jurisdições tanto representacionais, quanto de poder, de acordo com seus tamanhos e com sua relação espacial. Isso significa que, para existir no interior dos limites de um Estado,

uma cidade, por exemplo, deve abrir mão do caráter de unicidade que se forma no interior de seus limites a ponto de se tornar uma forma social reprodutível, com conteúdos da vida que passam a ser passíveis de esquematização, na mesma medida em que também perdem a totalidade de poder jurídico e representacional no interior de seus limites. Passam a ser as conformações representacionais do Estado, portanto, as macro diretrizes das normas interiores à cidade e da macro representação identitária dos indivíduos que passam a estabelecer também relações simbólico afetivas – e de direito – mediadas por essa grande agremiação. Assim, da mesma forma que o Estado exerce esse poder existencial enquanto significação, no interior das psicologias individuais, que dota esses indivíduos de emblemas identitários específicos capazes de aglutinar um grande número de pessoas e fazer com que as mesmas reconheçam outros – mais distantes, mas pertencentes à mesma agremiação –, ele também reconhece as peculiaridades referentes as outras formas sociais inseridas em seus limites.

A zona de significado e efetividade de uma cidade – no interior de um Estado – não termina, afinal, em sua fronteira geográfica, mas se estende de modo mais ou menos perceptível, em ondas espirituais, econômicas, políticas, pelo território todo, à medida que a administração geral do Estado faz as forças e interesses de cada parte se amalgamarem com aquelas do todo. Desse ponto de vista, a comunidade perde o seu caráter exclusivo e se expande funcionalmente pela totalidade do Estado, de tal modo que esse constitui a zona comum de influência para as extensões por assim dizer ideais de todas as comunidades particulares. Como cada uma dessas ultrapassa suas fronteiras imediatas, ela depara com todas as outras que são efetivas na mesma totalidade da região, de modo que ali nenhuma comunidade é única, e cada uma tem sedimentada em torno da exclusividade de sua região mais estrita uma segunda, na qual ela não é a única. Também dentro da respectiva cidade essa forma local da vida grupal pode se repetir. (SIMMEL, p. 77, 2013).

Na medida em que é consolidada essa unidade maior, dada essa sobreposição da esfera jurídica do Estado sobre a cidade, e da cidade sobre as demais localidades inseridas em seus limites internos, o caráter de unicidade dessas localidades deixa, desligando-se em certa medida, assim, a forma cidade, e os demais grupos locais, da extensão espacial que habitam e conectando-os a uma extensão espacial maior. Isso possibilita uma reprodutibilidade, mesmo que limitada, desses estilos de vida em outras localidades, desde que sob a mesma esfera jurídica e submetida à mediação do Estado. Confere também maior amplitude de mobilidade, aos indivíduos, no território da cidade, da região, ou do Estado, ao preço da redução do caráter de unicidade no interior de tal

extensão. A unicidade vira patrimônio, sobretudo, do Estado. Nesse sentido, a cidade se enquadra em um tipo de associação que realiza sua forma sociológica integral – mesmo que parcialmente, afinal é tanto impossível que duas cidades ocupem o mesmo perímetro, quanto impossível que uma cidade abdique da força que o Estado imprime sobre ela. A urbanidade, entretanto, como conteúdo da vida cidadina, pode ocupar de formas variadas o mesmo perímetro urbano, na formação de sociações diferenciadas. E a urbanidade, não sendo um conteúdo que se relaciona de maneira única com o espaço da cidade, sendo, portanto, um conteúdo que se comunica com a extensão do Estado pela unicidade que resulta da relação dele com o espaço, pode se repetir em termos esquemáticos, mesmo que variando como conteúdo da vida interno a forma social Cidade. Esse esquema não entra em colisão espacial. Se for deflagrado algum tipo de colisão, ela é de outra natureza, referente, de forma costumeira, a questão do limite e das discordâncias entre conteúdos diferentes. Na formação de uma cidade e na conformação de um estilo de vida urbano, ou de uma unicidade cidadina enquanto forma de sociação, uma série de outras forças e processos se encontram, todos eles relacionados à própria maneira como os indivíduos conduzem suas vidas particulares sob grupos ou comunidades menores. Simmel, se valendo de um caso de integração urbana na Alemanha feudal, exemplifica a relação de interdependência entre forças maiores e locais nesse processo:

Quando, a partir das comunidades de comarca alemãs, se desenvolveram cidades episcopais, a comunidade livre nunca foi proprietária da comarca urbana inteira; antes, existia a seu lado um bispo que tinha por trás de si uma agremiação de domínio de gente dependente, regida por direito próprio. Além disso, na maioria das cidades havia ainda uma propriedade feudal do rei com uma comunidade camponesa especialmente administrada, e, finalmente, ainda mosteiros e comunidades judaicas independentes que viviam em regime de direito próprio. Portanto, em tempos mais remotos havia, sem dúvida, comunidades dentro das cidades, mas não havia comunidades urbanas propriamente ditas. Inevitavelmente, entretanto, se desenvolveram, a partir da contiguidade, efeitos interativos que, antes da fusão de todas essas entidades separadas em um organismo citadino, encontraram expressão primeiramente em uma paz cidadina comum. Por meio dessa paz, oferecia-se a todos os habitantes um direito protetor comum acima de seus direitos pessoais especiais. Ou seja, a esfera jurídica de cada distrito ultrapassava a sua demarcação, no interior da qual cada comunidade era única: ela estendia-se, de um modo para todos uniforme, por sobre uma região total que incluía a todos, perdendo, com tal ampliação de sua essência efetiva, a exclusividade local. Esse tipo constitui a transição para o próximo estágio da relação espacial de grupos, no qual estes, por não estarem

limitados a uma extensão determinada, tampouco possuem o direito à unicidade no interior de tal extensão. Assim foi possível que, no território de uma cidade, coexistissem tantas quantas fossem as corporações profissionais com idêntica constituição sociológica. Pois cada uma era, de fato, a corporação da cidade inteira: elas não compartilhavam a extensão dada em termos qualitativos, mas funcionalmente; não se chocavam no espaço porque, como formações sociológicas, não se definiam espacialmente, mas sim *em termos de lugar*. Em relação a seu conteúdo, elas possuíam a exclusividade de preencher a extensão espacial, na medida em que, para cada ofício específico, existia justamente uma só corporação na cidade, e não havia espaço para uma segunda. Em relação à sua forma, inúmeras formações dessa espécie podiam preencher sem contradições o mesmo espaço. (SIMMEL, pp. 77-78, 2013)

Assim, por conta da forma cidade estar inserida em uma territorialidade maior, as forças maiores emanadas da agremiação que dá forma a ocupação do grande território já ficam presentes nas questões locais. Quanto à formação da cidade em si, essas forças maiores se cruzam com as forças menores e locais e, em vicissitude das relações de contiguidade histórica entre as localidades ocupantes de uma mesma região, a cidade pode se formar e ser também formadora de uma unicidade cidadina, na medida em que essas forças menores negociam e entram em acordo sobre de que maneira serão arrançadas essas forças. De maneira geral, a forma social menor, inserida na maior, abdica – junto com seu caráter de unicidade; seu caráter de exclusividade na produção dos conteúdos da vida – de sua força jurídica. Isso tudo só é possível, na medida em que se vive minimamente um contexto de paz entre essas vizinhanças. Com paz Simmel não quer dizer ausência de conflito, mas ausência de guerra. No caso, a resolução dos conflitos, ou as negociações e acordos, são a base fundante da coesão cidadina, e de qualquer outro agrupamento humano, que estrutura nas psicologias individuais os principais estandartes de identificação e reconhecimento dentro das figurações. Bem como de identificação dos demais objetos que ocupam o espaço e as orientações das ações humanas que se referenciam nessa materialidade simbólica para sua estabilidade, ou mobilidade no espaço.

Dentro desse degráde analítico de relações entre espaço e figurações históricas, existe também o polo contrário para o qual Estado e cidade pendem. A esse outro extremo, Simmel dá o nome de formações “supraespaciais”. Seriam essas, no caso, as formações desapaçadas do caráter de unicidade resultante da relação com o espaço. Essa característica confere a essas formações um tipo de relação especial com o espaço.

Elas são capazes de estabelecer-se em relação uniforme com todo e qualquer ponto do espaço. Abordando a questão pelo exemplo da igreja católica na Europa, Simmel constata as características, que essa forma social apresenta, de (oni) extensão e liberdade em relação a qualquer barreira local (SIMMEL, 2013). São essas as características que colocam esse tipo de formação, quando ocupante da mesma extensão territorial, em relação de colisão. Assim, no interior de uma mesma cidade, por exemplo, várias religiões que partilham desse mesmo tipo especial de relação com o espaço compartilhavam da permeabilidade de seus encontros. O esquema da igreja, por não ser vinculado ao espaço é passível de reprodutibilidade em qualquer espaço da forma social integral, na qual habita, de modo a não entrar em conflito espacial com ela.

A comunidade católica não seria menos ‘a comunidade católica da cidade’ – isto é, mantendo-se numa determinada relação organizacional-local com a cidade como unidade –, do mesmo modo como a comunidade de qualquer outra religião. O princípio da Igreja é não espacial, e por isso, embora estendendo-se por sobre qualquer espaço, ela não exclui de nenhum deles uma formação analogamente formada. (SIMMEL, p. 78, 2013).

Sendo as formações supraespaciais isentas da solidariedade com o espaço para suas formações, de que maneira elas são importantes para o estabelecimento das interdependências entre as figurações históricas? Ainda fazendo referencia a exemplos precedentes na história humana, o autor rememora a maneira como somente por intermédio da mobilidade pelo território e na presença corpórea de autoridades estabelecidas – encarnações das representações coletivas, como os reis, na tradição germânica, xerifes e demais funcionários, ou autoridades religiosas que se relacionavam com tal ou qual figuração histórica – foi possível o estabelecimento de relações psicológicas abstratas, entre os indivíduos, de reconhecimento mutuo e orientação no espaço que passara a ser amplamente significado (SIMMEL, 2013). Um dos pontos cruciais das relações especiais que as formas sociais estabelecem com o espaço, portanto, diz respeito à maneira como, historicamente, no decurso do movimento de expansão dos agrupamentos humanos – no qual, analogamente fica implícito a relação vislumbrada, em Marx, de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e da historicização da natureza sobre a qual a própria história humana se põe em continuidade –, tanto em número de indivíduos, quanto em dimensão territorial, foi possível a solidificação de mecanismos de identificação e conexão entre os indivíduos;

de conformação de subjetividades que se espalhavam cada vez mais em amplos territórios. Em suma, as relações de interdependência em um mundo cada vez mais amplo espacialmente e dotados de objetos que possibilitassem ações e afetos humanos orientados em termos de proximidade e distancia bastantes incisivas na filogênese da espécie.

Assim, talvez, seja possível lançar uma luz especial sobre a essência formal de formações sociais variegadas, a partir de seu grau na escala que vai da fixação territorial total [, e da exclusividade daí resultante, à supraespacialidade completa], de um condomínio de várias formações da mesma espécie por sobre o mesmo segmento espacial. Por essa razão, a proximidade ou a distancia, a exclusividade ou a multiplicidade que a relação do grupo apresenta em relação a seu chão e sua terra, muitas vezes são a raiz e o símbolo da estrutura desse mesmo grupo. (SIMMEL, p. 79, 2013).

As características relações com o espaço, listadas até agora, se conectam imediatamente, a outra, tão imprescindível para a compreensão da coesão dos grupos humanos quanto para a compreensão das conexões, ou desconexões, entre diversos grupos humanos a partir de sua dimensão espacial. Trata-se, então, do estabelecimento de limites no espaço, os quais premem os indivíduos uns contra os outros, sendo mais uma dentre as características que permitem coesão interna aos grupos e pelos quais se expressam – e se tornam perceptíveis – conteúdos da vida diferenciados entre grupos diferentes. Resumindo, os limites no espaço são imprescindíveis por serem mais um componente da forja pela qual são manufaturadas as relações de interdependência entre as formas sociais e seus conteúdos distintos.

Muito se falou, até agora, de como as formas sociais em solidariedade com o espaço têm imputadas em si graus variáveis de unicidade de acordo com a intensidade da autonomia que exercem juridicamente e na estruturação dos conteúdos da vida com as quais são dotadas. Uma das consequências disso é a fragmentação do espaço, que passam a ser reconhecidos enquanto unidades e, portanto, emoldurados por limites. Estes, por sua vez, não são estabelecidos naturalmente. De maneira independente a imposição que a natureza de Marx trás ao humano, os limites simmelianos são puramente efeitos sociológicos. A coincidência de alguns limites humanamente estabelecidos com formações geográficas já dadas não afronta a primazia da significação sobre a constituição e percepção dos limites impostos ao espaço pelas relações entre humanos, da mesma forma como a ausência de formações geográficas

que poderiam se impor enquanto limites – a falta de um rio, de uma cordilheira, de uma costa marítima ou do próprio mar – também não se impõe sobre as percepções humanas, habitantes de uma figuração, como ausência de limites. Colocando de outra maneira, isso quer dizer que a natureza e as fronteiras, ou limites, naturais que ela pode oferecer se fragilizam imensamente diante da intensidade com a qual as relações sociológicas incutem nas subjetividades o que seriam limites do espaço. Todas essas percepções, além de significadas nas relações interiores as formas sociais, que se exteriorizam na relação com outras formações, necessitam também da presença dos indivíduos membros, ou formadores formados, dessas unidades de subsistência.

Quer as configurações da superfície terrestre pareçam nos esboçar a moldura que inscrevemos na ausência de limites do espaço, quer linhas puramente ideias separem pedaços congêneres de solo como um divisor de águas para aquém e além dos quais cada pedacinho gravita em direção a outro centro: sempre percebemos o espaço que um grupo social preenche em algum sentido, como uma unidade especial que tanto quanto exprime e sustenta a unidade desse grupo é por ela sustentado. (SIMMEL, p. 79, 2013).

A moldura que o limite trás ao espaço, produto da percepção que a própria formação tem de si, exerce função de apartar do mundo cercante a figuração e fazer dela uma construção majoritariamente autorreferente. Significaria dizer, então, que o isolamento e as referências limítrofes promovem a ausência de integração com outras formações exteriores? Não. A questão envolvida nessa característica da moldura diz respeito a autonomia interna dessas formações. Ela aponta para o mundo formado internamente que responde a seus próprios movimentos, de modo que suas normas internas não estão sujeitas às determinações provenientes do mundo exterior a moldura.

3.3. A ideologia da cidade capitalista

Do que foi posto até agora temos estabelecido a forma pela qual, através da relação entre o humano e a natureza, a sociedade civil, as forças produtivas e o Estado se constituíram. Na busca por sobrevivência o humano se diferencia dos demais animais pela produção das próprias condições de vida de acordo com as condições de seu entorno, dispostas de maneira coercitiva. Essa ação propriamente humana deflagra uma série de consequências em sua forma de organização e na estruturação da consciência. Passa a ser impositiva, ao humano, a divisão do trabalho e as formas de relação que dela

se desdobram pautadas na distribuição desigual das atividades e dos produtos dessas atividades, na distribuição desigual da propriedade, portanto. Pela divisão do trabalho, se estruturam também classes sociais diferenciadas, que para além da especialização nos diversos estratos da produção, também se diferenciam pela cisão entre trabalho material e trabalho intelectual. À classe, ou segmento de classe, dotado da possibilidade de produção intelectual, é dada, conseqüentemente, a possibilidade de substantivar sua própria consciência, promovendo-a como materialidade sobre a qual se produz uma consciência ficticiamente desconectada do mundo, autônoma. Nisso se encerra uma relação de interdependência paradoxal. Ao mesmo tempo em que os humanos, com suas atividades desigualmente distribuídas, dependem de um contexto de produção mais generalizada, essa mesma dependência mútua é conflituosa no que diz respeito aos interesses particulares. A partir dessa forma de organização – a sociedade civil –, surge o Estado. Uma tecnologia social, vicissitude histórica do próprio processo de sobrevivência filogenética. Força alienígena, que se crê exterior as vontades e de caráter impositivo sobre elas.

Apropriado por uma das classes, que faz dos seus, os interesses das demais, o Estado é revestido por uma ideologia, produto da consciência do estrato dominante. Todo esse conjunto de estruturas formadas a partir do modo de produção e orientadoras dele traz consigo alterações históricas na materialidade e na maneira como as forças de trabalho são empregadas nela. Isso significa que a partir do momento em que o humano se torna histórico tanto as formas imperativas de produção das condições de vida, como a própria materialidade cercante e inalienável, ficam sujeitas ao desenrolar das formas de organização humana. A cada nova geração fica imposta tanto uma materialidade já dada, humanamente produzida pelas gerações anteriores, quanto os modos de intervenção nessa materialidade historicamente dada. Conseqüentemente fica submetida ao percurso da história humana, a estruturação da realidade conformada pela consciência de uma época. E é nesse processo que o valor-de-uso cidade apresenta sua estruturação historicamente formada e submetida ao modo de produção capitalista e ao Estado revestido por essa ideologia, responsáveis por sua rápida valorização como valor-de-troca (LEFEBVRE, 2001).

O processo que leva a sujeição da produção do valor-de-uso cidade ao revestimento ideológico dado ao Estado capitalista diz respeito à relação entre tempo e espaço e, também, à relação de interdependência que a estruturação das formas sociais cidade e Estado assumem no modo de produção capitalista como consequência das

necessidades da classe burguesa. Sendo essas formas realizadas em solidariedade com o espaço, é inevitável que os conteúdos da vida que passam a preenchê-lo, e a forma dialética que o constituem, sejam conformados sob a matriz ideológica de significação que se pretende universalista no modo de produção capitalista. Nesse ponto entra em cena a diferenciação que o Estado capitalista trás, comparativamente às formações *Estado* anteriores, em relação à produção do espaço e a imposição das relações de interdependência sob esse modo de produção. É necessário que se garanta uma série de funções básicas e relações de direito para a manutenção do modo de produção capitalista, anárquico e paradoxal por natureza, apenas possíveis após a vitória burguesa sobre o Estado absolutista. Nesse sentido, sendo o Estado capitalista a superestrutura assumida pela classe capitalista, se torna um imperativo desse Estado regular as necessidades básicas – teórico e praticamente – pela aplicação de um sistema legal que cristalize os conceitos, ideologicamente forjados, de direito sobre a propriedade privada, de regulamentação das relações de troca, de indivíduo, liberdade e igualdade.

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista, também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ela desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do trabalho mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. (HARVEY, p.85, 2005).

O papel de provedor da infraestrutura que o Estado capitalista exerce, recai diretamente no modo como os projetos de urbanização passam a ser executados, ou até mesmo, antes disso, como a organização e regulação da materialidade urbana passa a ser uma incumbência do Estado, para em seguida, os projetos de urbanização começarem a adentrar nas agendas administrativas e científicas e a serem concebidos,

dado o avanço do modo capitalista de produção, sobretudo, no século XIX. São bastante evidentes as consequências que esse modo de produção trás para as cidades durante o período. As principais cidades europeias testemunharam crescimento populacional absoluto. Algumas delas chegaram a dobrar o tamanho de suas populações algumas vezes, em menos de um século. A consequência histórica de acumulação de propriedade privada nos campos que culminaram em um intenso êxodo rural e migração para as cidades (MARX, 2007), ocasionou em uma afinidade que impulsionou as indústrias a se aproximarem dos antigos contextos urbanos. Lefebvre (2001) dá ao processo de industrialização o estatuto de indutor protagonista do desenvolvimento da realidade urbana, gênese do contexto que conhecemos. Inicialmente a tendência das indústrias, salvo algumas cuja progressão histórica estava em maior afinidade com o contexto técnico e de infraestrutura já arranjados nas cidades, como as gráficas, por exemplo, era de se instalarem, dispersa e esporadicamente, pelo território na tentativa de atender suas demandas de produção. No caso, pareciam mais proveitosas as localizações que, de acordo com uma série de circunstâncias local, regional e nacional, ofereciam maior proximidade a fontes de matéria prima, meios de transporte, fontes de energia e mão-de-obra (geralmente eram absorvidos os camponeses, artesãos, ferreiros e demais indivíduos detentores de algum tipo de qualificação prévia). Em meio a esse processo de industrialização crescente dos territórios, a velha cidade fica reservada, inicialmente, a certas relações e funções. Nesse contexto urbano intersticial, a cidade abriga a geração do capital financeiro, as reservas de mão-de-obra, os mercados, as fontes de capital e começa a concentrar os centros de decisão (LEFEBVRE, 2001).

3.4. Fronteiras institucionais, fronteiras fenomenológicas

Essa vicissitude advinda das necessidades individuais e da infraestrutura que se constitui historicamente nas cidades – várias delas já especializadas devido à presença das antigas manufaturas – é reveladora, também, de uma das principais características do modo capitalista de produção. No caso, é reveladora da relação de espaço e tempo capitalista, na qual o espaço é um incomodo a ser superado para que a base de acumulação capitalista, temporalmente estruturada⁴¹, tenha suas necessidades atendidas.

⁴¹ Sobre isso, Harvey aponta: “Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo em relação ao espaço. Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o tempo do trabalho excedente, e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente

As cidades, nesse caso, assim como as fábricas, apresentam uma característica fundamental para o proveito capitalista pautado nessa relação tempo-espacial. Essas localidades permitem, com maior facilidade, que os meios de produção se concentrem em um pequeno espaço (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 2001). A indústria elege a cidade como locus privilegiado de sua presença devido à proximidade que ela possibilita tanto da mão de obra, quanto do mercado consumidor, reduzindo, ou anulando, assim, a necessidade de investimento, por parte do capitalista, em soluções que intensifiquem a supressão das imposições espaciais. A via que possibilita a supressão do espaço pelo tempo fica posta na própria organização da infraestrutura espacialmente disposta que a cidade inicialmente oferece – após sofrer das consequências históricas anteriormente apontadas – e que, posteriormente, passa a ser administrada para essa finalidade.

Não sendo satisfatória para os ‘empresários’ a implementação fora das cidades, desde que possível a indústria se aproxima dos centros urbanos. Inversamente, a cidade anterior à industrialização acelera o processo (em particular, ela permite o rápido crescimento da produtividade). A cidade, portanto, desempenhou um papel importante do *take off* (Rostow), isto é, na arrancada da indústria. As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx. Desde então, a indústria devia produzir seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais ora pequenas (LeCreusot), ora médias (Saint-Etienne), às vezes gigantes (Ruhr, considerada como “conturbação”). Seria necessário voltar para a deterioração da centralidade e o caráter urbano nessas cidades. (LEFEBVRE, p.15, 2001).

A intervenção organizacional no espaço, para a supressão do mesmo, promovida pelo Estado e pela classe capitalista, portanto, se transforma em pré-requisito para a consolidação de uma paisagem mais propícia ao desenvolvimento do modo capitalista de produção.

...O capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção. A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições de conexão interindustriais, da divisão social do trabalho e da necessidade de

necessário. Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada. O capitalismo, conclui Marx, em um notável insight, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da ‘anulação do espaço pelo tempo’.” (HARVEY, David, p.145, 2005).

acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados consumidores finais. Os capitalistas individuais, em virtude de suas decisões localizacionais específicas, moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas. (HARVEY, p.146, 2005).

O processo de industrialização das cidades instaura um panorama novo na materialidade urbana, na relação entre as cidades e na constante modificação das geografias. Essa nova organização espacial tende a formatar o que Harvey (2005) nomeia de coerência estruturada. As ações, do Estado capitalista e da classe capitalista, de promover uma paisagem que seja propícia a produção e a seu crescimento, ou a simples escolha de uma localidade já mais bem estruturada para esses fins, aliada ao movimento das populações, resultam na solidificação temporária de um mercado de trabalho relativamente coerente. Esses processos trazem como consequência de si mesmos, impactos destrutivos sobre essa organização do espaço. Se, em um primeiro momento, a coerência estruturada reúne em um espaço organizado “uma soma das forças produtivas e de relações sociais” (HARVEY, p. 147, 2005), proveitosa ao desenvolvimento capitalista, mas que tendencialmente solapa e transforma as relações e representações existentes anteriormente nesse espaço, essa mesma organização está sujeita a pressões referentes ao próprio crescimento e a processos que culminam na estruturação de outras regiões. Nesse sentido a realidade urbana e a realidade industrial, dois aspectos inseparáveis do mesmo processo de produção econômica e produção da vida social, se chocam (LEFEBVRE, 2001).

...O capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar. (HARVEY, p.150, 2005).

É observando essa relação histórica, que Lefebvre estipula os três períodos urbanos responsáveis pela forma social *cidade* na era capitalista.

Primeiro período – A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder *negativo* da realidade

urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial. [...] *Segundo período* (em parte justaposto ao primeiro) – A urbanização se amplia. A sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica. Descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planificada da produção e do consumo. [...] *Terceiro período* – Reencontra-se ou reinventa-se (não sem sofrer com sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros são por ela substituídas pelo *centro de decisão*. É assim que nasce ou renasce a reflexão urbanística. Esta sucede a um urbanismo sem reflexão. (LEFEBVRE, pp. 28-29, 2001).

Essa organização, como vem sido apontado, não se restringe a regiões, mas passa a ser generalizada dentro do mundo ocidental. E esse cenário se torna mais perceptível na medida em que formalmente passa a ser representado pelos Estados. A tese da sociologia urbana, de veia marxiana, consiste na compreensão da cidade como uma materialidade historicamente constituída pelas vicissitudes históricas resultantes das lutas de classe, passíveis de ocorrer nas brechas deixadas pelo descompasso entre modo de produção e ideologia, e interesses particulares dominados pelo próprio contexto material e ideológico, dos quais tanto fazem parte quanto auxiliam em sua estruturação. Dado o recorte histórico formatado pelo modo de produção capitalista, no qual a produção caminha com mais vigor para um contexto de *produção mundializada*, portanto, de *história mundializada*, as cidades, assim como os Estados, partilham de uma relação de interdependência intensa e constantemente em desequilíbrio. Nessa rede de relações que se forma, sobretudo na contemporaneidade, esquemas de transito de populações, ou circulação de capital, pra citar o mínimo, que se iniciam em determinada localidade do mundo, exercem influencia em outras, pelas pressões disso resultantes. Pra além da questão de produção, relações trabalhistas e transito de populações, esses movimentos também influenciam sobre os contextos locais em termos de autonomia para a construção do espaço e significação dele por meio de práticas pouco previstas, ou amplamente combatidas, pela oficialidade programática com a qual o Estado passa a tratar dessa questão.

A primazia da significação que o Estado promove sobre os conteúdos da vida está presente na força que a unicidade do Estado estabelece em determinado território

ao custo da redução da autonomia de produção simbólica, que as demais formações existentes no interior dos limites estipulados por essa grande unidade de subsistência, poderiam exercer sobre o espaço. De maneira análoga, a relação de imputação de sentido entre as formas e conteúdos se repete no interior das cidades. Isso implica no desequilíbrio desproporcional da balança de poder de produção e de significação do espaço no interior da cidade. Se em um modo de produção precedente, sob o qual os indivíduos exerciam maior poder de significação sobre, por exemplo, seus próprios lares, no modo de produção capitalista essa ação sobre o *valor-de-uso casa*, cuja propriedade é garantida pelo sistema legal responsável por conferir rigidez ideológica a relação entre os objetos pela transformação dos mesmos em valor-de-troca e pela objetividade do dinheiro, da qual essa relação depende, fica submetida a diretrizes mais amplas do que a relação fenomenológica e local do morador com seu lar. Recae pesadamente sobre a unicidade do indivíduo e sua capacidade autônoma de dotar os objetos cercantes de significados fenomenológicos. Isso é consequência da fixação dos conteúdos dados aos objetos de interesse, sobretudo em relações econômicas, responsáveis por manterem esses elementos em um sistema de relação de interdependência, menos sujeito a dimensão fenomenológica das experiências e mais suscetíveis aos processos e projetos de significação mais amplamente objetivados.

Parece um fato indiferente e superficial que as casas citadinas na Idade Média fossem, de modo muito geral e frequentemente ainda até bem avançado o século XIX, designadas por meio de nomes próprios: ainda há 50 anos os moradores do Faubourg St. Antoine em Paris teriam chamado as suas casas por nomes próprios (Au Roi de Siam, Étoile d'or etc.), apesar da numeração já existente. Contudo, na diferença entre o nome individual e o mero número da casa se encontra expressa uma diversidade na relação do proprietário e do morador com a casa – e, portanto, com o seu entorno. Determinação e indeterminação da designação aqui estão mescladas num grau todo peculiar. A casa designada por meio do nome próprio deve dar àquelas pessoas uma sensação de individualidade espacial, de pertencimento a um ponto espacial *qualitativamente* fixado. Devido ao nome que está associado à representação da casa, essa conforma muito mais uma existência em si própria, individualmente matizada, possuindo para o sentimento, uma espécie de unicidade mais elevada do que no caso da designação por números, que se repetem de modo homogêneo em cada rua, e entre os quais existem apenas diferenças qualitativas. Perante as flutuações e nivelações das transações sociais, particularmente as da cidade, essa espécie de nomeação documenta inconfundibilidade e personalidade da existência com respeito ao seu lado espacial, mas cujo preço, em comparação com as condições atuais, é obviamente uma indeterminação e uma carência de fixação objetiva; e por isso, essa espécie de nomeação precisa desaparecer

quando as transações ultrapassam certa extensão e agilidade. A casa *nomeada* não é localizável imediatamente, sua localização não pode ser construída objetivamente, como no caso da designação geográfica atual. Como numerais ordinais, os números significam, afinal, apesar de toda a sua indiferença e abstração, um determinado ponto no espaço, o que o nome próprio da localização não faz. (SIMMEL, pp. 87-88, 2013).

Nesse sentido, para a fixação de pontos no espaço, ou para a nomeação de um espaço – dando assim tons de lugar, uma vez que essa nomeação vem das relações em torno desse ponto espacial de referencia e imprimem a ele memórias e localizações afetivas – competem forças provenientes de processos outros devido à relação de interdependência entre as formas sociais. De um lado estariam as forças das relações localizadas nesse lugar e que têm nele um de seus pontos de referencia. De outro lado, estão as forças totalizadoras da Cidade ou do Estado, ou a somatória dos estilos de vida urbano sob um Estado que se sentem representados nas políticas oficiais de nomeação e fixação dessas referencias espaciais, demandas relacionadas à essas outras conformações de ordem econômica, política, ou de um conjunto de preceitos acerca da vida cotidiana mais amplamente praticado. Dessa forma competem, e às vezes coexistem – a depender da ausência de choque espacial entre formas sociais de espécies diferentes – sistemas de localização e significação espacial variados, de acordo com essas demandas vindas das diferentes escalas de relação com o espaço e de acordo com a capacidade do próprio espaço de suportar práticas variadas em constante negociação.

Essa questão merece algumas considerações para que não fique submetida a uma primazia significativa da estrutura. A afirmação de que o Estado, dentre outras forças, exerce maior força impositiva de significação sobre os conteúdos da vida impressos no espaço de modo algum anula a significação inerente às relações fenomenológicas dos indivíduos com seus entornos. Acontece que, em primeiro lugar, as significações praticadas e vividas na esfera privada da vida cotidiana raramente – para não dizer nunca – galgam posições na hierarquia dos circuitos pelos quais transitam significações outras, igualmente responsáveis por compor o conjunto de conteúdos da vida, a ponto de emplacarem e tornarem competitivas essas formas objetivadas de relação com os entornos individualizados da mesma forma que as significações que o Estado, certos conjuntos de especialistas e a imprensa, por exemplo, conseguem oferecer sob o

estatuto da oficialidade. A amplitude das significações individuais ou de pequenos grupos no interior do Estado, ou da Cidade, é bastante reduzida, a princípio.

Em segundo lugar, todo o conjunto de subsídios materiais e simbólicos com os quais as experiências fenomenológicas se mediam na significação de suas vivências práticas e cotidianas não são espontaneamente dados. Mas antes são historicamente formados e, nesse sentido, os Estados-nação, os modos de produção, os meios de comunicação e as relações de interdependência existentes no interior do conjunto de processos responsáveis pelo caminhar da história, dentre os quais os supracitados fazem parte, se apresentam como fatores de peso. A língua que se unifica e se pretende homogênea no interior de um Estado-nação não se dá espontaneamente, nem apenas através do trânsito populacional, comércio e outras trocas, por exemplo. Isso não seria possível sem a aplicação de políticas de oficialização da memória ou da língua promovidas pelos Estado-nacionais, por exemplo, na qual a instituição escola, a obrigatoriedade com que é tratada a questão da alfabetização e a história oficial exerceram grande papel. Nem muito menos sem o amplo consumo e difusão dos meios de comunicação, sendo a imprensa escrita e o rádio os meios tecnologicamente disponíveis e gradualmente popularizados entre os séculos XIX e início do XX (ELIAS, 2006; CANCLINI, 2002), com a incorporação posterior de outros meios. Sem mencionar a ideologia capitalista e a que ela serve no que tocam os processos de construção e significação do espaço. Isso se torna mais complexo uma vez que a estruturação de subjetividades pela prática humana estruturada, que fazem parte do constante movimento circular e progressivo do sentido que orienta a prática e da prática dotada de sentido que pesa sobre os esquemas de significação, compõe o mesmo processo que forma tanto Estado quanto o indivíduo sem o qual o Estado não existe. O ponto é que no correr desses processos, são originadas determinadas posições – historicamente ocupadas por certos segmentos sociais – que detém maior poder de nomeação do que outras. E além da distribuição desigual dessas posições, que por si só já garantiriam um estado de desequilíbrio constante, por se viver sob um Estado, ou cercado por outros Estados, o indivíduo, através da ideologia, se aliena desse poder em prol da manutenção do monopólio da violência – também simbólica – dessa grande agremiação, que por sua vez partilha amplamente da responsabilidade pelo modo como as posições se distribuem na estrutura social.

Isso remete ao terceiro fator a ser considerado e diretamente relacionado com a relação entre Estado capitalista, Cidade, arquitetura e a maneira teórico-metodológica pela qual a questão urbana passou a ser problematizada por determinado corpo de especialistas. Com maior poder nomeador e de significação de acordo com a posição ocupada e em relação direta com as intenções programáticas de um Estado revestido pela ideologia capitalista, o urbanismo se pautou em três macrotendências urbanísticas: i) “O urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores)” (LEFEBVRE, P.30, 2001); ii) “O urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal)” (LEFEBVRE, P.31, 2001); e iii) “O urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, P.32, 2001). Essas três tendências apontadas por Lefebvre constituem práticas realizadas por diferentes conjuntos de especialistas em relações específicas com a superestrutura Estado. Elas poderiam ser localizadas como tendências no interior da arquitetura acadêmica, do urbanismo de Estado e do urbanismo de mercado. As três dialogando entre si de acordo com a permissividade do campo arquitetônico, a matriz objetiva do mercado e a ideologia do Estado capitalista.

A primeira das tendências, talvez a mais idealista das três, ficou caracterizada pela aposta no engessamento da recepção dos modelos arquitetônicos por parte das populações urbanas e pela desautorização dos processos de significação do espaço vividos e praticados fenomenologicamente. Os arquitetos e urbanistas que partilhavam dessa percepção utópica da cidade e de suas posições enquanto detentores do saber especializado a respeito da morfologia material e simbólica da cidade também compartilhavam da auto percepção de que estavam incumbidos do papel de médicos do espaço e curadores da alma, responsáveis por promover a purificação estética, o estímulo a novas práticas sociais mais saudáveis, ou a rememoração de práticas caracteristicamente arcaicas como as adotadas nos projetos de cidades-jardins ou nas vertentes que vislumbravam a necessidade de religar o ambiente urbano ao rural, encontradas no início do século XX. Tudo isso através da arquitetura. O engessamento, no caso, se dava pela crença de que a oferta de uma forma espacial, imprescindível para o contexto e imutável por não depositarem autoridade alguma nos movimentos de resistência por parte dos habitantes dessas cidades utópicas, seria o esforço necessário e suficiente para dar cabo das doenças anímicas diagnosticadas como os grandes problemas responsáveis por assolar a vida na cidade cada vez mais industrializada. Pensava-se em um contexto urbano mundial. Um mundo cidade, sem que fosse foco de

reflexão a questão das escalas. Imersos no ideal de promover uma escala sã para o espaço, deixou-se de lado as considerações de que talvez a escala do homem moderno tenha se alterado. A aldeia e a comunidade eram formas que começavam a perder seu sentido, historicamente coagulado, quando invocadas pelo racionalismo como formas universais capazes de imputar sentido fora do contexto das vidas cotidianas, habitantes dessas formas, e como conceitos folclóricos. E o esvaziamento de sentido dessas formas se agravava quando contrapostas a avassaladora tendência de crescimento das metrópoles e todos os processos envolvidos nisso. A resultante dessa tendência, em termos práticos, tomou forma em um “*formalismo* (adoção de modelos que não têm nem conteúdo, nem sentido) ou num *estetismo* (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como razão para o apetite dos consumidores)” (LEFEBVRE, P.31, 2001).

A terceira tendência e seus preceitos de valorização do espaço urbano postos a serviço da valoração desse espaço como valor-de-troca flerta com uma prática utilitarista da arquitetura e do urbanismo em prol do lucro do mercado imobiliário. Ainda interessada em como a infraestrutura da cidade é planejada e executada – mesmo que a sua maneira, uma vez que essa tendência parece se enquadrar como uma contrapartida da organização da cidade em prol da produtividade capitalista, sendo o lucro imobiliário uma vicissitude que surge nas brechas dessa organização espacial e cuja grande atenção, na hierarquia de suas prioridades, se dá declaradamente nos ganhos potenciais sobre espaços pelos quais a indústria não se interessa –, o foco dessa tendência é centrado na profusão de significados do lar e do enquadramento mercadológico de estilos de vida e seus desejos específicos no espaço heterogêneo da cidade, desigualmente distribuído. Dessa forma a casa, o componente material do lar, deixa de ser o único objeto de venda. Para além dessa materialidade⁴², o próprio *urbanismo* se transforma em valor-de-troca, independentemente de qual ou tal ideologia componha a tendência acadêmica, por exemplo. Assim, “o projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 2001, p. 32). Uma maneira encontrada por interesses capitalistas de inserir uma dimensão do

⁴² Também simbolicamente formatada, uma vez que não se pretende advogar em prol de uma cisão entre materialidade e significação. A questão, no caso, diz respeito à como essas dimensões – material e simbólica – da unidade espacial mais individualizada da cidade passa a ser promovida enquanto valor-de-troca.

cotidiano das experiências fenomenológicas na lógica de urbanização que passa a organizar a cidade enquanto espaço subalterno à ideologia e necessidade objetiva capitalistas de supressão do espaço pelo tempo.

Ainda muito vinculada à crença, ou a aposta, da ausência de resistência por parte das populações urbanas, ou de que essa resistência poderia ser completamente desconsiderada, a, assim numerada, segunda tendência urbanística que nasce da episteme moderna e da ideologia capitalista, continua não prevendo, ou não incorporando na reflexão de seus projetos ou intenções programáticas, o fator humano. Entretanto existe uma virada de intenção nessa tendência urbanística em comparação com a primeira. Enquanto a primeira sorve da utopia da construção de uma sociedade sadia a partir de um espaço construído para ser ocupado por práticas saudáveis, a segunda pauta-se em um pragmatismo de cunho cientificista e com objetivos capitalistas. Além disso, essa tendência parte diretamente de um corpo de funcionários do Estado. Nesse sentido a administração pública aplica diretamente a percepção e as prioridades difundidas entre seu quadro de funcionários na formatação do espaço urbano. A Cidade e os problemas urbanos são recortados dentro de uma lógica que prioriza certas áreas da ciência. A partir desses recortes um conjunto de técnicas de logística toma a dianteira como ponto de partida, como problema a ser resolvido para que o espaço comporte determinado racionalismo organizacional. Portanto, fica posto como fundamental a resolução dos problemas estruturais referentes à circulação de meios de transporte e bens, assim como a incorporação a trama urbana e sua infraestrutura as comunicações, pautando-se em sua importância, cada vez maior, para a organização e logística do modo de produção capitalista, desejoso e necessitado de apropriar-se dos centros metropolitanos e de organizar a cidade como uma totalidade cujo grande papel é o de suprimir o incômodo promovido pelo espaço – um entrave a ser superado e dominado pelo tempo –, em prol de uma administração mais eficiente e de uma produtividade mais ampla. Segundo Lefebvre (2001):

Ora, através de uma determinada ciência, uma técnica toma a dianteira e torna-se o ponto de partida; é geralmente uma técnica de circulação, de comunicação. Extrapola-se a partir de uma ciência, de uma análise fragmentária da realidade considerada. Otimiza-se num modelo as informações ou as comunicações. Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar

aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade. Às vezes, pelo contrário, as informações e conhecimentos analíticos oriundos de diferentes ciências são orientados na direção de uma finalidade sintética. Mas *não se concebe tanto uma vida urbana a partir das informações sobre a sociedade quanto uma centralização urbana que disponha das informações fornecidas pelas ciências da sociedade*. Estes dois aspectos se confundem na concepção dos *centros de decisão*, visão global, urbanismo já unitário à sua maneira, ligado a uma filosofia, a uma concepção de sociedade, a uma estratégia política (isto é, a um sistema global e total). (LEFEBVRE, 2001, pp.31-32).

As três tendências apontadas por Lefebvre (2001) se evidenciam enquanto práticas perpetradas por agentes localizados em posições de privilégio, em termos de nomeação e agenciamento de suas ações, dentro dos círculos responsáveis pela problematização dos processos e políticas de urbanização. Essas tendências também apresentam consequências impremeditadas, vicissitudes, na organização e significação do espaço urbano. O urbanismo é bastante responsável pelos movimentos de especulação imobiliária, mas também depende das ações do Estado para a higienização de certas localidades da cidade, na promoção de políticas de moradia, na resolução de problemas de propriedade de terrenos, na resolução de problemas de circulação e na revitalização de equipamentos urbanos distribuídos de forma heterogênea. Na mesma medida em que esses pontos são também perpassados pelas ações e interesses privados dos habitantes da cidade – sejam eles detentores de capital, ou não. Tal ou qual localização não se torna um centro comercial, ou um centro de entretenimento, ou cultural, ou voltado para a memória coletiva monumentalizada, apenas pelas ações do Estado, ou do mercado imobiliário, ou do que se projeta na arquitetura acadêmica. A Roosevelt é historicamente viva por evidenciar uma série de consequências impremeditadas decorrentes das ações de comerciantes, moradores, skatistas, mercado imobiliário, políticas de promoção da cidade dentro dos preceitos da cidade global, e Estado.

4. Praça Roosevelt: a cidade e a comunicação

Até o momento do trabalho foram abordadas perspectivas teóricas com atenção direcionada a questão urbana e a maneira como o espaço e a cidade se constroem no cruzamento entre modo de produção capitalista; as necessidades materiais impostas por esse modo de produção e sua reverberação na construção do espaço; a distribuição desigual de bens materiais e simbólicos; a distribuição desigual das posições na estrutura social; a ideologia da cidade capitalista e da cidade-global; a forma como as experiências, proporcionadas pelos variados estilos de vida e relações de propriedade, estabelecem vínculos com o espaço – específicos e em constante negociação com as forças processuais existentes na conformação da cidade –, produzindo territórios, lugares e espacialidades; as frentes conflituosas, pelos usos e apropriações do espaço urbano, deflagradas como vicissitudes da execução de políticas de revitalização de centros históricos e equipamentos urbanos; a capacidade que os veículos de comunicação têm de promover o imaginário do cidadão a respeito da cidade que habita; e como a relação com veículos de comunicação, ou a possibilidade de produzir informações e veiculá-las em plataformas variadas, tem potencialidade de promover acesso em algum grau a determinadas esferas de discussão acerca da cidade e de convergir sentido para determinadas localidades.

Em conjunto com o corpo teórico no qual a pesquisa se baseia, foram acionados estudos de cunho histórico, ou que trouxessem uma aproximação às especificidades contextuais de São Paulo, com especial interesse na história da urbanização da cidade; formação de “esferas públicas” urbanas; estudo sobre as frentes imobiliárias e diagnóstico a respeito da pretensa condição de Cidade Global atribuída a São Paulo, pela literatura pertinente; bem como estudos a respeito da história e função das praças ao longo do processo de urbanização brasileiro; e, em especial, a história da Praça Roosevelt. A vinculação do corpo teórico com pesquisas de cunho histórico teve como objetivo aproximar a problematização que se pode fazer a partir das pesquisas realizadas por esses autores estudados e seus contextos, com o contexto urbano e social da cidade de São Paulo. Acreditamos que o uso da história como mediação, ao se utilizar um conjunto teórico, é imprescindível na tentativa de evitar que os resultados produzidos com a pesquisa derivem em ideias deslocadas.

Esse conjunto de estudos formou a diretriz, em constante interpelação pela experiência possibilitada com a pesquisa de campo, que se estabeleceu no trabalho para a construção do olhar com o qual se observou a atualidade da Praça Roosevelt. A interpelação se deu através de visitas promovidas a Praça e através da navegação pela internet e consequente acesso a uma amostragem do que foi produzido de informações a respeito da Roosevelt em portais de notícias, na plataforma *YouTube*, na rede social *Twitter*, e do cotidiano acionado por meio da convivência digital observada no grupo de *Facebook* “Amigos da Praça Roosevelt” – constituído com objetivo de manter um diálogo constante entre os diferentes grupos que utilizam a Praça e alcançar, a partir daí, acordos a respeito dos usos e demandas do espaço.

4.1. O caminho metodológico: navegando entre *Facebook*, *YouTube* e *Twitter*

Na busca por compreender como ocorre a relação entre as lógicas de produção espacial, elencamos teórica a forma como o Espaço seria compreendido para esse trabalho. Para o acesso empírico dessas lógicas, a da organização espacial que atende a uma produção do espaço tido como requisito para as Cidades Globais e da produção fenomenológica no espaço, organizado em decorrência das relações de interdependência econômica e política, e de espacialidades foram valorizados certos tipos de dados. O que, por sua vez, necessariamente incorre em buscar os marcadores que indiquem as relações travadas com o espaço apontadas por esses conceitos. Esses marcadores se localizam no que se produz – no espaço e a respeito do espaço – como decorrência de algumas características relacionadas ao conjunto conceitual instrumentalizado e que necessitam de uma abordagem em acordo com a exigência feita pela problematização, sobre o sistema capitalista, sua característica produção do espaço e das relações de interdependência que formatam o espaço com maior força impositiva. Nesse sentido o trabalho valorizou produções a respeito do espaço – e, de acordo com o quadro conceitual, consequentemente no e do espaço – que possibilitassem o desvelamento dessa relação entre as lógicas de produção do espaço incluindo as experiências fenomenológicas geradas na Praça Roosevelt. O primeiro deles é o conjunto de dados históricos a respeito da urbanização da cidade de São Paulo. Uma vez que não foi objetivo do presente trabalho construir um relato histórico próprio, mas se valer da história de maneira auxiliar, a história da Praça e da urbanização de São Paulo foi acessada pela pesquisa bibliográfica de autores interessados em objetos ou problemas

outros, mas que estabelecessem ponte com os interesses desse trabalho. Uma das motivações, como já apontado na sessão anterior, por trás da busca pela história da urbanização da cidade vem do esforço de vincular a produção teórica a respeito do espaço urbano com o contexto focado pela pesquisa para que não se produzam ideias fora do lugar. A outra motivação diz respeito ao papel que a história da urbanização exerce na problematização. O espaço não é algo dado, é produto histórico de relações sociais. Entender como determinado espaço, certos lugares, territórios e espacialidades são construídos e relacionam-se entre si exige a mediação com a história, por ser ela capaz de apontar as vicissitudes processuais envolvidas nessas formações. Por meio da história do espaço é possível acessar as dinâmicas interacionais desenvolvidas nele a partir de sua construção.

O segundo conjunto de dados foi coletado nas produções textuais, fotográficas e fílmicas feitas tendo a Praça como protagonista, ou como palco de atos e práticas, vinculadas na rede mundial de computadores através de algumas plataformas e sítios eletrônicos. Adentraram o conjunto de dados analisados, portanto, fotos e textos compartilhados na rede social *Twitter*⁴³ indexados pela *hashtag*⁴⁴ “Praça Roosevelt”; fotos e textos compartilhados no grupo “Amigos da Praça Roosevelt”, criado na rede social *Facebook*; vídeos compartilhados na plataforma *YouTube*⁴⁵, encontrados pelo motor de busca⁴⁶ fornecido pelo próprio sítio eletrônico, através da palavra-chave “Praça Roosevelt”; e notícias publicadas nos portais da *Folha de São Paulo*, do *O Estadão* e da

⁴³ Criado em 2006, o *Twitter* “é uma rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “*tweets*”), por meio do *website* do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento. [...] As atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las. As atualizações de um perfil ocorrem por meio do site do *Twitter*, por RSS, por SMS ou programa especializado para gerenciamento. O serviço é gratuito pela internet”. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

⁴⁴ *Tags* são palavras-chave (relevantes) ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita no aplicativo *Twitter*, e também adicionado ao *Facebook*, *Google+* e/ou *Instagram*. [...] *Hashtags* são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). [...] As *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas *hashtags* ou buscá-las em mecanismos como o *Google*, para ter acesso a todos que participaram da discussão. As *hashtags* mais usadas no *Twitter* ficam agrupadas no menu *Trending Topics*”. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

⁴⁵ *YouTube* é um *site* que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

⁴⁶ Motor de pesquisa ou ferramenta de busca (em inglês: *search engine*) é um programa desenhado para

procurar palavras-chave fornecidas pelo utilizador em documentos e bases de dados. No contexto da internet, um motor de pesquisa permite procurar palavras -chave em documentos alojados na world wide web, como aqueles que se encontram armazenados em websites. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

TV Gazeta encontrados e acessados com a utilização do motor de busca do *Google*. A utilização da internet e do conjunto de plataformas apresentadas para coleta de dados de pesquisa necessita certa problematização. Qual é a abrangência desses dados? A que serve esse conjunto de dados para os interesses da pesquisa? Quanto à abrangência dos dados, a utilização de informações coletadas na internet, como fonte, apresenta certas limitações. Não são todas as plataformas ou sítios eletrônicos equipados com ferramentas capazes de indicar o volume de consumo das informações veiculadas. Alguns deles, quando equipados com tal ferramenta, apresentam acesso restrito a esses dados. Geralmente apenas administradores dos sítios eletrônicos tem acesso a eles, além de que a utilização desses dados é voltada para a elaboração de estratégias de marketing e propaganda com intuito de tornar o sítio eletrônico mais atrativo. Isso torna o acesso a esses dados, principalmente os publicados pelos portais de notícia, mais dificultoso devido ao seu valor comercial agregado. Dessa forma os dados coletados por meio das produções veiculadas em alguns desses sítios não servem a uma pesquisa que lance questões relativas à demanda por esses produtos. A não ser que o pesquisador esteja equipado com ferramentas sofisticadas de métrica de redes sociais para o entendimento mais preciso de como ocorre a circulação dessas informações através do volume de compartilhamento de conteúdos e interação entre os polos produtores, emissores e receptores. Ou tenha acesso interno às estatísticas dos portais de notícia. Assim, a maior parte dessas ferramentas se limita a coleta de dados em redes sociais baseando-se nas características contratuais estabelecidas por esses serviços, com seus usuários, e relacionadas à privacidade e domínio sobre os dados. No geral, as informações produzidas por usuários de redes sociais são de domínio das plataformas fornecedoras desses serviços, ao mesmo tempo em que estão disponíveis de forma pública, de acordo com as configurações de privacidade que cada usuário, produtor de informações pessoais, estabelece em suas redes sociais. O acesso a elas por meio de ferramentas de métrica de redes costuma ocorrer de acordo com “as torneiras” que essas plataformas disponibilizam para que os softwares de métrica anexem suas “mangueiras” e coletem os dados desejados pelo pesquisador. Além do controle que as plataformas exercem sobre as vias de acesso para esses dados por meio dos softwares, o volume de dados costuma ser controlado.

As ferramentas para fazer métrica de redes costuma enfatizar a conexão interativa entre os usuários ou informações que compõe as redes sociais. O conteúdo

dessas informações e interações, quando colhido, é apresentado ao pesquisador de forma dispersa e o usuário, produtor do texto, foto ou vídeo compartilhado, é tornado anônimo, codificado numericamente, dificultando a confirmação precisa da identidade desses usuários na estatística gerada. Uma vez que dentre as exigências feitas pelo recorte e apresentadas pelo objeto, a identidade dos usuários foi importante para a compreensão de algumas relações internas a certo grupo, no caso, compreender o que ocorria dentro do grupo de *Facebook* “Amigos da Praça Roosevelt”, a dificuldade de identificar os usuários de maior influência dentro daquela rede apresentou-se como um entrave à etnografia.

As características inerentes à coleta desses dados faz com que seja excluída das intenções do trabalho qualquer tentativa de afirmar com precisão a extensão do impacto causado pela profusão de informações a respeito da Praça Roosevelt que foram veiculadas por essas plataformas na internet. No entanto, não impede que sejam feitas análises dessas produções textuais, fotográficas e fílmicas levando em consideração o alcance interpretativo possibilitado por uma etnografia digital (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013), pela análise de conteúdo clássica (BAUER, 2008), pela análise semiótica de imagens paradas (PENN, 2008) e pela análise de imagens em movimento (ROSE, 2008). Uma vez que a questão apresentada pelo problema de pesquisa diz respeito, entre outras coisas, a produção de significados no e do espaço, o emprego dessa técnica na amostragem que será apresentada se fez imprescindível e absolutamente pertinente. No conjunto de dados coletados via *Facebook*, foi dado foco ao grupo “Amigos da Praça Roosevelt”. Dentre os serviços inclusos no pacote fornecido pelo *Facebook*, está o de formação de grupos. No geral, o *Facebook* permite que seus usuários construam redes pessoais centradas no perfil particular do usuário, formadas pela vinculação desse perfil aos perfis de outras pessoas. Esses seriam os “amigos”. Através da interface *feed de notícias* os usuários que formam as várias redes tem a possibilidade de interagir e se relacionar principalmente por meio da produção e compartilhamento de informações. O escopo de informações produzidas e compartilhadas é imensamente variável de acordo com os interesses pessoais de cada membro interagente. Os grupos, no entanto, apresentam um *layout* um pouco diferente e, por consequência, uma forma de interação com características próprias que a distinguem do modo como são realizadas as interações no *feed de notícias*, mesmo que esses dois *layouts* disponham da interface do *Facebook*, responsável por mantê-las em

relação. Eles têm como principal característica reunir um conjunto específico de usuários dessas várias redes pessoais em torno de um interesse comum, costumeiramente o tema do grupo. Assim, o foco das interações realizadas por meio dessa ferramenta passa do usuário que tem sua rede particular como central para suas interações, para o “grupo”, que tem como foco determinado assunto de interesse compartilhado. Nesse sentido, os grupos seriam como bolsões de informação orientada e construídos coletivamente, possibilitando experiências mais públicas, uma vez que os usuários membros desses grupos não precisam fazer parte constitutiva da rede pessoal um do outro, ao mesmo tempo em que também são essas, em parte, experiências privadas. Encontrar e adentrar um grupo de *Facebook* não é uma tarefa que depende apenas das motivações do usuário. Existem algumas características de privacidade específicas que podem tornar impossível encontrar um grupo.

Os grupos podem ser formados com um dos três tipos de esquema de privacidade oferecidos pelo *Facebook*. Podem ser *públicos*, *fechados* ou *secretos*. Esses três tipos delineiam as maneiras pelas quais os usuários do *Facebook* podem encontrar os grupos por meio do motor de busca oferecido pelo serviço; como os usuários podem adentrar esses grupos; como as interações realizadas no interior dos grupos se relacionam com o *feed de notícias* dos usuários, sejam eles participantes ou não; e o grau de acesso às informações publicadas no interior dos grupos. Segundo a página *Central de Ajuda*⁴⁷ do *Facebook*, para fazer parte de um grupo você deve solicitar a participação e um membro deve aprovar sua entrada. Quanto à privacidade⁴⁸, grupos *públicos* podem ser encontrados através do mecanismo de busca por qualquer usuário da rede social; os membros integrantes, as informações e as interações compartilhadas na interface do grupo podem ser acessados por qualquer usuário da rede social. Além disso, qualquer membro do grupo pode convidar novos membros ou aceitar as solicitações de participação enviadas por usuários desejosos de ingressar naquele espaço. Os grupos *fechados* e *secretos* apresentam características mais restritas à entrada e ao acesso das informações e interações. Como o grupo, alvo da etnografia realizada, é *público*, não se faz necessária maiores explicações sobre essas outras opções de privacidade.

⁴⁷<https://www.facebook.com/help/103763583048280>

⁴⁸ <https://www.facebook.com/help/220336891328465>

Com isso, a etnografia realizada no *Facebook* centrou maiores atenções à participação no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” e as interações ali existentes. A entrada no grupo data do dia 20 de Janeiro de 2014. Além do conteúdo noticioso e fílmico, havia a necessidade de estreitar o contato com os moradores do entorno da Praça e com o que estava sendo debatido a respeito dela. Após encontrar um texto de um morador, postado em seu perfil pessoal de *Facebook*, mas com abertura pública, a suspeita de que poderiam existir grupos cuja temática fosse a Roosevelt cresceram. E foram confirmadas com o auxílio do motor de busca oferecido pela rede social, em uma breve pesquisa realizada por meio da palavra-chave “Praça Roosevelt”. Atualmente, além dos *eventos*⁴⁹ marcados para acontecerem na Praça e das *páginas de comunidade*⁵⁰ homônimas ou referentes à Praça, existem quatro grupos cujo nome remete a Praça Roosevelt. Entre eles dois carregam o nome da Praça – chamam-se “Praça Roosevelt” – e contam com a participação de 20 e 30 membros respectivamente. O menor deles é um grupo privado, o segundo é um grupo público para o qual foi enviada solicitação de participação, a qual nunca foi atendida positivamente. Os outros dois grupos são o “Amigos da Praça Roosevelt” e o “PRAÇA ROOSEVELT SKATE BOARDING”. Sendo eles os dois grupos com maior expressividade em termos de usuários participantes, até a data da realização do campo. Nos dois a solicitação para participar foi aceita. A atenção etnográfica, no entanto, foi dada ao “Amigos da Praça Roosevelt”, por ser um grupo no qual a Praça é discutida de fato. A esmagadora maioria das publicações realizadas no grupo “PRAÇA ROOSEVELT SKATE BOARDING” são voltadas para a venda de artigos de skate, vídeos de sessões de skate realizadas em outros picos, que não a Roosevelt, etc. Não sendo um grupo que promovesse aproximação direta com o cotidiano da Praça.

Durante o período de participação no grupo “Amigos da Praça Roosevelt”, a estratégia adotada deriva da ideia de pesquisador *lurker*⁵¹ (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013). Segundo as autoras, em uma etnografia realizada na internet, existem alguns graus possíveis de inserção do pesquisador nas comunidades estudadas. Dois dos

⁴⁹“Os Eventos são uma maneira para que os membros informem seus amigos sobre os próximos eventos em sua comunidade, para organizar encontros sociais ou simplesmente para dizer o que está sentindo no momento”. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

⁵⁰Segundo a central de ajuda do *Facebook*, uma *página de comunidade* é uma página que “trata de uma organização, celebridade ou tema, mas não representa oficialmente o assunto”.

⁵¹*Lurker* vem do verbo inglês *Lurk*, que significa “espreitar”. O termo surgiu para definir um tipo de usuário de comunidades de Internet ou salas de bate-papo que não participa das atividades ocorridas, apenas
as
observa.

tipos classificados por elas são, o já citado, *lurker* e o *insider*⁵². Não sendo abordagens engessadas, elas possibilitam variações de acordo com as necessidades do pesquisador e as possibilidades do campo. Enquanto categoria ideal, a abordagem do pesquisador *lurker* se caracteriza pela participação silenciosa. É uma opção na qual o pesquisador se insere em alguma comunidade on-line e atua como observador das interações ali realizadas sem revelar sua identidade e suas intenções. O *insider*, por sua vez, é uma categoria que se encontra na outra extremidade. Sua principal característica é a de atuação constante em determinada comunidade. Essa é uma opção mais viável e necessária na medida em que o pesquisador partilha da semântica interna do grupo pesquisado e na medida em que essa partilha semântica é necessária para a entrada no grupo.

Ambas as posturas apresentam suas potencialidades e limitações. E podem ser complementadas por outras técnicas de coleta de dados para amplificação de seus resultados. Além disso, é necessário que o pesquisador adote uma postura ética que respeite os participantes da comunidade estudada, suas perspectivas, crenças, receios, fragilidades e modos de se relacionar com a materialidade cercante. A opção ética adotada foi a de revelar-se enquanto pesquisador para o grupo estudado e pedir autorização para utilização de toda sorte de dados produzidos pelos membros da comunidade, além de garantir-lhes o anonimato⁵³. Mesmo que a configuração de privacidade do “Amigos da Praça Roosevelt” fosse do tipo pública, isso não significa que todos os membros se relacionem com os dados produzidos por si mesmos, da mesma maneira. Como fez questão de afirmar um dos possíveis sujeitos de pesquisa, que se recusou em participar e ceder seus dados produzidos no interior do grupo e de ceder uma entrevista: *Obrigado, mas meus posts são privados* (Trecho extraído do caderno de campo). A relação que cada membro tem com os dados que produz não foi a única questão ética lançada pelo campo. Foi posta também a questão da fragilidade com a qual alguns moradores do entorno da Praça parecem se deparar. Como anunciado por outro possível sujeito de pesquisa:

Em conversa no chat do Facebook com um possível participante da pesquisa (membro muito ativo no grupo, portanto seria importante

⁵² *Insider* é um termo utilizado na língua inglesa para caracterizar um indivíduo que faça parte de um grupo ou organização e que esteja a par de informações não disponíveis a não membros.

⁵³ Os nomes, gêneros e faixa etária dos sujeitos de pesquisa internos ao grupo “Amigos da Praça Roosevelt” foram alterados no documento da pesquisa, sendo substituídos por pseudônimos, quando necessário.

conseguir entrevista e que essa pessoa cedesse os dados), recebi resposta negativa. Melhor, não recebi resposta definitiva. Disse que teria que consultar o Conselho Gestor da Praça, mas nunca mais retornou mensagem. Compreensível. A pessoa parece se encontrar em uma situação de fragilidade. Imagino que isso se reflita para outros casos de moradores. Segundo relato, essa pessoa já foi ameaçada, convidada a vender o imóvel, hostilizada... pediram que tirasse um parente idoso do apartamento. Havia muito receio com as intenções da pesquisa. Medo de que houvesse algum tipo de julgamento de valor e que os resultados contribuíssem para engrossar o caldo das críticas que os moradores já parecem receber, mesmo quando são pessoas que se apresentam como interessadas em compartilhar um espaço pautado pelo respeito mútuo. E que seja regrado para que quem mora em seus arredores possa dispor de uma boa noite de sono. Já é o quinto contactado que apresenta esse tipo de preocupação. (Trecho extraído do caderno de campo).

As recusas em participar da pesquisa, pelo silêncio de resposta ou após conversas e esclarecimentos, foram importantes para definir como mais acertada, para esse caso, a opção de ética de revelar a presença do pesquisador. Assumir essa postura possibilitou um melhor entendimento, pautado na criação de um vínculo afetivo, das dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas em uma gama própria de questões, que não transparecem quando levados em consideração apenas os dados colhidos por meio da navegação nas redes sociais e demais plataformas digitais. Anunciar publicamente, dentro do grupo, a presença do pesquisador trouxe facilidade para encontrar pessoas dispostas a conversar sobre a Praça e sobre seu cotidiano como morador do entorno. Dessa maneira, por meio de conversas informais com moradores, foi possível compreender algumas lógicas internas ao grupo com relação à Praça e aprofundar o entendimento a respeito do grau de coesão existente no interior do grupo, a fragilidade de sua posição quanto à produção de significado da Praça e a pulverização de motivações, perspectivas e poder de reivindicação sobre aquele espaço.

Os dados colhidos na plataforma do *YouTube* foram encontrados a partir de seu motor de busca, com a utilização do filtro “Contagem de Visualizações” e auxílio da palavra-chave “Praça Roosevelt”. A escolha do filtro foi realizada devido a característica enclausurante do motor de busca do *site*. Segundo Puhl & Araújo (2012) o motor de busca do *YouTube* contém um algoritmo responsável por captar os padrões de utilização da plataforma, por seus usuários, e a partir das informações armazenadas, estabelecer experiências de navegação mais personalizadas. O efeito prático desse algoritmo é o enviesamento do motor de busca, fazendo com que o usuário fique cada

vez mais circunscrito por conteúdos relacionados ao seu padrão de navegação e não necessariamente pela relevância, quanto ao número de visualizações, dos conteúdos procurados.

Com a utilização do filtro “Contagem de Visualizações” os resultados apresentados puderam ser organizados em ordem crescente, ou decrescente, de acordo com a quantidade de visualizações recebidas, pelos vídeos, por outros usuários da plataforma e não por critérios enviesados pelo algoritmo. O total de vídeos encontrados pela busca foi superior à 13.000 (treze mil). Tendo em vista a impossibilidade de analisar todos eles, foi montada uma amostra contendo os 100 (cem) vídeos com maior número de visualizações. A escolha desse número deriva do modo como os vídeos são organizados na plataforma, ao se realizar uma busca. Os cem vídeos não surgem em uma única lista. Mas são divididos em várias páginas, de vinte em vinte. Ou seja, na primeira página da busca, foram encontrados os vinte vídeos mais visualizados. Na segunda, os vídeos ocupavam da vigésima primeira a quadragésima posição em visualizações. E assim por diante. A amostra foi montada pensando na disposição numérica das páginas contendo os resultados da busca. Que foram dispostas da primeira a sétima. Assim focou-se da primeira a quinta, por considerar a amostra grande o suficiente para abranger vídeos com alguma relevância em termos de visualização.

Os cem vídeos foram assistidos e buscou-se analisar neles apenas sua temática central. A intenção inicial, quanto a essa amostra, era agrupar os temas que estivessem vinculados às produções a respeito da Praça. Foram encontrados os seguintes temas: BMX⁵⁴, Clipe Musical, Documentário Independente, Evento Cultural, Humor, Protesto, Reforma, Reportagem, Skate, Teatro, Violência e Violência Policia. Os mesmos foram contabilizados para futura análise estatística, cujo objetivo era compreender a proporcionalidade de vídeos vinculados a quais temas.

Na busca por maiores detalhes, foram montadas outras duas amostras, as quais foram analisadas com auxílio da técnica de análise de imagens em movimento. As duas amostras consistiam, respectivamente, dos dez vídeos mais visualizados e dos dez

⁵⁴ “BMX ou Bicicross é um esporte praticado com bicicletas especiais, uma espécie de corrida em pistas de terra. Surgiu no final da década de 1950 na Europa e se popularizou na Califórnia no começo dos anos 1960”. Entre suas diversas modalidades, existe o *street* que “é praticado nas ruas, os obstáculos são tudo o que possa ser encontrado, desde escadas, corrimãos, paredes, bancos, monumentos e etc. As manobras combinam o Dirt, o Vert e o Flatland são executadas ao se transpor algum obstáculo, e o que vale é a criatividade em cada obstáculo encontrado pelas ruas”. Essa modalidade contida na prática do BMX se assemelha em muito à prática do *street skate*, compartilhando de disposições similares, em sua leitura, escrita e significação do espaço urbano. Fonte: Enciclopédia Livre, Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BMX>.

vídeos menos visualizados, contidos na amostra dos cem vídeos mais visualizados. Levando em consideração que a intenção dessa análise era compreender a forma como os produtores desses vídeos traduziam o espaço da Praça em linguagem fílmica, foi criada uma máscara que auxiliasse a contabilização do enquadramento de câmera dado a cena, da perspectiva, dos personagens e cenários que compunham as cenas registradas e das temáticas abordadas pelos vídeos. Em somatório a essa coleta quantitativa, foram realizadas transcrições de todos os vídeos analisados nessa amostra, quando continham fala.

Com o correr da coleta de dados no *YouTube*, foram encontrados outros vídeos, considerados relevantes para os objetivos da pesquisa, mas que não adentraram a amostra dos cem vídeos mais visualizados. Eles receberam o mesmo tratamento. O que resultou na análise total de 42 (quarenta e dois) vídeos, nesses moldes.

Assim como o *Facebook* e o *Youtube*, a rede social do *Twitter* é bastante popular entre os usuários de Internet e oferece uma ferramenta interessante para pesquisar os assuntos mais populares discutidos na rede mundial de computadores. A ferramenta em questão é a *hashtag*, um mecanismo capaz de indexar palavras-chave criadas pelos usuários da rede com intenção de centralizar discussões conexas. Tendo em vista a popularidade da rede, e sua capacidade de gerar espaços de discussão ou publicação de fotos, vídeos e links, ficou entendido que procurar por referências a Praça Roosevelt, nesse espaço digital, seria frutífero dado os objetivos da pesquisa. Por meio da palavra-chave “Praça Roosevelt”, foram encontradas 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) referências indexadas pela *hashtag* #pracaroosevelt datando de 16 de Outubro de 2009 a 12 de Janeiro de 2015 (data do último *tweet* coletado, não do último publicado), o que consistiu a amostra analisada. Com base na leitura dessa amostra, foram identificados diversos temas conectados a #pracaroosevelt, sendo eles: Arquitetura, Cultura, Imagens, Incomodo, Modalidades Corporais, Outros, Política, Reforma, Religião, Segurança e Skate. Foi realizado tratamento estatístico na amostra com objetivo de compreender o percentual de cada tema, frente ao total de publicações contidas na amostragem, possibilitando interpretações quanto a relevância das leituras feitas da Praça divulgadas em um espaço público como o *Twitter*.

4.2. As espacialidades, territórios e lugares da Praça Roosevelt

Falaê rapeize, suavidade? Hoje eu estou aqui na Praça Roosevelt. Eu vou apresentar um pouco ai do pico pra vocês. Apesar de ser um pico

bem conhecido de São Paulo. Quem não conhece, vai conhecer agora. Se for colar aí na Praça, pode colar de manhã, de tarde, de noite que agora não tem mais ninguém pra agitar os caras né (Transcrição da fala de Rod, skatista, feita a partir do vídeo “Rod no Spot - Apresentando a Praça Roosevelt”, postado na plataforma *YouTube* no dia 14/09/2013⁵⁵).

A história do skate na Praça Roosevelt ganha força no final da década de 1980. Justamente no período em que a Praça passava por sua espiral de decadência física e simbólica, com acentuado abandono por parte do poder público mais interessado em travar embates pela alienação das responsabilidades administrativas sobre o espaço e grande evasiva de usuários. No entanto, a ausência de parte da população, que compartilhava determinadas expectativas a respeito de um equipamento urbano como uma praça, e do Estado, não causou a ausência de vida na Roosevelt. O espaço amplo e desocupado, repleto de pequenas elevações, chão liso, muretas, parapeitos com rampas de inclinação bastante adequadas à manobras com skate e demais pequenos detalhes da construção, principalmente da estrutura do Prédio Pentagonal, possibilitaram o desabrochar desse espaço como um ponto de encontro para skatistas da época, que viriam a significar a Praça de maneira contundente para a cultura do skate. Nas palavras de Antônio, skatista profissional e morador dos arredores da Roosevelt entre as décadas de 1970 e 2000: *Cara só fala que foi um lugar mágico, uma praia com paredes perfeitas* (trecho extraído do caderno de campo).

A ascensão da Roosevelt como pico de skate também coincide com outros dois fatores históricos. O primeiro deles é a popularização da prática do skate no Brasil e, posteriormente, do *street skate*. O segundo está atrelado ao primeiro e diz respeito à popularização do *street skate* na cidade de São Paulo, a consequente nomeação do “Ibira”⁵⁶ como pico e a proibição da prática na cidade durante a gestão do prefeito Jânio Quadros. Inicialmente o skate é introduzido em território nacional por volta da década de 1960. Sua popularização, no entanto, ocorre a partir da segunda metade da década de 1970. Até então, motivados pela mimetização do *surf*, os praticantes do skate⁵⁷ restringiam-se a realização de manobras similares ao esporte que lhe deu origem, com a diferença de serem realizadas sobre uma prancha com rodas e nas ruas e calçadas da

⁵⁵<https://www.youtube.com/watch?v=yrK9ktxoGyU>.

⁵⁶ Maneira pela qual o Parque do Ibirapuera era denominado entre os praticantes do *street skate* (BRANDÃO, 2014).

⁵⁷ Na época também chamado de “surfinho”, ou “surfe de asfalto” (BRANDÃO, 2014).

cidade. A prática do skate vivenciou, nas décadas seguintes, um momento de forte expansão. Angariando sentido esportivo, a prática do skate sustentou o surgimento de um mercado de equipamentos, revistas especializadas e um cenário competitivo em constante crescimento. Esse foi um movimento amplo. Vivido nos Estados Unidos, onde a prática se originou, e também no Brasil. Esse processo de ascensão da prática à categoria de esporte trouxe consigo alguns desdobramentos importantes. Até meados da década de 1980, o praticante do skate era considerado atleta, compunha equipes, participava de campeonatos em estádios lotados e treinava suas manobras em pistas devidamente arquitetadas. Era uma prática corporal contida em domesticação própria, ocupava o grupo de esportes considerados radicais, dispunha de mercado especializado e de espaços especializados para as realizações que gravitavam o skate. Era um esporte de risco, mas controlado em termos civilizatórios (Elias, 1993). Nada disso deixou de existir na atualidade, mas durante esse mesmo período de ascensão esportiva, outro caminho possível para a prática do skate se revelou: “Trata-se da invenção do street skate - ou skate de rua - o qual engendrou nesta atividade formas de apropriação e interpretação do espaço urbano que (...) conferiu à modalidade uma espécie de “cultura corporal anárquica” (BRANDÃO, p.295, 2014). O nome *street skate* é autoexplicativo. Traz em seu enunciado a retomada da rua, pela prática. Uma guinada na prática do skate que trazia de volta a ideia original do “surfinho” californiano, reformulada sob um viés transgressor e ocupacional do espaço urbano como um todo. Ruas e calçadas não eram mais os limites do praticante, já diferente e não motivado pela mimese do *surf*. A nova modalidade e seus novos praticantes encontraram nos demais equipamentos urbanos um conjunto de estruturas praticamente ilimitado para realização de manobras. Ainda segundo Brandão:

Diferentemente do “surfinho” existente no final da década de 1960, os praticantes de *street skate* passaram a utilizar, para além das ruas pavimentadas, espaços públicos como praças, bancos, escadas e corrimãos para realizar o que chamavam de “manobras”, numa apropriação do espaço que carregava algum tom de transgressão. [...] Essa prática do skate na rua também engendrou novas formas discursivas nas revistas especializadas. Paralelamente ao vocabulário esportivo, o qual enfatizava competições e seus resultados, as revistas específicas sobre skate passaram a incentivar seu uso na cidade, como uma espécie de conquista do espaço urbano. [...] Diferentemente do skate vertical, que dependia de um *half-pipe*⁵⁸ ou de algum outro tipo

⁵⁸“O Halfpipe é uma estrutura em forma de U destinada a prática de esportes radicais, como o skate, snowboarding, ski, patins em linha ou BMX. É uma estrutura côncava, podendo ser feita

de pista para acontecer, a prática do *street skate* podia ser exercida em qualquer lugar e a qualquer hora. (...) “aproveitar o espaço é antes de tudo uma questão de criatividade”, pois, “ir à procura de locais skatáveis é uma missão arriscada [...] é descobrir uma nova aventura a cada local encontrado”. [...] A questão é que se no caso do skate praticado em pistas com rampas verticais (...) é menos problemático a ampliação do conceito de esporte para caracterizá-lo, a insistência em denominar o skate de rua como um esporte chocava-se (e choca-se) com seu uso irreverente e transgressor nas ruas dos grandes e médios centros urbanos. Nesses espaços da cidade não havia competição, não havia um tempo cronometrado e nem juízes. Neles, o que contava era a liberdade para criar, para passar por cima de obstáculos imaginados, saltar sobre bancos, escadas, enfim, escorregar sobre as dobras da matéria. O skate de rua, neste sentido, manifestava-se de maneira informal e não através da formalidade esportiva (cronômetros, juízes, equipes etc). Tratava-se de uma série de novas experiências juvenis que buscava singularizar a vivência do cotidiano, deslizando pela cidade, explorando “outros espaços” e inventando maneiras de ser onde o lúdico tinha – quase sempre – um lugar especial. (BRANDÃO, pp.295-302, 2014).

Além do caráter lúdico de se apropriar da cidade de forma pouco convencional, o *street skate* marca posição em sua atitude impremeditadamente política, mesmo que conscientemente transgressora. Escapando das adjetivações referentes ao esporte e, portanto, fugindo do escopo linguístico e significativo que compunham as forças domesticadoras do corpo e limitações da prática em espaços pré-determinados, o *street skate*⁵⁹ trás consigo possibilidades de novas subjetivações, novas formas de enxergar a cidade e de fazer-se ver na cidade. Retoma o valor-de-uso da urbe e advoga pela força construtiva que os usos da cidade têm em sua produção espacial, na matéria, no significado, e na produção de novas leituras do espaço (FERRARA, 2008). A popularização do *street skate* na capital paulistana teve seu ápice na segunda metade da década de 1980 e um de seus principais locais de prática na época era o Parque do Ibirapuera (Figura 33, Apendice I, p. 149). O chão liso sob a marquise foi atrativo suficiente para a consolidação do local como pico. De acordo com o que relata Brandão (2014):

de madeira, ferro e outros materiais, como também pode ser escupido em áreas de neve e terra”. Fonte: Wikipédia, Enciclopédia Livre.

⁵⁹ A título de informação, o sentido esportivo dado ao skate levou tempo para se esparramar sobre a prática do *street skate*. E isso não ocorreu de forma harmoniosa. Machado (2014) ressalta que para o *streeteiro*, ser chamado de atleta é um problema. Mesmo que na atualidade da prática tal sentido reverbera na estruturação de campeonatos, equipes e patrocínios dos profissionais do *street*. E a despeito desse flerte semântico, o *street* continua carregando disposições transgressoras em sua produção de leituras e escritas sobre o espaço da cidade.

(...) O Ibirapuera tornou-se “o templo de todos os skatistas”. Assim, neste local os praticantes de skate se reuniam, ouviam música e andavam de skate regularmente. Na “terra da garoa”, o “Ibira”, como era chamado pelos skatistas, os protegia das constantes chuvas que precipitavam pela capital, fato que também facilitava a manutenção dessa atividade por ser a área praticada, além de lisa, também coberta. (BRANDÃO, pp. 303-304, 2014).

Coincidentemente, a sede da prefeitura de São Paulo era no Parque Ibirapuera e, para Brandão (2014), esse fator, que possibilitava uma aproximação visual entre praticantes do skate e Jânio Quadros, foi fundamental para o início dos desentendimentos entre os skatistas que praticavam no Parque e o então prefeito da capital paulistana. Em decorrência da proximidade e do concomitante olhar de desaprovação lançado por Jânio Quadros para a prática que ali se concretizava, o prefeito lançou nota pública informando a proibição do skate no Parque do Ibirapuera. Tal nota gerou uma série de manifestações de reprovação quanto à atitude de Quadros nos veículos de comunicação especializada e vários questionamentos por parte de alguns jornais e revistas de ampla circulação na capital. A proibição do skate no local, entretanto, não impediu sua continuidade. Nos dois anos que se seguiram à declaração de Quadros (de 1986 a 1988), desaprovando a prática do skate no Parque, os praticantes mantiveram sua atitude transgressora e mantiveram ativamente a ocupação do pico do Ibira, bem como do restante da cidade, a despeito da constante repressão policial, seguida de apreensão de skates e prisões. Em 1988 o skate é oficialmente proibido no Parque do Ibirapuera.

De acordo com a jornalista Elaine Lavezzo (em reportagem publicada na revista *Skatin*), após muitas rusgas entre skatistas e policiais, a proibição efetiva no Parque foi decretada no dia 19 de maio do ano de 1988, quando o então prefeito Jânio Quadros enviou um memorando, impresso no *Diário Oficial*, proibindo “irrevogavelmente” o uso do skate neste local. Segundo essa jornalista, essa proibição atingiu em cheio os skatistas paulistanos, pois o Ibirapuera era onde a maioria aprendia suas manobras e por isso um importante ponto de encontro para esses jovens. (BRANDÃO, pp. 304-305, 2014).

A reação dos praticantes foi imediata e uma manifestação foi organizada. Entretanto o prefeito se recusou a receber os indignados. E em retaliação à atitude cívica, Jânio Quadros estendeu sua decisão proibitiva decretando a proibição da prática do skate não apenas no Parque, mas na cidade de São Paulo como um todo.

Uma vez proibido, o *street skate* passou a ser um alvo legítimo da repressão policial. [...] Depoimentos colhidos também evidenciam a repressão desencadeada por Jânio Quadros neste período. O skatista Rui Barbosa, apelidado no meio como “Rui Muleque”, afirmou que após o decreto-lei de Jânio Quadros, a Guarda Municipal ficou incumbida de cumpri-la e por isso ele recorda-se do período como uma fase de “terror” para os skatistas, uma vez que “o tempo todo eles precisavam ficar fugindo da polícia, que apreendia os skates”. (BRANDÃO, pp. 306-307, 2014).

Esse momento de proibição do skate em São Paulo terminou assim que a prefeita Luiza Erundina assumiu o cargo em 1989. Entretanto, até lá, o skate permaneceu sob a insígnia da marginalidade como aponta o relato de Antônio:

Sou da época que sk8⁶⁰ era proibido em Sampa pelo prefeito, Jânio Quadros, então se você andava e o opalão⁶¹ te via, chegavam com as carabinas na mão, (...) comédia, não importava a idade, a polícia botava o revólver na cara da garotada. (Trecho extraído do caderno de campo).

A Roosevelt, como pico de skate, se consolida no período de transição entre as gestões de Quadros e Erundina. Antônio já usava a Praça desde 1978, mas revela que sua popularização ocorreu no final dos anos 1980 após a liberação do skate na cidade: *No final dos anos 80, era minha segunda house, vivia lá, saia do colégio e já colava saia da balada e ia pra lá. Quando o sk8 voltou a ser liberado em Sampa, em janeiro de 1989, com a nova prefeita Luiza Erundina, lá lotava, era uma praia sem dúvida* (trecho extraído do caderno de campo). Atuando como profissional, Antônio fez parte de uma *crew*⁶² de *street*, caracterizada pelo osso no pescoço que seus membros ostentavam. O mais revelador a respeito da equipe, para essa pesquisa, diz respeito ao nome dela. Que por si só indica dois dos principais picos de *street* da época: *em 1989 eu e uma galera de pros e am*⁶³ *de ponta criamos uma crew, **IbiraRoosevelt**, usávamos um osso no pescoço...* (Fala de Antônio, trecho extraído do caderno de campo). O tempo áureo da Praça, para o skate, foi entrecortado. O primeiro pico de popularidade da Roosevelt durou até 1991, quando ficaram apenas Antônio e “uns poucos zik⁶⁴”. A retomada do pico data do início dos anos 2000.

⁶⁰ Abreviação utilizada para se referir a “skate”.

⁶¹ Apelido dado às viaturas da polícia de São Paulo, na época.

⁶² Maneira como se referir a uma equipe de skate.

⁶³ “Pros e am” são abreviação utilizada por Antônio para “profissional” e “amador”.

⁶⁴ “zik”, ou “zika”, é uma gíria utilizada por membros de grupos envolvidos em práticas consideradas marginais, mas não restrita a tais grupos, e indica uma pessoa “sagaz”, detentora de expertise urbana.

Tais relatos apresentam o que consideramos de maior importância para a pesquisa: uma parcela da economia dos corpos que consistia o cotidiano do interior da Roosevelt e as marcas deixadas pela prática do skate. Se, para a Praça, o correr das décadas de 1980 e 1990 foram bastante caracterizadas pelo abandono público e corrente entendimento de que se tratava de um espaço desocupado e perigoso, a década de 2000 pode ser entendida como o ápice do abandono administrativo e da vigilância por parte do poder público. Mediante o abandono e falta de manutenção, ficou em aberto uma brecha que possibilitou ao skate deixar, de forma autônoma e por fora da burocracia, uma de suas principais marcas da época. A originalidade da construção sofreu alterações, foram erguidas, por quem estava presente cotidianamente no espaço, novas estruturas. Uma rampa sobre escadas, uma pequena rampa em forma piramidal e uma borda de mármore foram construídas por skatistas na intenção de revitalizar o pico de skate. Nas palavras de Esteban, skatista profissional e idealizador das modificações no espaço:

Na verdade o que está acontecendo é que foram construídos quatro obstáculos novos a modo de presente para os skatistas do país. Eu cheguei no Brasil... faz uns sete anos que a Praça não mudou nenhum cabelo, não mudou nada. Está exatamente igual parece que tem um esqueleto dela. A única mudança que ainda teve, que foi para pior, é que aqui embaixo tinha um supermercado. Mas ele foi fechado. No momento que foi fechado já cavou a tumba da Praça... já é como a conta regressiva dela... em qualquer momento ia ser destruída. [...] Teve essa escada lá... que tem quatro degraus baixinhos e cumpridos... um espaço, um banco e um despenco. Era perfeito. Era simplesmente cobrir essa escada com um cimento e fazer uma rampa reta para pular o banco do outro lado. [...] Pra mim isso é um sonho (...) vamos voltar a estar sempre no mesmo lugar como sempre... vamos lá na Roosevelt... a gente se tromba lá na Roosevelt. (Transcrição da fala de Esteban Florio, skatista profissional, feita a partir do vídeo “Etnies + Esteban Florio - Praça Roosevelt - SP”, postado na plataforma Youtube no dia 01/04/2008⁶⁵).

A ausência do Estado, da população civil e da visibilidade pública altamente orientada por determinado tipo de notícia produzida a respeito da Roosevelt, que por décadas disponibilizaram matéria-prima suficientemente responsáveis pelo imaginário paulistano de que se tratava de um lugar vazio, desocupado e sem vida, esbarram nas alterações feitas diretamente no concreto da Praça, realizadas por skatistas, sinônimo de

⁶⁵ IDEM.

vitalidade tanto da prática do skate nesse espaço, na época, quanto do próprio espaço. Não foi encontrada, por esse trabalho, evidência documental de que os skatistas eram um problema para a administração pública no período anterior a reforma da Praça. Entretanto, eles não eram cogitados. Invisíveis, como o interior da Praça, aos olhos públicos. A tradicionalidade do pico da Roosevelt não foi considerada para a reforma e para o novo projeto, como pode ser percebido na fala do Secretário das Subprefeituras de São Paulo, André Matarazzo – ocupante de cargos administrativos na prefeitura de São Paulo entre os anos de 2005 e 2009 – em entrevista cedida ao programa Skate Paradise:

André Matarazzo: Não tem história e a história dela não é feliz. É uma Praça que foi um marco, uma arquitetura que é feia, que acabou com uma área verde que existia aqui no lugar.

Reporter da ESPN Brasil: Ela é muito marcante pra história do skate, tem planos no futuro pro skate nela?

André Matarazzo: Pro skate na Praça especificamente não sei, mas tem planos pra áreas de skate pra cidade, como foi feito, por exemplo, na Praça dos Arcos, no final da Avenida Paulista e final da Avenida Angélica.

Reporter da ESPN Brasil: Se algum lugar da... do próximo... do projeto “a Praça é nova” houver espaço pro skate, vai ser permitido o uso do skate na Praça nova?

André Matarazzo: O uso do skate sempre é permitido desde que não prejudique a estrutura do local e nem incomode a vizinhança. Acho que isso não tem problema nenhum. O skate é praticado pela cidade toda livremente sem nenhum problema. (Transcrição feita a partir do vídeo “Etnies + Esteban Florio - Praça Roosevelt - SP”, postado na plataforma Youtube no dia 01/04/2008⁶⁶).

Independente da visibilidade pública, a década de 2000 sela a produção de um significado para Roosevelt, que se fixava paulatinamente desde o final dos anos 1980. Sela a produção de um lugar na Praça. O lugar do skate.

Bom a Roosevelt tem uma história muito longa com skate... é... po... desde a década de 80 assim... final dos 80 e tal... eu nem andava de skate... e ela sempre foi assim desde sua origem um lugar bem propício pra prática do skate por ser uma praça grande com terreno plano e vários bancos e bordas e escadas e coisas assim... e... depois da reforma... foi uma coisa assim que... que... que... a comunidade do

⁶⁶ IDEM.

skate quase nem acreditou assim quando via os projetos e tal porque... sem querer eles fizeram uma coisa muito atual no mundo do skate assim... que é uma skate plaza... eles fizeram isso sem saber... todas as pistas de skate assim... nos Estados Unidos, na Europa e algumas no Brasil têm esse conceito hoje em dia mais moderno que é a pista é a reprodução mais fiel possível da rua... então elas tem até esse nome de skate plaza... aqui fizeram a rua com uma reprodução melhor possível de uma pista que reproduz uma rua... então sem querer virou o principal pico de skate em São Paulo. Aliás sempre foi. (Transcrição da fala de Klaus Bohms, skatista profissional, feita a partir do vídeo “TV Augusta #04 - Praça Roosevelt”, postado na plataforma Youtube no dia 07/04/2013⁶⁷).

A reforma pela qual a Praça passou levou seu concreto ao chão. Foi demolida e no lugar uma nova Praça surgiu. O surgimento da nova Roosevelt trouxe consigo o interesse da população em frequentar o local. Com a demolição do prédio pentagonal e dos demais desníveis que deixavam o interior da Praça invisível no nível da calçada, apagou-se o significado de medo, também enraizado no concreto da Roosevelt. Entretanto, não foi capaz de apagar o mais tradicional dos significados. Pelo menos para um nicho específico de moradores de São Paulo. O lugar do skate permaneceu. Mesmo com o espaço totalmente repaginado. E surpreendentemente melhorado aos olhos dos adeptos do *street*. A fala de Klaus é bastante emblemática e evidencia, além da perpetuação do lugar do skate, a dificuldade de se prever os usos de um espaço e o fracasso das intervenções urbanas que não contam com estudos a respeito da história dos usos da cidade. Impremeditadamente, o novo projeto e a execução da reforma gerou uma materialidade mais propícia para o skate do que a precedente. E essa leitura, de um espaço mais propício para o skate, não passou despercebida pelos praticantes antes mesmo de sua inauguração.

⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=qn56e2lkSqs>.



Figura 8 – Praça Roosevelt em dia chuvoso durante a reforma. Fonte: Twitter.

Mesmo que a conclusão das obras tenha se efetivado mais de um ano após o registro da Figura 18, postada na rede social do *Twitter* no dia 13 de Fevereiro de 2011, já é notória a mudança do espaço. O prédio pentagonal havia sido demolido, bem como os demais desníveis. A estrutura da galeria e do posto da Guarda Civil Metropolitana já estavam erguidos. Acompanhando a imagem, há um texto com a seguinte afirmação: *eu acho que ainda via dar pra andar de #skate na #praçaroosevelt*. A transição para a nova Praça instigava. E a leitura do novo espaço que surgia, feita pelo olhar intrépido de um skatista, direcionado as potencialidade que um espaço urbano pode oferecer para sua prática, evidencia novamente a continuidade do lugar. Continuidade essa amplificada pela crescente disponibilidade de leituras do espaço e formas de fazer-se ver no espaço. Acreditamos que essa intensa produção no espaço e a respeito dele contribuíram de maneira contundente para a consolidação da nova Praça como, entre outros significados que se externalizaram, o tradicional pico de skate que sempre foi. Nos primeiros dias, imediatamente posteriores a inauguração da nova Roosevelt, a Praça como um todo era

amplamente utilizada por skatistas. E essa forma de utilização do espaço, anárquica, sem restrições, também foi intensamente registrada⁶⁸.

Entretanto tal forma de fazer-se presente no espaço da Praça, seja durante o dia, seja durante a noite, não agradou uma parcela dos demais presentes. Não tardou para que reclamações começassem a surgir e restrições à utilização do espaço começassem a ser reivindicadas. “Se por um lado a invenção do street skate causava a sensação de liberdade para os jovens que por ele se expressavam, por outro lado o mesmo não pode ser dito sobre os sujeitos que não estavam conectados a essa prática” (BRANDÃO, p. 303, 2014). A insatisfação com a nova configuração da Praça e com todas as possibilidades de utilização tornou-se chão comum para boa parcela dos residentes do logradouro da Roosevelt e demais frequentadores. Tais reivindicações a respeito da utilização da Praça e leituras desse espaço, motivadas por preocupações com a manutenção do equipamento urbano, com o intenso barulho durante a noite e o possível perigo para os demais frequentadores culminaram na constante negociação pelo espaço da Praça.

A Praça Roosevelt foi reinaugurada em setembro de 2012 e com a perfeição que ficou a Praça com escada, bancos... os moradores ficaram assustados com o número de skatistas que começaram a praticar aqui. E muita gente passava a noite também andando de skate. Isso aí causou um pouco de problema pros moradores que fazia muito eco... é... em primeira instancia eles queriam proibir a prática do skate. E aí começou a ter algumas reuniões, algumas repressões de alguns moradores... e outros só queriam regras né... eles não queriam proibir o skate, mas eles queriam horários pra... parar de andar de skate... até acho que dez horas, onze horas da noite eles queriam que cessasse o skate porque na madrugada deve fazer muito barulho principalmente quando o pessoal anda próximo dos prédios. E aí começou algumas reuniões junto com associações, ong, a própria guarda metropolitana, alguns representantes regionais que tomam conta aqui de algumas coisas junto com a subprefeitura pra tentar chegar num acordo pra favorecer pra todo mundo e não pra proibir o skate. (Transcrição da fala de André Hiena, skatista há 26 anos e assíduo frequentador da Praça Roosevelt, feita a partir do vídeo “Olho de Peixe - Praça Roosevelt”, postado na plataforma Youtube no dia 14/01/2013⁶⁹).

Essas negociações, de todo modo, não se restringiram às reuniões entre associação de moradores, associação de skatistas e demais interessados, mediadas pela

⁶⁸Tais registros podem ser visualizados no Apêndice, figuras 16 a 24, páginas 163 a 167.

⁶⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=vZiEm7Nw9R8>.

Subprefeitura da Sé, que vieram a acontecer. A confabulação, com horário e local pré-determinados, com objetivo e pauta pré-estabelecida, foi insuficiente enquanto ferramenta de demarcação territorial e domesticação da prática do skate. Mesmo com a promessa de construção do *Skate Plaza* e melhoramento da área que ficaria restrita ao skate; com os acordos firmados que estipularam local e horário limite para a prática; com a vigilância constante da Guarda Civil Metropolitana – protagonista do caso de violência contra skatistas no dia 04 de Janeiro de 2013 –; a disposição transgressora inerente ao *street skate* fez das negociações pelos significados da Roosevelt e pelo delineamento de fronteiras algo mais presente na vivência cotidiana do espaço, extrapolando os espaços extraordinários e burocráticos de debate e deliberação, reservados para tal arranjo político. A intransigência também transbordou para os meios de expressão e comunicação públicas, aos quais muitos dos skatistas frequentadores têm acesso. A questão das fronteiras internas da Roosevelt alcançou elevado índice de publicização com a considerável produção de imagens e textos realizada. Levando em consideração as afirmações de Leite (2008), significar um espaço pela presença nele – dando-lhe preenchimento afetivo, história e memória – e corporificar esse significado, de modo que os corpos presentes sejam também representantes materiais desse significado, é criar nesse espaço, um lugar. Tal processo duplamente vinculativo, sobretudo quando ocorre em um espaço público, caracteriza, como fundamental, a publicização do significado gerado, para que seja possível seu reconhecimento – a partir das fronteiras produzidas pelas marcações no espaço e pela presença dos corpos significantes – para as demais presenças do local, não participantes do grupo. O indicativo pungente de que as negociações não ficaram restritas às reuniões está explícito no contínuo deslizar do “carrinho”⁷⁰ pelas áreas consideradas proibidas para utilização do skate⁷¹. Apresentando a Praça, à sua maneira, Rod torna bastante visível o que é fazer uma leitura do espaço como pico “skatável” e a intransigência intrínseca a prática do *street*. Apresenta, dessa maneira, o significado atribuído a Roosevelt por praticantes do skate e orientação que tal leitura do espaço exerce sobre sua utilização:

Bom, aqui, na parte de cima a plaquinha está dizendo que é proibido andar de skate. Mas como eu sou teimoso, vou andar. To nem aí (a imagem X foi extraída desse momento do vídeo). [...] Bom aqui em cima tem as bordinha de cimento totalmente cheia de vela. Tentar dar

⁷⁰Segundo Machado (2014) “carrinho” é uma das denominações dadas ao skate pelos praticantes.

⁷¹Imagens registrando tal movimento podem ser visualizadas no Apêndice, figuras 25 a 28, páginas 168 e 189.

umas trick aí. Só sair fazendo linha aí até a perna não aguentar mais. [...] E todo lugar da praça que você imaginar, já foi skatada. [...] Agora vou fazer uma linha aqui nos bancos. Vou tentar usar todos os banco. Sair manobrando em tudo, vamo tenta né tem um pessoal sentado alí vai atrapalhar um pouco, mas vamo aí. [...] Atrapalhou bem no último, mas vamos continuar a linha (Rod se refere a um banco ocupado por outros frequentadores da Praça, pelo qual passou). É banco pra (...). Cabo a linha nos banco, cê pode ir nas borda agora (Rod segue fazendo manobras pelas bordas de concreto). Tem as bordinha pra cá também. E é isso. Essa foi a linha em todos os banco. Cancei. (...) E é isso aê galera, estive aqui na praça Roosevelt. Quem quiser colar vou deixar o endereço na descrição do vídeo só colar aí sacar das boas que aqui escorrega tudo. Se você gostou do vídeo, da um 'nozão' aí no like e até o próximo vídeo. (Transcrição da fala de Rod, skatista, feita a partir do vídeo "Rod no Spot - Apresentando a Praça Roosevelt", postado na plataforma Youtube no dia 14/09/2013⁷²).

Em conformidade com a continuidade da atitude transgressora, a vigilância do Estado se fez mais presente. E em razão da transferência do embate pelas possibilidades de se valer do equipamento urbano como um todo na forma de pico de skate, alterações na materialidade do espaço foram promovidas.

O correr das práticas vividas cotidianamente na Roosevelt e da fluidez das fronteiras simbólicas presentes nos corpos dos variados tipos de frequentadores gradualmente promoveu ajustes ao arranjo que se formava para a vivência de todos naquele espaço. Concomitante a vivência, o espaço ficou marcado pelos usos. E inevitavelmente o skate deixou cicatrizes na materialidade da Praça⁷³.



⁷²<https://www.youtube.com/watch?v=yrK9ktxoGyU>.

⁷³O Apêndice conta com mais imagens indicando as marcas deixadas na praça, pelo skate. Figuras 29 a 32, páginas 170 a 171.



Figura 9 – Bancos danificados pela prática do skate, parte de cima da Praça Roosevelt⁷⁴.

De modo geral a vivência do skate na Praça é bastante intensa. E tal presença constante, além de produzir suas marcas no espaço e dotá-lo de um sentido único, carrega consigo uma etiqueta urbana bastante própria. Por etiqueta urbana compreendemos o conjunto de normas de conduta vinculadas a determinado espaço da cidade. A primeira vista, há uma contradição em se dizer que o *street skate* carrega consigo tal conjunto de normas, sobretudo se recuperarmos os dizeres de Brandão (2014), que adjetiva tal modalidade como algo “anárquico”. O ponto é que a ação de adjetivar tal prática como “anárquica” deriva de um relativismo imposto ao termo. O *street* é anárquico em relação à leitura que se faz do espaço urbano embasada em uma matriz “cívica” (MACHADO, 2014). Para o cidadão que se localiza fora do escopo de disposições internas à prática do skate, utilizar os equipamentos urbanos públicos, disponibilizados para passeio, encontros e lazer, está relacionado ao sentimento de preservação desses equipamentos. Em contrapartida, para praticantes do skate, a leitura que se faz do espaço é a de possibilidades lúdicas e sociabilidade. Posto isso, foi possível apreender na Roosevelt a existência da etiqueta urbana do skate que, além de conter as disposições para leitura específica do espaço por parte de seus praticantes, já apresentada acima no texto, marca as normas de conduta a serem adotadas por qualquer frequentador em determinadas localidades da Praça, ou em dias excepcionais, nos quais o skate predomina. Para a pesquisa, o *Skate Boarding Day*, ocorrido em 2014, foi bastante revelador da existência de tal etiqueta e da forma como ela predomina na Praça, acompanhando a fluidez das fronteiras do lugar do skate.

⁷⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=aZy4t3aPopc>.



Figura 10 – Chegada dos skatistas a Praça Roosevelt no *Skate Boarding Day* de 2014⁷⁵.

Durante a coleta de dados no Twitter surgiu algo importante. Não sabia que existia um dia mundial do skate. Bom, aparentemente tem e São Paulo não vai deixar de comemorar. [...] Pude verificar que estavam sendo marcados dois eventos para o final de semana do dia 22 de junho. Um deles seria um campeonato de skate marcado para ocorrer no sábado. Outro, um encontro massivo de skatistas marcado para iniciar na manhã do domingo, sob o vão do MASP e seguir remando pelas avenidas do centro até o ponto de chegada, a Praça Roosevelt, onde os skatistas passariam o dia celebrando a prática. Imprescindível estar presente. [...] Infelizmente não pude acompanhar o campeonato agendado para sábado. [...] O domingo amanheceu claro e sem qualquer ameaça de chuva. Acompanhado de uma amiga, bastante conhecedora do centro da cidade, fizemos um passeio de bicicleta pelo centro de São Paulo. Além dos skatistas que transitavam em grandes blocos pelas ruas, notei um fato curioso a respeito das etiquetas urbanas que tomam as ruas e se arranjam nos vários tipos de deslocamento possíveis, de acordo com o meio de transporte utilizado. [...] Em determinado momento, enquanto nos dirigíamos a Roosevelt, pedalando pelas ciclofaixas, um grande grupo de ciclistas nos alcançou. Todos muito coordenados nos momentos de atravessar de uma ciclofaixa para outra em certos cruzamentos, impositivos, quando necessário, no parar do trânsito dos carros. [...] Chegamos à Praça Roosevelt pouco tempo depois, acredito, pois ainda chegavam muitos outros nesse momento, dos skatistas que vinham do MASP. Eram muitos. A Roosevelt estava tomada. A despeito das placas informativas de proibição, não havia qualquer espaço possível para o skate que não estivesse ocupado. Nesse dia o skate não era a única presença no local. E aqueles que não tinham um carrinho no pé, inclusive eu, estavam sujeitos às formas de uso do espaço feitas pelo skate. Como o pedestre que, para sua segurança deve olhar para os dois lados antes de atravessar a rua, caminhar na Roosevelt, naquele

⁷⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=y4YuZwGI-BI>.

dia, era como atravessar constantemente uma via bastante movimentada. De forma geral somos todos acostumados aos carros nas vias e os pedestres nas calçadas. A etiqueta imposta nesse dia era a mesma. Skatistas em sua grande via estipulavam com dominância impremeditada, o caminhar dos demais presentes. [...] O território do skate estava absolutamente perceptível. E nesse dia a norma de estar naquele espaço era a deles. (Trecho extraído do caderno de campo).

Muito embora eventos como o *Skate Boarding Day* e campeonatos⁷⁶ que ocorrem periodicamente na Roosevelt sejam consideradas datas excepcionais, nas quais as fronteiras geradas pela presença do skate se expandem e abarcam a Praça como um todo, entre outras coisas, devido à multiplicação de *streeteiros* presentes nesses dias, a etiqueta urbana exigida de qualquer transeunte que atravessasse um território marcado como “skatavel”, principalmente a parte de baixo da Praça, ao lado da Igreja da Consolação, é a determinada pelo skate. O transeunte não exige, ou espera que a prática do skate se interrompa para sua passagem, ou utilização do espaço. O ocorrido é o inverso. O transeunte aguarda o melhor momento para atravessar, ou utilizar aquele espaço demarcado, ou se porta como espectador das atividades ali realizadas.

Durante visita realizada em Janeiro de 2015, após a construção do *Skate Plaza*, o presenciado nesse momento da Roosevelt contribuiu para a solidificação da percepção a respeito da existência corrente da etiqueta do skate naquele cotidiano e como a nova intervenção, há dois anos prometida, rearranjou as leituras da Praça enquanto pico.

Como prometido pela Prefeitura de São Paulo e depois de dois anos de espera, a Roosevelt recebeu seu *Skate Plaza*. A conclusão das obras que prometiam melhoramento na parte de baixo da Praça, para acomodar a prática do skate foi marcada com a realização do DC Invitational. [...] Mais uma vez a Roosevelt se tornou foco de atenção para os veículos noticiosos de circulação local. [...] Resta saber agora de que forma os skatistas receberão tal modificação na Praça. A intenção do *Skate Plaza*, acredito, é motivada também por uma tentativa de domesticar o skate na Roosevelt e limitar a fluidez de suas fronteiras. [...] Não pude acompanhar o campeonato DC Invitational, mas o *Skate Plaza* de fato ficou bastante interessante. [...] É até tranquilo caminhar pela parte de baixo da Praça, mas as manobras não param. [...] O paredão ao lado da escada que leva a parte de cima da Praça agora tem uma rampa. Imagino que não é todo skatista que a utiliza. Vi apenas um até agora. O nível de expertise para manobras na rampa certamente é mais elevado. [...] Removeram as taboas dos bancos e colocaram bordas de metal, acho que facilita o deslizar do *shape*⁷⁷ e a manutenção do obstáculo. [...] Uma mureta de concreto foi adicionada a escadaria que leva a parte baixo-esquerda da Praça. Se parece bastante com a mureta de mármore que havia antes da

⁷⁶ O Apêndice conta com acervo de imagens que ilustram tais eventos. Figuras 33 a 37, páginas 172 a 171.

⁷⁷ Nome dado a prancha do skate.

reforma, no Prédio Pentagonal. [...] Interessante terem mantido o corrimão quadrado nessa escada. [...] Apesar do movimento até grande na parte de baixo da Praça, acho que ela não está funcionando como limitador da fluidez das fronteiras do skate. Ainda tem skatistas praticando na parte de cima. [...] A presença deles, próximos aos prédios, parece tranquila. Não vi até agora nenhuma movimentação da GCM direcionada aos jovens que estão praticando nessa área. [...] A área é bem grande e o número de transeuntes está reduzido essa manhã, talvez por isso a GCM esteja calma. [...] Os transeuntes parecem não passar com frequência pela área vermelha. [...] O *Skate Plaza* parece ter estratificado o território do skate. Os novos obstáculos colocados lá embaixo parecem mais difíceis de utilizar. E o espaço conta com maior presença de skatistas que aparentam serem mais velhos. Na parte de cima só vi praticantes mais novos. [...] É, imagino que seja isso. Os skatistas mais novos não desceram pro *Skate Plaza* antes de deixar a Praça. Eles pareciam aprender ainda algumas manobras mais básicas nas muretas. Ou talvez só não estivessem interessados. (Trecho extraído do caderno de campo).

Os jovens que praticavam suas manobras na parte de cima da Roosevelt não foram incomodados pela GCM. Entretanto, durante o período do dia em que os jovens ocuparam aquela região da Praça, os demais transeuntes que passeavam sozinhos, acompanhados de amigos, ou de seus cachorros de estimação, evitaram atravessar a área. Esses mesmos jovens também não desceram para o *Skate Plaza*. Acreditamos que a construção da pista, motivada por uma gestão do espaço com viés limitador de seus usos, foi realizada sem a devida problematização a respeito das leituras e escritas inerentes ao *street*. Como consequência, a prática do skate não ficou, mais uma vez, limitada a um espaço determinado. Ao contrário, além da escada localizada na parte de cima da Praça, anteriormente apresentada por Rod, como obstáculo capaz de comportar diferentes níveis de dificuldade para execução de manobras, indo do “mirim” ao “profissional” (Figura 18, Apêndice, página 164), agora existe mais obstáculos com tais características (Figura 11). O território do skate, na verdade, se ampliou e ficou mais bem equipado para comportar um espectro maior de níveis de expertise da prática.



Figura 11 – Rampa do *Skate Plaza* utilizada sendo utilizada durante o campeonato DC Invitational⁷⁸.

Com a construção do *Skate Plaza*, e sua celebração marcada pelo campeonato DC Invitational, tornou-se conclusivo, sobretudo para a administração da cidade de São Paulo, que a Praça Roosevelt é, também, local de skate (vide logo da prefeitura de São Paulo presente no *flyer* de divulgação do campeonato presente na Figura 25, revelando o apoio institucional dado ao evento). O reconhecimento pela oficialidade do Estado, contudo, não foi causador de tal territorialização. Entendemos tal fato como consequência da persistente ocupação, produção de memória sobre a Roosevelt e das marcas deixadas no espaço, pelo skate e seus praticantes. Além dos pontos já expostos pela pesquisa, outro fator foi crucial para que a publicização do sentido da Praça como pico de skate tivesse obtido tal sucesso. Brandão (2014) já apontava como pertinente ao skate algo que viria a acarretar em uma autonomia na produção de bens comunicacionais focados na própria prática. Em meados de 1980, o Brasil já contava com algumas revistas especializadas e programas de televisão que colocavam a prática do skate em foco. Tais revistas, como a *Overall*, a *Yeah!*, a *Skatin'*, e a *Vital Skate*, estudadas pelo autor, exerceram importante papel na formatação do discurso a respeito do caráter transgressor e lúdico do *street skate* e suas leituras da cidade. Indo além, inclusive, tais veículos especializados advogaram a favor do skate durante o período de proibição na capital paulistana. O papel dessas publicações não se restringiu, em

⁷⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=KF5r75IKGD8>.

completo, ao auxílio dessa formatação discursiva. Boa parte de suas páginas eram destinadas a ensaios fotográficos motivados em apresentar pontos da cidade “skatáveis”. Tal relação perpassa a história da prática e estabelece a produção de fotos e vídeos como disposição interna ao skate. O resultado, produzido compassadamente ao longo do processo histórico de consolidação do skate, está no imbuir de agência, autonomia e protagonismo o ato de ler e escrever sobre o tecido urbano – e tornar tais leituras e escritas, públicas – como algo cotidiano para a prática na medida em que tais produções e sua veiculação alcançavam facilitação técnica e tecnológica.

Um fato corriqueiro no cotidiano do skate, não apenas na Praça Roosevelt, é a presença constante de máquinas fotográficas e filmadoras registrando as manobras nos mais variados locais da cidade⁷⁹. A presença invisível – em uma primeira observação das fotografias e filmagens registrados – dos realizadores de tais registros, os fotógrafos e cinegrafistas – amadores ou profissionais –, não exclui sua importância para o movimento de significação do espaço bastante presente no *street*. É comum a presença desse personagem nas sessões de skate, seja formando uma dupla, ou em um grupo de skatistas. Seja realizando um vídeo promocional de um skatista profissional e patrocinado por determinada marca, seja realizando uma *tape* amadora. E na Praça Roosevelt tal fato não é diferente. A título de exemplo, parte das imagens utilizadas como material de pesquisa são provenientes de registros realizados por outros skatistas durante suas sessões na Roosevelt.

Se acrescentarmos, às imagens observadas, os dados quantitativos obtidos pela pesquisa, a evidência da disposição para produzir conteúdo sobre skate torna-se mais contundente. Dentro da amostra de 100 (cem) vídeos postados na plataforma do *YouTube*, com maior número de visualizações, encontrados com a utilização da palavra-chave “Praça Roosevelt”, 41% deles são direcionados exclusivamente à exibição de sessões de skate na Praça. Se forem incluídas nessa contagem as reportagens e documentários – de veículos massivos de comunicação, ou independentes –; e outros vídeos que tratam o skate de maneira indireta, ou seja, que não são inteiramente focados na exibição de sessões de skate, mas contém tema que aborda a polêmica envolvendo a prática do skate na Praça, a ação violenta da Guarda Civil Metropolitana contra skatistas, no dia 04 de Janeiro de 2013, o incômodo vivenciado pelos moradores dos prédios cercantes, entre outros, essa porcentagem sobe para 71%.

⁷⁹ O Apêndice conta com acervo de imagens que ilustram a disposição em produzir fotos e vídeos e apresenta os personagens incumbidos em realizar tais registros. Figuras 34 a 39, páginas 172 a 175.

Dentro desse espectro de vídeos que abordam skate, de forma direta, ou indireta, apenas 11,26% foram postados na plataforma do *YouTube* antes do dia 29 de Setembro de 2012 (data da inauguração da nova Roosevelt). Os demais 59,74% correspondem a vídeos postados após a reforma, demonstrando que houve um significativo crescimento da produção e visualização de conteúdos a respeito da Praça, com tema relativo ao skate, após sua reinauguração.

Para acrescentar, na amostra dos dez (10) vídeos com maior número de visualizações, cujos números variam entre 3.245.627 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e vinte e sete) e 64.247 (sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete), o skate enquanto tema aparece em 80% dos vídeos. Quanto às presenças na Praça, nas cenas que compõe esses vídeos, skatistas e transeuntes/frequentadores aparecem em 90% dos vídeos. Nessa amostra composta pelos 10 (dez) vídeos mais visualizados, todos os vídeos foram postados na plataforma após a reforma da Roosevelt e todas as cenas foram filmadas dentro da Praça, com perspectiva nivelada ao interior dela, indicando um cinegrafista presente no interior da Praça no momento em que foram registradas as imagens.

Quanto aos *tweets* analisados, de uma amostra totalizando 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) postagens, 26,12% fazem referência ao “skate” na Praça, liderando, logo, o número de referências encontradas através da palavra-chave “Praça Roosevelt”. Em segundo, terceiro e quarto lugares foram constatadas referências a “cultura”, “lazer” e postagens classificadas como “outros”, compondo, respectivamente, 19,09%, 17,83% e 12,79% da totalidade de postagens analisadas na amostra.

No quesito data das postagens, a primeira referência a Praça Roosevelt encontrada no *Twitter*, pela pesquisa, foi feita no dia 16 de Outubro de 2009. Dentre a amostra de *tweets* publicados antes da reforma da Praça, cujo total é de 41 (quarenta e uma) postagens, aqueles que fazem referência ao “skate”, compõem apenas 7,31% da amostra. E do primeiro *tweet* até a data da reforma, a referência predominante era à “cultura”, compondo 63,41% das referências encontradas pela amostra. Os dados coletados na rede social do *Twitter* corroboram com o que foi possível visualizar nos dados coletados na plataforma do *YouTube*. Após a reforma da Praça Roosevelt, houve um significativo crescimento de referências ao espaço com tema relativo à prática do skate.

A tradicionalidade do skate na Roosevelt, no período anterior a sua reforma, era algo restrito a seu nicho de praticantes. Mesmo que tal significado transbordasse a

memória coletiva dos skatistas habitantes da capital paulistana, e colocassem a Roosevelt como importante pico para a história do skate nacional, ainda tratava-se de um significado circunscrito a determinado escopo de disposições cidadinas. E por mais que esse significado pudesse ser considerado público o suficiente para afirmar que na Roosevelt existe um *lugar* do skate há 30 anos, ele sempre esbarrou na invisibilidade imposta, pela antiga matéria da Praça, ao que ocorria em seu interior. O fato de a tradicionalidade do skate não ter sido cogitada na execução do projeto de reforma, marca devidamente esse ponto. Por sua vez, a reforma do espaço e o crescimento do acesso à internet, possibilitaram a ampliação dos resultados atrelados à disposição inerente ao *street* em traduzir o espaço da Praça Roosevelt em linguagem, ou seja, da produção de espacialidade (FERRARA, 2008) marcada pelo skate, e a consequente publicização dessa linguagem enviesada pela lógica pós-massiva da comunicação realizada na WEB 2.0.



Figura 12 – Consciência da prática como promotora de leitura e escrita no espaço urbano. Foto: Klaus Bohms. Fonte: Instagram.

Em conjunto com o que já foi registrado pela pesquisa, a Figura 27 é emblemática para se pensar a dimensão política da prática do skate. Muito embora o recorte dado à coleta de dados restrinja uma possível afirmação categórica a respeito da existência, ou ausência, de um discurso político premeditado, revelador de uma consciência dos praticantes a respeito das consequências da produção de lugares, territórios e espacialidades na cidade, inerentes ao *street*, uma vez que, em sua totalidade, os vídeos direcionados exclusivamente à exibição das sessões na Roosevelt –

e na esmagadora maioria dos tweets que fazem referência ao skate na Praça –, não constam nenhuma fala abertamente empenhada em advogar pela legitimidade da presença de skatistas no pico. O que fica latente, a partir dessas constatações, é que não há uma organização concreta do discurso a respeito das consequências causais vinculadas às disposições transgressoras e produtoras de conteúdos sobre skate, realizadas por seus praticantes. A dimensão política da prática surge como subtexto nas publicações feitas e em contraste com a percepção de outros cidadãos quanto à prática. E suas consequências políticas tomam forma, na maioria dos casos, no deslizar cotidiano do carrinho pelos diversos locais da cidade e pela constante ação autônoma de fazer-se ver como presenças rotineiras duráveis, por meio da ampla publicização midiática da linguagem do skate.

4.3. A vitalidade da Praça Roosevelt e a produção de um *lugar* problemático

Ao longo do período que se sucedeu à reforma da Roosevelt, foi possível perceber, como já relatado em sessões anteriores do trabalho, a predominância de material noticioso centrado em apontar os problemas existentes no espaço repaginado da Praça. Em sua maioria, pela perspectiva dos veículos de notícia, os problemas enfrentados na Praça foram circunscritos no dualismo moradores versus skatistas. À sua maneira de significar a cidade, essas narrativas noticiosas constroem uma espacialidade simplificada da Praça e, devido à ausência de proximidade com a Roosevelt, ou devido a uma agenda editorial específica, fraquejam, sobretudo em termos de representatividade, diante da complexidade da rotina conhecida pelos moradores do entorno e demais frequentadores, vivenciada em seu cotidiano. Aproximar-se da Praça Roosevelt e das rotinas engendradas no equipamento urbano, torna visíveis os múltiplos sujeitos que compõe sua complexidade ecológica. Não é apenas através da presença constante do skate que se percebe a vitalidade⁸⁰ da Roosevelt, após a reforma. No correr do dia o espaço é também ocupado por outros tipos de cidadãos, interessados em passear, acompanhados de pessoas próximas, ou de seus animais de estimação. Interessados em promover outras práticas corporais, como *parkour*⁸¹, pedalar, ou

⁸⁰ O Apêndice conta com acervo de imagens que ilustram a vitalidade da praça Roosevelt, descrita nessa sessão do trabalho. Figuras 40 a 44, páginas 175 a 177.

⁸¹ «Parkour (por vezes abreviado como PK) ou *l'art du déplacement* (em português: arte do deslocamento) é uma atividade cujo princípio é mover-se de um ponto a outro o mais rápido e eficientemente possível, usando principalmente as habilidades do corpo humano. Criado para ajudar a superar obstáculos de

executar manobras com BMX. Durante as noites, principalmente nos finais de semana, outros cidadãos enriquecem a paisagem, frequentando os bares e teatros localizados nas adjacências e promovendo reuniões e encontros nas escadarias próximas a esses estabelecimentos, além de ocuparem o espaço interior da Roosevelt. Em dias excepcionais, a Roosevelt se torna palco de atividades cívicas, comportando protestos e manifestações, as mais variadas. Eventos culturais, como shows, peças teatrais e exibição de filmes também são uma constante na Praça. A multiplicidade matizada de vida na Praça Roosevelt reforça o conceito de espaço público, tratado por Leite (2008). E como vicissitude de tal vitalidade, o conflito e o desentendimento ganham espaço. Como já enunciado na sessão que trata o conflito como janela heurística e na sessão sobre o skate na Roosevelt, a diversidade de ocupações contidas na nova economia dos corpos presentes, ocupantes e utilizadores do espaço, inevitavelmente produz lugares, territórios, fronteiras e espacialidades que constantemente se chocam. Mesmo que a bandeira do desejo por um “espaço democrático”, capaz de contemplar todos os potenciais e variegados usos, seja constantemente levantada. De modo geral, tal movimento conflituoso, inerente às ocupações dos espaços públicos, é saudável ao próprio espaço e, quanto à vitalidade desejada para tais espaços urbanos, denota sucesso arquitetônico.

Em São Paulo não tem espaço público... é uma cidade, é uma sociedade que não está acostumada a saber o que é espaço público e de repente esse espaço surgiu (a Praça Roosevelt) e ele tem de fato uma dinâmica pública. Dinâmica pública traz conflito. [...] Esse conflito é sinal de vitalidade... é sinal de que isso tá sendo usado e esse uso vai ter que ser negociado. (Transcrição da fala de Guilherme Wisnick, professor da Escola da Cidade, feita a partir do vídeo “Assista ao terceiro bloco do ‘TV Folha’ (06/01/2013)”, postado na plataforma Youtube no dia 06/01/2013⁸²).

Destinar atenção às forças gerativas da prática do skate está relacionado ao volume de conteúdo midiático e a presença constante dos praticantes – encontrados em campo, durante a coleta de dados – no espaço. Mesmo que não tenha se sobressaído um discurso conscientemente político a respeito dos desdobramentos de tais produções e ocupação, os skatistas preenchem, irrevogavelmente, um importante polo político no

qualquer natureza no ambiente circundante — desde galhos e pedras até e paredes de concreto — e pode ser praticado em áreas rurais e urbanas”. Fonte: Enciclopédia Livre, Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>.

⁸² <https://www.youtube.com/watch?v=W9tBIU4P2go>.

desenrolar dos conflitos e desentendimentos existentes pela legitimação dos usos da Praça, à sua maneira. Entende-se que os moradores do logradouro também desempenham tal papel, entretanto com acentuada preocupação de atuar nos debates e deliberações focados na “democratização” do espaço da Praça. Não nos mesmos moldes que o dualismo “skatistas versus moradores”, utilizado pelas narrativas noticiosas, reveste o cotidiano da Roosevelt. Tão pouco semelhantes à maneira como o espaço é significado pela presença e produção de conteúdo, realizados por outros frequentadores do espaço, que, muito embora se assemelhe a agencia impremeditada do *street*, é caracterizada por um baixo coeficiente de coesão. A força gerativa de significados para a Praça, dos moradores, é exercida de maneira diferente, causando outro tipo de desdobramento e revelando uma camada mais profunda da disputa pela nomeação da Roosevelt. Assim, o grupo de *Facebook* “Amigos da Praça Roosevelt” tornou-se central para os objetivos do trabalho a partir desses entendimentos gerados pelo campo.

A Praça Franklin Roosevelt foi reinaugurada após anos de reformas ao custo de 55 milhões de reais. Localizada numa área central com acesso por todos os lados, é pública e recomeça num caminho errado, com conflitos entre diferentes grupos, eventos que incomodam moradores e a consequência física disso: lixo acumulado, barulho, depredação e intolerância. A proposta é unir os diferentes grupos que frequentam a praça e criar um consenso quanto a sua utilização, sendo voz ativa nos assuntos relacionados à praça junto a sub-prefeitura da Sé e demais órgãos. (Descrição do grupo de facebook “Amigos da Praça Roosevelt”).

No interior do supracitado grupo, ficou evidente um tipo de tradução específica do espaço da Praça, de acordo com a vivência de seus membros, em suma maioria, compostos por uma fração dos mais de dois mil e quinhentos moradores do logradouro. A compreensão de tal espacialidade é importante para a medição da posição que cada um dos muitos personagens, componentes da complexidade ecológica da Roosevelt, ocupam no desenvolvimento dos lugares e territórios nascentes, ou em processo de consolidação. Uma vez que a disputa pela nomeação do espaço não surge, de maneira generalizada, formatada em texto ou fala, no material colhido referente aos skatistas e demais frequentadores. Com a observação dos registros armazenados no grupo, a primeira roupagem dada aos conflitos e desentendimentos desconstruída foi a atribuída pelas narrativas jornalísticas que produziram as reportagens responsáveis por

circunscrever os problemas vivenciados na Roosevelt como advindos do “sequestro”⁸³ da Praça pela “tribo” dos skatistas. A agenda editorial dos jornais, impressos e televisivo, e revistas (*Folha de São Paulo*, *O Estadão*, *Revista Veja* e *Jornal da Gazeta*) que destinaram atenção a Roosevelt está em acordo com a agenda política dos moradores apenas quanto ao sentimento de preservação do espaço público e a reivindicação por uma gestão do espaço com maior poder regulamentador. Em todos os demais fatores que apontam para a diversidade de personagens e problemas que compõe o conflito, há notória discordância, ou falta de conhecimento.

Posto isso, quais são os problemas vivenciados, no logradouro e por esse grupo, entendidos como importantes para o processo de tradução do espaço público em questão, em linguagem pertencente aos moradores? Como grandes protagonistas das motivações – combustíveis do empenho político por parte dos moradores – estão as marcas deixadas na Praça por sua intensa vitalidade. Sendo elas o barulho e o lixo. A prática do skate durante a noite é um dos fatores que contribuem para a existência do primeiro problema listado, sendo, inclusive, o que motivou as reuniões entre a associação de moradores, Ação Local Praça Roosevelt, e a Confederação Brasileira de Skate, mediadas pela Sub-Prefeitura da Sé. De todo modo, a posição variável – entre protagonista e coadjuvante – ocupada pelo skate, como causa desse incômodo, fica evidente na contraposição dos relatos colhidos no interior do grupo de *Facebook* e em vídeos postados na plataforma do *Youtube*, disponibilizados por moradores:

Conversei longamente com (...), advogado da Confederação Brasileira de Skate (CBSK) e com (...), skatista das antigas e com outros skatistas e, apesar de continuar a achar que temos muitos problemas a serem resolvidos, há esperança de resolvê-los. Uma boa quantidade de skatistas experientes e a CBSK tem total intenção de cooperar com a Ação Local para delimitar e sinalizar área para a prática do esporte. Eles compreendem os problemas dos moradores. [...] Aliás, foi

⁸³ O termo é utilizado em referência ao título de um texto publicado, em 12 de Janeiro de 2013, pelo sitio eletrônico do jornal “Estadão”. O texto em questão, intitulado “O sequestro da praça”, comenta o incidente violento envolvendo skatistas e Guarda Civil Metropolitana ocorrido no início de 2013. A título de exemplificação do teor do discurso vinculado ao texto, sua introdução: “Uma cena de violência na Praça Roosevelt, em que guardas-civis metropolitanos reprimiram skatistas que usavam o local de modo irregular, escancarou uma situação que se torna comum em São Paulo: o espaço público é "privatizado" por grupos com interesses comuns, as chamadas "tribos", em detrimento dos demais cidadãos. Os skatistas que infestam a Praça Roosevelt, constituindo grave ameaça à integridade física dos outros frequentadores, são apenas um dos tantos exemplos dessas "tribos" que, munidas de inabalável certeza, se

consideram donas de pedaços da cidade”. Fonte: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,o-sequestro-da-praca-imp-,983441>.

interessante ver que, frente à nossa reclamação de que o barulho é imenso, alguns skatistas disseram não saber que era tão ruim, não sabiam do transtorno que causavam e ao invés de, como alguns esperariam, ligar o foda-se, se mostraram genuinamente preocupados e dispostos a colaborar. [...] Foi possível até que o (...) e o (...) conversassem com membros da Ação Local, alguns até radicalmente contra o skate, e chegar a um denominador comum e encontrar as bases para um diálogo que pode resolver uma parte considerável de nossos problemas. [...] O nosso maior problema aqui é a falta de diálogo, mas encontramos agora com quem dialogar, e bases comuns. Os moradores moderados, que acham que skatista tem sim direito a ocupar o espaço, mas com regras, finalmente encontraram apoio em skatistas que compreendem nossos problemas. (Postagem realizada por José no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 08 de Janeiro de 2013).

Enquanto para parte dos moradores, considerados por si mesmos, como de opiniões e atitudes moderadas a respeito da presença do skate na Praça, há, além do empenho conciliador, um discurso que atribui ao *street* posição de coadjuvante quanto aos problemas do barulho e do lixo, a outra parcela, adjetivados de “radicais” – pela fração dos moderados – demonstra-se bastante indignada em seus relatos e imagens registradas quanto a qualquer atividade que se apresente como causadora de transtorno, atribuindo-lhes protagonismo inalienável e valendo-se dos ocorridos como prerrogativa para posicionamentos proibitivos.

Os personagens considerados protagonistas na causalidade dos transtornos envolvendo o barulho e o lixo são os agentes responsáveis por sustentar a ocupação noturna e boêmia da Praça. Nesse caso, o nêmeses dos moradores, são os teatros, bares e eventos realizados na Roosevelt. A questão do barulho antecede a reforma da Praça e, ao contrário do que as notícias sobre os problemas vividos na Roosevelt insistem em publicar, não provêm do skate, em sua totalidade. Os seguintes *tweets*, postados por Rogério, intercedem por essa constatação:

Acabo de dar entrevista pra a Folha sobre a ação no MP movida por nós moradores da #PracaRoosevelt contra os bares... o outro lado da moeda. (*Tweet* postado por Rogério no dia 13 de dezembro de 2009).

É hora do mundo saber q cultura é 30% do q ocorre na #PracaRoosevelt. O resto é baderna, sujeira, bebedeira e desrespeito aos moradores... (*Tweet* postado por Rogério no dia 13 de dezembro de 2009).

Reforçando tal coro, os seguintes relatos colhidos no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” reiteram essa percepção:

Surgiu na nossa reunião uma proposta que eu já tinha comentado brevemente, mas pode ajudar a pressionar o Parlapatões: TODA noite quem puder ligar para o PSIU e reclamar do barulho que eles fazem, anotar o protocolo e nos passar. Depois de um mês, com sei lá quantas dezenas de protocolos, se eles não fizerem nada, saberemos que tem alguma coisa errada. E podemos pleitar junto à prefeitura por providências. (Postagem realizada por José no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 28 de Janeiro de 2013).

Hoje começou de novo, 00:12 pessoal na calçada em frente aos Parlapatões com microfone e som alto. Desci e falei com a GCM que foi até os indivíduos e avisou pra parar. Assim que a GCM se afastou começaram a gritar. Por sorte alguém atirou uma bexiga cheia de tinta nos caras. Estamos chegando no limiar, dado ao tamanho desrespeito. E curiosamente é sempre na escadaria em frente aos Parlapatões... (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 01 de Junho de 2013).

No final da tarde de ontem a Prefeitura do Município de São Paulo fez uma fiscalização maciça e recolheu mesas nas calçadas aqui da região da Praça Roosevelt. Porém o efeito prático do ponto de vista dos moradores foi mínimo, visto que os dois bares que mais incomodam os moradores não contam com mesas na calçada. As pessoas se sentam nas escadarias e bebem... FOCO, Prefeitura, FOCO! Não adianta sair atirando sem saber para onde... (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 21 de Dezembro de 2013).

Os agentes que sustentam a vida noturna na Praça Roosevelt, são considerados causadores indiretos do problema relativo ao lixo, pelos moradores. A inserção da Roosevelt no circuito boêmio e cultural da cidade de São Paulo, processo anterior a reforma, que remete a chegada dos teatros ao entorno então desvalorizado da Praça, e conta com apoio indireto dos veículos de comunicação de circulação local – que geralmente localizam as questões relacionadas a cultura em outras partes de suas publicações, desconectando esse fator das narrativas produzidas nos textos direcionados a relatar os problemas vividos no espaço, pelos moradores e demais usuários – tem produzido esses consideráveis ônus. E mais uma vez, frente a esse imperativo, os problemas trazidos pelo skate tornam-se amenos ao longo da breve história do cotidiano que se sucede a inauguração da nova Roosevelt, como se pode observar a partir dos relatos e fotografias feitas pelos moradores, a respeito desse incômodo.

Hoje a Praça Roosevelt amanheceu de novo toda suja, com copos e garrafas das pessoas que vem frequentar os bares que ficam abertos durante toda noite. E os respectivos donos desses bares continuam com a certeza de que não têm absolutamente nada a ver com isso e que o problema é da prefeitura que tem que ficar limpando o lixo que seus bêbados e porcos clientes fazem... (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 08 de Dezembro de 2012).

Passei pela Roosevelt hoje de manhã. Sabe o que chocou? Esse canteiro transformado em cinzeiro, assim como o estado lastimável dos outros canteiros com vegetação alta ou mal cortada. Aquela ilha central logo vai virar ponto de emboscada para assaltos, dá para se esconder ali. A idéia de uma horta comunitária na praça deve ser levada adiante. (Postagem realizada por Jáiro no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 16 de Junho de 2013).

Bad Things. Sujeira deixada pelos "boêmios" da praça. Usar, querem. Cuidar, não! Gente porca! (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 01 de Setembro de 2013).

Acompanhando os relatos de indignação quanto ao lixo gerado pela vida boemia noturna, vêm sessões de imagens⁸⁴ registrando um dos estados mais corriqueiros no qual a Roosevelt se encontra aos finais de semana e, mais importante, demonstram a maneira como a Praça é lida por seus moradores.

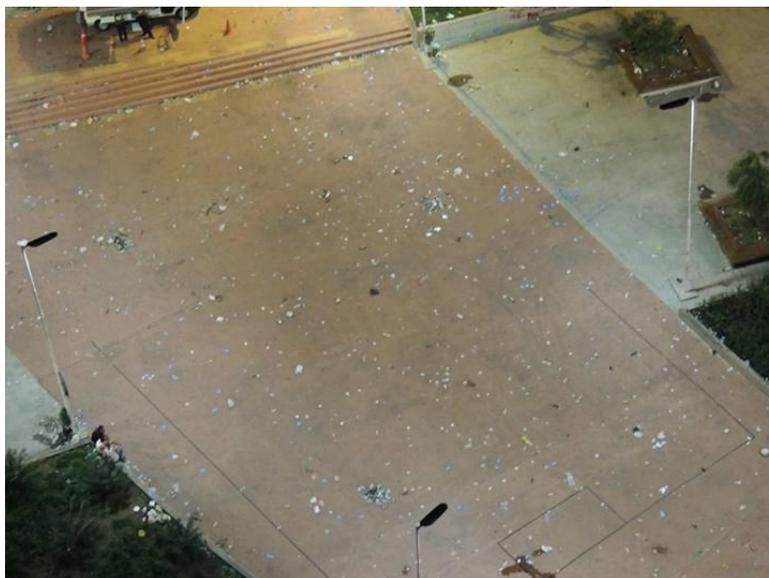


Figura 13 – Praça Roosevelt tomada por lixo. Fonte: *Facebook*, grupo “Amigos da Praça Roosevelt”.

⁸⁴ O Apêndice conta com acervo de imagens que ilustram as consequências da vitalidade da praça Roosevelt – barulho, ocupação noturna e lixo – descritas nessa sessão do trabalho. Figuras 43 e 46, páginas 177 e 178.



Figura 14 – Mutirão de limpeza da Praça, organizado por moradores através do *Facebook*. Fonte: *Facebook*, grupo “Amigos da Praça Roosevelt”.

O retrato da Praça como um problema não compõe a totalidade das imagens registradas e publicadas pelos membros do “Amigos da Praça Roosevelt”, todavia pertencem à maior parte dos registros realizados e apresentam as principais marcas deixadas no espaço como consequência das demais ocupações, presentes no cotidiano da Roosevelt. Tendo em vista a quantidade de tais publicações, em somatória com os muitos relatos, infere-se que representem o conteúdo majoritário das leituras problematizadas pelos moradores. Além disso, a maioria das fotos e filmagens foi realizada a partir de uma perspectiva de cima para baixo, e em alguns casos capturando a paisagem da Praça em imagens panorâmicas. O formato dessas imagens direciona o entendimento da pesquisa quanto aos modos de se relacionar com o espaço, como ocorre o jogo de presença e ausência, dos moradores do entorno. Contradizendo as primeiras impressões tidas pela pesquisa – alimentadas pelas notícias a respeito da Praça – a posição dos moradores na ecologia da Roosevelt não condiz inteiramente com o conceito de *estabelecidos*. A distância, de cima para baixo, coroa a interpretação de que o espaço da Praça não é preenchido publicamente com a integração massiva dos moradores na economia dos corpos ali engendrada. O chão da Praça está constantemente distante. Em raras ocasiões os próprios moradores aparecem registrados como presenças no espaço e, quando surgem, estão envolvidos em alguma atividade que

denote a leitura do espaço como um problema a ser resolvido (Figura 14⁸⁵), não como um espaço a ser ocupado e aproveitado. É falho o recurso comunicacional utilizado para fazer-se ver como presença cotidiana na Praça. Dessa maneira, o espaço carece de significado corporificado nos moradores. O que fica registrada é sua ausência no espaço, ou a presença como *lurkers*, ou *voyeurs*, indignados com as marcas deixadas pela vitalidade do equipamento urbano, passivos quanto ao que ocorre no nível da rua, observando o desenrolar das rotinas do ponto de vista de suas sacadas e janelas.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao alcance obtido pela espacialidade gerada no interior do grupo “Amigos da Praça Roosevelt”. É inegável que muito conteúdo é produzido, sobre a Praça, por seus moradores. Fotos, vídeos e textos são publicados no grupo com uma frequência quase diária. Entretanto, tais publicações ficam restritas, com frequência, ao interior do grupo – composto por menos de 600 membros, até a data do encerramento do campo – e a *timeline* de seus participantes, ou seja, restrito as redes de *amigos* formadas por seus perfis pessoais na rede social. Alguns vídeos realizados por moradores foram publicados na plataforma do *Youtube*, mas compõe apenas 2% da amostra desenhada pela pesquisa, dos cem vídeos mais visualizados. Quanto ao tema dos vídeos, um deles é sobre a violência da polícia contra manifestantes que passavam pela Praça Roosevelt, durante os protestos de Julho de 2013, contando com 11.973 (onze mil, novecentos e setenta e três) visualizações e outro é sobre uma briga envolvendo skatistas e ciclistas na Praça, contando com 2.436 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis) visualizações, ocupando, portanto, a nonagésima oitava posição da amostra de vídeos, quanto ao número de visualizações.

A partir dos vídeos desses moradores, abarcados pela amostra, foram encontrados outros vídeos publicados por eles na plataforma. O conteúdo de parte desses vídeos se enquadra no tema “barulho/incômodo”, no entanto, a expressividade pública deles é irrelevante. Os números desses outros vídeos variam entre 31 (trinta e um) e 598 (quinhentos e noventa e oito) visualizações. Finalizando, a dimensão da expressividade pública alcançada pela espacialidade da Praça como problema –

⁸⁵ No dia 09 de Outubro de 2013 foi criado, no grupo “Amigos da Praça Roosevelt”, um evento chamado “II Mutirão de limpeza da Praça”, agendado para ocorrer no dia 13 de Outubro de 2013. A chamada consistia em um apelo a moralidade cívica dos moradores, para que fizessem parte de uma atividade construtiva do espaço que desejam. Apenas três pessoas confirmaram presença no evento marcado, o que gerou certo mal estar em seu idealizador.

amplamente lida e escrita por seus moradores – produzida autonomamente, também é pequena na rede social do *Twitter*. Dentre todos os temas ao qual a amostra de *tweets* faz referência, se somados os que abordam “reforma”, “incômodo” e “segurança”, eles representam apenas 2,34% do total de *tweets*. Esse número é ainda mais limitado do que parece, se considerarmos que não foi possível verificar a autoria das publicações. Fica reservada a virtualidade dos dados afirmar qual o número de moradores que realizaram esses *tweets*. Os dados numéricos apresentados nos conduzem para outras questões envoltas nas disputas por nomeação de espaços públicos. A capacidade de tornar público, autonomamente, o significado atribuído a Roosevelt, por seus moradores, é bastante restrita. Se regatado o relato de José (página 130), sobre a reunião que participou com membros da Confederação Brasileira de Skate, sua surpresa quanto ao desconhecimento dos skatistas a respeito do barulho gerado pelo bater dos *shapes* no chão da Praça e conseqüente incômodo causado aos moradores, é emblemática. A espacialidade produzida pelos moradores das adjacências não adentra a disputa pública por significação, legitimação dos usos do espaço e reivindicações por regulamentação que os contemple. O que, mesmo não sendo percebido conscientemente pelos residentes, resulta em estratégias infrutíferas para sua causa no tocante à representação pública. O mais comum é a tentativa de recorrer à imprensa como meio de tornar pública essa espacialidade, como demonstram os seguintes relatos:

Tá difícil... Hoje 10 da noite som alto aqui na frente, galera tomando umas e ouvindo som. 23h aumentam o som na cara de pau, gritaria... GCM veio rapidinho acabar com a palhaçada. Esse povo não tem noção MESMO do que é respeito. Aliás, meus caros e caras, vocês sabem de morador que esteja pensando em sair da Praça pelos transtornos recentes ou que tenham saído? Amigo meu do UOL queria ver se rolava pauta sobre isso para dar nossa visão do que vem acontecendo. (Postagem realizada por José no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 18 de Dezembro de 2012).

Gentes, bom dia. Desde as oito o pessoal da SP Escola de Teatro invadindo a praça pra fazer evento... Estão montando palco no Cachorródromo!!! Pra quem não sabe, a SP Escola de Teatro teve sua administração cedida para a ADAAP (Associação Dos Amigos da Praça (<http://www.adaap.org.br/>) cujos diretores são o (...) e o (...) dos Satyros. (...) e os demais, quem conhecer pessoal na mídia, entre em contato rápido pra divulgar este absurdo!!! (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 20 de Dezembro de 2012).

Andou rolando um email por aí com cópia para o Sr. Subprefeito a respeito de um evento que foi cancelado e como eu estava copiado aproveitei para responder mencionando os problemas com os frequentadores de madrugada, ou seja, dos saraus musicais, do lixo, e também das condições atuais da praça, pixação, depredação, etc. Silêncio, sem resposta. Agora, para liberar os grafites foi simples. Acho que vou tentar a imprensa de novo.... (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 14 de Junho de 2014).

A imprensa é constantemente citada como possível força a ser acionada em prol das causas elencadas pelos moradores. No entanto, há também uma insatisfação corrente quanto sua ausência. Por mais que, no fim, as narrativas jornalísticas se aproximem das reivindicações dos moradores, os relatos apresentados não possibilitam a interpretação de uma conexão direta entre moradores e imprensa, como veículo para sua voz. O resultado dessa desconexão reverbera na falta de atenção dada a questão do barulho e da sujeira derivadas dos agentes que sustentam a boemia da Praça, nas matérias escritas enfocando os problemas vividos pelos moradores. Concomitante a questão da representatividade via veículos de comunicação massiva, na esfera pública, está a o sentimento de uma representatividade política falha nas vias burocráticas de debate e deliberação das pautas levantadas pela parcela de moradores que constituem o grupo “Amigos da Praça Roosevelt”. Por mais que se possam aproximar esses moradores de um grupo de cidadãos *macro estabelecido* da cidade de São Paulo, em temos relativos à captação de capital carismático, cedendo-lhes voz ativa nas reuniões marcadas com objetivo de promover a gestão democrática do espaço, suas reivindicações esbarram no próprio modo pelo qual atuam politicamente. Em outras palavras, é comum ao aprendizado democrático optar por vias burocráticas de representação e deliberação a respeito de questões públicas. Dessa forma, a atuação política dos moradores da Praça se baseia em um modelo de disposições que os impele a formar associações e, a partir de reuniões com órgãos públicos, negociar suas reivindicações. A associação recorrida, no caso dos moradores, é a “Ação Local Praça Roosevelt”, que está contida na entidade “Associação Viva o Centro”. O problemático, na perspectiva dos moradores, é a fragilidade que a Ação Local tem em representar o grupo como um todo. Ao longo do tempo, a postura dos membros da Ação Local ganhou adjetivos como “linha dura”, proibitiva e “radical”, diferindo da postura compartilhada por boa parte dos membros do grupo “Amigos da Praça Roosevelt”. Essas discordâncias levaram a pulverização da potencialidade de representação contida

na Ação Local. Com isso os consensos, advindos dos debates e produções na *esfera pública moradora*, encontram na Ação Local, uma de suas principais representantes, instância intermediária de negociação. O comum no interior do grupo de moradores é a discordância nos modos de fazer política e exercer poder sobre o espaço da Praça. Toda essa fragilidade é perceptível se nos atentarmos aos seguintes relatos:

Para encerrar, só tenho a comentar novamente que foi montada uma comissão de trabalho para discussão dos problemas da praça, composta por membros da Ação Local, moradores, Confederação de Skate. Esta comissão teria acesso direto ao subprefeito para conversar sobre os problemas e discutir soluções. Os trabalhos estão parados desde que a Ação Local ignorando os demais membros da comissão, por iniciativa própria, decidiu mover processos no Ministério Público. Portanto, agora todas as discussões que estavam havendo diretamente estão sendo feitas juridicamente, o que vai demorar muito mais. Não vejo então porque os comentários da Ação Local sobre a demora da solução dos problemas. (Postagem realizada por Rogério no grupo “Amigos da Praça Roosevelt” no dia 26 de Maio de 2013).

O capital carismático, característica inerente de grupos *estabelecidos* e mecanismo importante para a manutenção e aplicação de seus recursos de poder, perde força no caso dos moradores da Praça. As reivindicações existentes no interior do grupo de *Facebook* ficam circunscritas na maioria das vezes a esse espaço digital de comunicação. O mesmo ocorre com suas leituras do espaço e conseqüente significado atribuído a ele. Sem coesão, representatividade política e comunicacional, e com disposições democráticas não condizentes com a atual disponibilidade de recursos provenientes dos avanços técnicos e tecnológicos da WEB 2.0, os moradores se veem despossados de poder. Ficam sujeitos as estruturas institucionais de atuação política, frágeis em seu potencial representativo e possuidoras de agendas próprias, dissonantes da postura dos moradores.

4.4. A praça e o ideal de Cidade Global

Para entender os desdobramentos empíricos de nossa problemática é necessário situar a inserção da praça no contexto do ideal de cidade global que também caracteriza São Paulo. Neste caso, a título de introdução, pedimos uma breve licença para contar o caso do periódico *The British Journal of Sociology*, que convidou distintos sociólogos, de variadas áreas, para escreverem a respeito do que a passagem para o novo milênio

representaria para o campo da sociologia. Na ocasião, pediu-se que dissertassem sobre quais questões e desafios se apresentavam como pertinentes a configuração histórico-social que se desvelava. Em meio a esses autores estava presente Saskia Sassen, representando as preocupações da sociologia urbana. No artigo que escreveu intitulado *New frontiers facing urban sociology at the Millenium* (SASSEN, 2000), a autora revelava suas principais preocupações, fazendo uma chamada formal para a adoção de uma agenda de pesquisa em sociologia urbana. Para tal, ela elege a cidade como um ponto estratégico ao qual se deve prestar atenção, por ser sua materialidade o lugar onde emergem as tendências macro econômicas e sociais que se desenrolaram a partir da década de 70 do século XX. Dentre essas tendências, Sassen (2000) aponta algumas como: a globalização e a ascensão das novas tecnologias da informação, a intensificação das dinâmicas transnacionais e translocais, o fortalecimento da presença e das vozes de tipos específicos na diversidade sociocultural que passa a coabitar a cidade em meio aos intensos movimentos migratórios resultantes das políticas econômicas de globalização. Logo de início ela afirma que essas tendências se relacionam entre si, de maneiras distintas e complexas, e o fazem seguindo uma configuração que não se manifesta, da mesma maneira, em outros ambientes que não o urbano. Diferente da proposta de sua obra anterior, *As cidades globais* (SASSEN, 1993), na qual aborda o cenário das metrópoles em rede sob uma perspectiva macro e mais focada nos aspectos relacionados aos desdobramentos de uma economia-mundo intensificada – atrelada aos processos de inovação das tecnologias de informação, do avanço do capitalismo financeiro e do setor de serviços do terciário avançado, como por exemplo, publicidade, advocacia, contabilidade e comunicações –, neste artigo, bem como em sua obra *Sociologia da Globalização* (SASSEN, 2010), a autora propõe que para dar conta de compreender a implicação dessas tendências sobre a vida social, seria interessante adotar abordagens que pudessem ligar os aspectos micro das lógicas de construção do espaço urbano e das relações com o espaço que se dão na cidade como um todo, e não somente nos polos globais ou nos lugares formatados pela lógica do *espaço de fluxos* (CASTELLS, 1999) estruturados nas chamadas cidades globais, com a configuração dessas metrópoles em uma rede de cidades e o peso dessa rede para a conformação e manutenção da economia-mundo. O cenário que se desenha para as cidades, a partir da constatação de um contexto mundial que se formaliza através dos conceitos de cidades globais e globalização, é de uma crescente necessidade de adaptação da materialidade urbana às exigências impostas pelos novos modelos de negócios que surgem com as inovações da

telemática e as formas de organização e logística do capital, condizentes com essa nova oferta técnica e tecnológica. Dentro do paradigma da intensificação de uma economia-mundo, as cidades – desde sempre o lócus privilegiado do capitalismo – estariam sujeitas a uma impositiva organização em rede, sem a qual estariam fadadas à ruína, ou, pelo menos, a uma posição de extrema subordinação, desapossadas do poder de atrair capital internacional. A adequação das cidades a essas exigências mercadológicas e de trânsito do capital seriam a única via para fazerem parte dessa economia-mundo com algum tipo de capacidade competitiva para a capitação de capitais internacionais.

Sassen (1993) elenca, a partir de sua pesquisa, interessada no desvelamento da lógica de organização imposta pelas condições materiais disponíveis, três grandes centros urbanos como exemplos históricos de cidades globais paradigmáticas: Nova York, Londres e Tóquio. Essas seriam cidades caracterizadas pela desindustrialização, pelo acentuado crescimento do setor terciário avançado, pela crescente importância como centros de comando e negócios internacionais e pela internacionalização do setor imobiliário, para citar algumas das características. Além de Nova York, Londres e Tóquio, a autora notou que outras cidades galgavam o caminho da organização em rede e mesmo que não pudessem se igualar a importância desses três centros, à época de seu estudo, apresentavam-se como cidades de grande valor para a rede mundial de cidades. Dentre essas cidades estariam, citando outras três, Frankfurt, Singapura e Madri. Essas cidades ocupariam uma posição inferior na hierarquia das cidades globais, mas já bastante estabelecidas na rede devido à disponibilidade de infraestrutura condizente com as exigências do capital assim organizado. A lista da autora ainda elege algumas metrópoles periféricas como São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires, que seriam cidades globais em formação, ou de importância secundária para a rede.

Fazer parte da lista de cidades globais, ou buscar por posições mais elevadas dentro da hierarquia das cidades globais, incorre em um esforço constante de organização espacial e investimento em infraestrutura capaz de atrair e suportar as atividades nomeadas como fundamentais para o cenário da economia-mundo. “A hierarquia na rede não é de forma alguma garantida ou estável; está sujeita à concorrência acirrada entre as cidades, bem como à aventura de investimentos de alto risco em finanças e bens imobiliários” (CASTELLS, p. 473, 1999). Desse modo, a cidade, para que seja competitiva e dê conta de atrair esse capital altamente móvel, deve

oferecer uma estrutura apropriada em concordância com uma cartilha de características específicas e deve ser capaz de suportar, citando algumas delas, as seguintes atividades e estruturas: a cidade deve ser um importante centro intermediário entre a economia global e nacional; deve ter estrutura que possibilite um intenso turismo de negócios; deve oferecer localidades capazes de suportar um número significativo de sedes de empreendimentos que atuem na esfera transnacional; deve conter bolsas de valores; deve oferecer infraestrutura sólida de telecomunicações e informática; e deve apresentar infraestrutura condizente com a recepção de grandes eventos, esportivos ou culturais, de porte global.

As constatações a respeito do papel que as cidades globais, arrançadas em rede, passam a exercer na organização da economia globalizada e a categorização dessas cidades em rankings internacionais costumeiramente deflagram intervenções urbanas – de cunho, muitas vezes, mais afinados com uma ideologia do que com necessidades reais das cidades – motivadas em organizar o espaço das cidades em prol dessa acirrada competição. Regularmente as cidades que adentram essa competição já demonstravam tendências, historicamente constituídas, que as colocasse em proximidade com o conceito de cidade global e, necessariamente, em proximidade aos circuitos privilegiados de trânsito de capital. Entretanto, na medida em que as características que aproximam as cidades do conceito de cidade global passam a ser anunciados como vantagens competitivas e como única saída para sobrevivência das cidades, as características que concedem a uma cidade o status de global se transformam também em diretrizes urbanísticas. Esse movimento de adequação das cidades inevitavelmente traz consideráveis alterações no tecido urbano e social, com impactos variáveis caso a caso. São Paulo não ficou excluída desse movimento.

“São Paulo será, talvez, no Brasil, a principal candidata a cidade mundial”. Com essas palavras, durante um encontro internacional em 1995 promovido pela Associação Viva o Centro, Fernando Henrique Cardoso selava com a autoridade do sociólogo-presidente, uma interpretação que iria rapidamente tornar-se uma unanimidade nos meios empresariais, governamentais e acadêmicos: a de que a cidade de São Paulo, mediante alguns esforços nesse sentido, estaria em breve se consolidando como a grande “cidade-mundial” brasileira. (FERREIRA(a), p.24, 2003)

A declaração de Fernando Henrique Cardoso não foi a primeira a fazer esse tipo de menção sobre a cidade de São Paulo. Um ano antes, em 1994, também em uma palestra realizada pela Associação Viva o Centro, Manuel Castells e Jordi Borja expuseram suas considerações sobre a potencialidade que São Paulo tinha para se tornar uma cidade global.

Castells e Borja já palestraram em 1994 para o Viva o Centro e consideravam a cidade com potencial de tornar-se uma cidade global. Esse movimento ajudou a consolidar a crença de que São Paulo fazia parte da rede de cidades mundiais como um importante nó. No caso, ajudou a consolidar essa ideologia internamente mais do que a cidade de fato se apresentava enquanto tal. “A consolidação da idéia da “cidade-global” tornou-se tão hegemônica no Brasil, na esteira desses especialistas internacionais, que uma considerável produção acadêmica passou a ser realizada, incorporando quase que por automatismo a idéia de que São Paulo estaria tomando posição de destaque como “nó” de conexão com a economia global. (FERREIRA(a), p. 28, 2003).

Essas declarações podem ser consideradas um importante indício da consolidação do *Planejamento Estratégico* (CARVALHO, 2000), uma postura urbanística que ficou bastante em voga a partir dos anos 1980, como diretriz para as intervenções urbanas e projetos de revitalização desenvolvidos a partir da década de 1990 para a cidade de São Paulo. O planejamento estratégico deriva de uma instrumentalização realizada perante o conceito de cidade global. Embarcando na ideologia da globalização, sem que necessariamente se realize qualquer tipo de estudo com intenção de conhecer e respeitar a *horizontalidade* (SANTOS, 2005) do espaço urbano, essa postura urbanística se caracteriza pelo esforço de organizar a cidade em prol da competição inter-cidades. Em São Paulo, além da afinidade que historicamente se desenvolveu na região da Avenida Paulista e dos empreendimentos realizados na Marginal Pinheiros por grandes incorporadoras, um, assim desejado, recente e importante polo globalizado (FERREIRA(a), 2003), o centro da cidade também foi eleito alvo para esse modelo de intervenção na cidade. Uma das diferenças entre a organização espacial e econômica que ocorreu na região da Paulista e na Marginal Pinheiros com o que tem se realizado no centro da cidade diz respeito a presença de um agente aparentemente inofensivo e pretensamente mediador entre as vontades da população que habita e trabalha na região central da cidade de São Paulo e o poder público. A Associação Viva o Centro se coloca como uma organização que objetiva

intermediária entre a realização de políticas públicas de revitalização do centro da cidade e os interesses na promoção de um espaço urbano harmônico com as características de uma cidade global. De acordo com texto publicado no sítio eletrônico da associação:

O Centro de São Paulo possui atributos únicos e qualidades especiais que o distinguem das demais regiões da cidade. Pelo de potencialidade, o Centro é o espaço privilegiado da cultura, história e desenvolvimento urbano da metrópole. Em conjunto com suas áreas adjacentes constitui-se no espaço capaz de reverter a dinâmica de excessiva dispersão da marcha metropolitana que, desprovida de qualidade urbana, compromete profundamente a vida social e econômica da população. A Área Central configura-se, assim, como alternativa racional para a reorganização funcional e espacial da metrópole. No desenvolvimento e no fortalecimento de seu Centro Metropolitano residem as reais possibilidades de que São Paulo venha a inserir-se, de forma competitiva, no conjunto de ‘cidades mundiais’ que, pelos seus padrões de eficiência e qualidade, sediarão as principais corporações e organizações nacionais e supranacionais. (Trecho extraído da sessão “Quem Somos”, sítio eletrônico da Associação Viva o Centro⁸⁶).

O *Marketing Urbano*, o *Planejamento Estratégico* e a competição inter-cidades parecem ter ganhado força no contexto urbanístico brasileiro. Assim como o projeto que busca revitalizar o centro da cidade de São Paulo e suas praças históricas, outros exemplos de revitalização de espaços urbanos com intenção declarada de introduzir as cidades no circuito de competição por capital, sobretudo internacional, produzindo locais propícios para negócios, turismo e eventos têm ocorrido Brasil afora. Proença Leite (2008) relata sobre os impactos da prática de *gentrification* ocorrida no Bairro do Recife e no Marco Zero da cidade. Lucrécia Ferrara (2009), em seu estudo sobre as espacialidades da Superpraça da Sé, comenta sobre o problema da intervenção *verticalizada* (SANTOS, 2005) e sobre a resolução dos problemas urbanos que não extrapolam as formulações elaboradas na “prancheta do arquiteto”. Fortaleza encara essa questão com a revitalização da Favela do Poço da Draga, na Praia de Iracema (SOUSA, 2007).

Busca-se compreender, a partir do que foi posto, como se dá o impacto da verticalidade do espaço de fluxos, com a qual a organização espacial, em prol da configuração de uma cidade para que ganhe o selo de cidade global, na horizontalidade

⁸⁶ <http://www.vivaocentro.org.br/quem-somos/a-associa%C3%A7%C3%A3o-viva-o-centro.aspx>.

das cidades. No seio da vida cotidiana, que alterações isso traz para o poder de construção de espacialidades, territórios e lugares do cidadão comum, que o faz impremeditadamente? Como a via processual que permite a organização espacial das cidades, ou de lugares na cidade, pela lógica do espaço de fluxos se relaciona com a lógica processual de produção do espaço pela conjugação de experiências fenomenológicas e horizontais? Como, então, o imbricamento das lógicas produtoras de espaço se relaciona com o cotidiano dos espaços da cidade? De que maneira a verticalidade dessas forças competem com os significados horizontalmente estabelecidos para os vários lugares existentes na cidade? O espaço de fluxos, o espaço capitalista, as delimitações espaciais criadas pela oficialidade de um Estado capitalista. São todas essas lógicas que encerram na produção da materialidade do espaço e, em conjunto, na produção e organização da materialidade urbana. Tendo em vista o apreço dado ao urbanismo que se afina pela métrica do Planejamento Urbano, uma prática consequente da instrumentalização do conceito de Cidades Globais, e que as cidades mundo afora, incluindo no contexto brasileiro, conjugam esforços para a construção de localidades configuradas por essa lógica urbanista, quais são as consequências para o cotidiano dos espaços alvo dessas intervenções em sua materialidade? Até que ponto essas lógicas de organização espacial aparecem diante dos habitantes da cidade? Qual o poder de significação dessas lógicas frente à vida cotidiana dos habitantes da cidade?

4.5. Resistências heterogêneas e comunicacionais

A abertura da janela heurística, emoldurada pelo conflito, permitiu a pesquisa visualizar a multiplicidade de personagens que compõe a complexidade do espaço público e posicioná-los de acordo com as eventualidades vividas nesse espaço. Dessa maneira o cenário apresentado se expande, em comparação com as narrativas jornalísticas, e permite apontar para outros desdobramentos relativos à história recente da Roosevelt, invisíveis aos olhos daqueles que participam de seu cotidiano, mas atrelados a forças atuantes na cidade de São Paulo, detentoras de agendas específicas direcionadas a gestão do espaço do centro da capital paulistana e, consequentemente, dessa praça.

Em meio à contenda vivida no cotidiano desse espaço, por sua significação e delineamento de lugares e fronteiras, os jornais e revistas, os teatros, os estabelecimentos comerciais, os moradores, os skatistas, os coletivos políticos e demais

frequentadores não deixam expresso em suas produções fotográficas, textuais, ou fílmicas – as quais a pesquisa acessou – qualquer pista capaz de conduzir a constatação de que essa multiplicidade de personagens tem consciência da participação direta da ideologia da Cidade Global, na motivação de certas instancias, pela domesticação da Roosevelt. A única menção a esse corpo ideológico advém da descrição, contida na sessão “Quem Somos”, do sitio eletrônico da Associação Viva o Centro, apresentada no primeiro capítulo. Independente da ausência de percepção, por parte dos personagens que compõe o cotidiano da Praça, a respeito do corpo ideológico da Cidade Global, para o entendimento da pesquisa, esse é um componente presente no espaço e aponta para um conflito de maior abrangência, envolvendo outras instancias no embate pelos usos da cidade.

Assumindo forma nas ações dos membros da Associação Viva o Centro, tal corpo ideológico nos induz a refletir sobre o processo de “mundialização” das cidades, na atualidade, ao se fechar a janela heurística que emoldurou a Roosevelt ao longo do trabalho. O fechamento da janela heurística deixa postulada a vitalidade existente na Praça e coloca essa característica factível diante da lógica, verticalmente impositiva, do *espaço de fluxos* conexa a revitalização do centro de São Paulo.

Recapitulando o que já foi apresentado em capítulo anterior, a cidade, como obra material regulamentada por um Estado capitalista, não é recurso largamente disponibilizado aos cidadãos. A lógica de produção de espaço, nesse cenário, está vinculada à construção da cidade como *valor-de-troca*, o que produz embate constante entre a legalidade das vivências virtualmente possíveis na urbe e as experiências fenomenológicas, mais *locais*, resultantes do cotidiano de seus habitantes. De maneira geral, a cidade erigida sob a matriz ideológica do capitalismo é, idealmente, voltada para maior eficiência do funcionamento de tal modelo econômico e cultural. É impositiva no tocante às práticas virtualmente realizáveis em seu espaço. Suas instâncias administrativas são orientadas para domesticação da vida cotidiana e do corpo que se locomove, trabalha, se diverte, protesta, e repousa, através do exercício promotor de marcações e significados às localidades urbanas. Atender demandas da população de cidadãos não destitui tal força *vertical*, organizadora e impositiva da *cidade valor-de-troca*. As ruas são reservadas aos carros, as calçadas aos pedestres, as praças são pensadas funcionalmente para contemplar as atividades de passeio e lazer regrados, as áreas residências para moradia, as áreas industriais para produção, etc. O

termo *público*, designado para espaços comuns da cidade, não permite toda sorte de liberdades, usos e presenças.

Ao longo do século XX, as políticas de urbanização ganharam novo espectro de orientação ao serem atravessadas pelas políticas de globalização. Entre as décadas de 1970 e 1990, com a implementação crescente das conquistas tecnológicas obtidas pelo avanço da telemática e da computação, a produção capitalista se transformou, na medida em que uma de suas principais dificuldades – a supressão do espaço pelo tempo – ganhou solução. Com essa transformação as cidades foram alvo de um terrível prognóstico: levando em consideração as novas exigências de produção e logística do capitalismo, agora interconectado em tempo real, as cidades estariam fadadas à falência, caso houvesse despreparo material e administrativo para contemplar os novos modelos de negócios em escala mundial e caracterizado por ampla velocidade. Os pré-requisitos para escapar dessa falência, intelectual e mercadologicamente decretada, estão presentes na produção dos *espaços de fluxos*, lógica contemplada pela organização como *valor-de-troca* da cidade capitalista. Ora, se antes da predominância dessa lógica de produção espacial, a cidade não era um bem disponível a todos, a produção de *espaços de fluxos*, no interior das cidades desejosas por posicionamento seguro na ordem globalizada que se estabelece, traz consigo considerável alargamento nas distancias sócio espaciais.

Como premissa principal, a produção da cidade, sob a lógica do *espaço de fluxos*, orienta a construção de lugares, territórios e espacialidades com padrão reconhecível internacionalmente, além da oferta de recursos necessários para o funcionamento do capitalismo globalmente organizado. Sendo produzidos para contemplar um tipo específico de pessoa, o denominado *turista de negócios*, tais localidades, bastante semelhantes entre si, mesmo que espalhadas em diversas cidades ostentadoras do selo de “global”, ou desejanter de tal selo, apresentam um conjunto de signos de fácil leitura para esse cidadão que está “constantemente de passagem” e, ao mesmo tempo, oferece uma paisagem aprazível, domesticada em todas as demais possibilidades de uso. No intento de cumprir com tais pré-requisitos, a adoção de práticas higienistas nessas localidades, e em suas proximidades, é uma constante. O projeto da nova Praça Roosevelt é afinado com esse modo de construir o espaço urbano.

Como já apresentado no primeiro capítulo, a Associação Viva o Centro e, conseqüentemente, as Ações Locais, são sustentadas por agentes imobiliários, declaradamente intencionados em promover a revitalização do centro da cidade de São Paulo sob as orientações da cartilha da Cidade Global. Os teatros e bares que habitam as

adjacências da Praça Roosevelt compõe protagonismo na significação do espaço como pertencente ao circuito boêmio e cultural da cidade. Acreditamos que tal posição confira a esses estabelecimentos certa imunidade visual diante dos problemas relatados pelos moradores, para os veículos de notícia. O mesmo pode ser considerado sobre os eventos culturais, apoiados ou autorizados pela Prefeitura de São Paulo, que constantemente ocorrem no local.

A Roosevelt está contemplada pelo marketing urbano, como se pode perceber ao analisar com maior proximidade as parcerias entre a “Associação Viva o Centro” e a entidade sem fins lucrativos “São Paulo Convention & Visitors Bureau”⁸⁷. Além da posição que os eventos realizados na Praça e os estabelecimentos promotores da vida noturna ocupam nos jornais. A vida noturna da Praça é enaltecida, ofertada, divulgada. Seus ônus ficam invisibilizados por essas agendas. Isso pode ser fator revelador das motivações por trás do intenso empenho em adjetivar a prática do skate como o único e mais cruel inimigo da Praça Roosevelt, por parte de tais veículos; das ações proibitivas direcionadas à prática pelos membros da “Ação Local Praça Roosevelt”; e explicar o sentimento de representatividade falha, frente aos órgãos públicos, percebido pelos moradores que fazem parte do “Amigos da Praça Roosevelt” e compõe suas pautas reivindicatórias com reclamações referentes ao barulho e sujeira consequentes desses usos programados do espaço.

Dentre os recursos demandados pelo capital globalizado, e como tecnologia central à possibilidade de organização mundial desse modo de produção, está a Internet. Castells (1999) traça, em sua obra, o cruzamento existente entre a crescente utilização das tecnologias de comunicação e informática, acessíveis as grandes empresas inicialmente, ao longo da segunda metade do século XX, e o consumo cada vez mais ampliado desses serviços, pelo restante da população. Ponto importante nesse desenho estatístico apresentado pelo autor, diz respeito à localização desses usos, que perduram atualmente, por mais que essas tecnologias tenham passado por processo de intensa popularização. Segundo a argumentação do autor, a disponibilização dos serviços de internet segue as demandas do capital. Os graus de disponibilidade e acesso a esse serviço são matizados por essa régua. A predominância de seu consumo é maior constatada em grandes metrópoles de países mais ricos e seu número de acessos é menor, na medida em que se afasta desses grandes centros. Em cidades e países, com

⁸⁷ <http://www.visitesaopaulo.com/>.

maior grau de organização “global”, a existência dessas tecnologias e serviços se espalha com maior rapidez e qualidade para as demandas de suas populações.

A distribuição material das tecnologias que permitem acesso à internet e a disponibilidade de serviços ofertados para tal acesso recaem sobre o processo de globalização. Trata-se de um processo duplamente vinculativo, mediado pelo capital. Quanto mais internet, mais globalização, quanto mais globalização, mais internet. E como consequência desse processo tecnizador dos meios de comunicação, estão os aprendizados afetivos e técnicos. As disposições referentes ao hábitus de um cidadão que tem como objeto comum de seu cotidiano, a rede, são específicos.

Se por um lado, a Internet é entendida como materialidade tecnológica necessária para a configuração globalizada do capitalismo, por outro tal tecnologia traz consigo um conjunto de potencialidades para a promoção de maneiras específicas de vivência social. Enquanto materialidade envolvida na produção de *espaços de fluxos*, a internet serve aos propósitos de alargamento das distâncias sócio espaciais e imposição verticalizada de experiências urbanas. Mas sua disponibilidade, possível graças ao próprio intento de produzir tal tipo de espaço, também atua como potente ferramenta de reforço à maneira *horizontal* (SANTOS, 2005) pela qual o espaço pode se estruturar, percebida no cotidiano das localidades urbanas. O centro da argumentação é: sob perspectivas diferentes, a disponibilidade tecnológica da internet – uma única via material, que simultaneamente é base da estruturação das políticas de globalização e dispositivo comunicacional –, possibilita tanto a existência dos *espaços de fluxo*, como potencializa – através das formas de se comunicar e dos aprendizados correntes, advindos dessa alteração no entorno tecnológico disponível ao humano – a publicização de sentidos locais dados ao espaço urbano, promovendo ganho de força e autonomia às resistências horizontais que competem cotidianamente contra as imposições verticais de sentido e domesticação pelos usos e ocupações da cidade.

Pelo que foi apresentado, podemos notar a circulação de sentido sobre a praça que ocorre de maneira mais restrita ao próprio espaço física dela, na presença de seus frequentadores e em suas práticas cotidianas que delimitam os lugares da Roosevelt; também nota-se a circulação em alguns jornais e telejornais da cidade de São Paulo, nos quais se forma uma narrativa da praça de acordo com a percepção do jornalista, constrangida em sua própria prática profissional cotidiana e pelas demandas editoriais; e a circulação de sentido da Roosevelt nas plataformas digitais, majoritariamente textualizadas por usuários da praça – de alcance variado de acordo com a plataforma na

qual a narrativa trafega – e condizente com suas percepções e práticas no cotidiano físico.

As conclusões do trabalho concordam diretamente com os apontamentos do GRIS – Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, responsável pela pesquisa “Narrativas do cotidiano: na mídia, na rua”. O grupo elabora uma forma de abordar o processo de midiaticização que busca superar a tendência *midia-cêntrica* dos estudos sobre os meios de comunicação. Isso significa superar a perspectiva de causalidade entre meios de comunicação e conhecimentos sobre o mundo. Dessa forma, para o modelo analítico empregado pelo grupo, os meios de comunicação abandonam a centralidade da mídia como instância comunicativa e derradeira que diz sobre a vida social, e externa a ela. Na mesma medida deixam de ocupar um quadro funcionalista no qual os meios são apenas produtores e propagadores de mensagens. A percepção, portanto, é praxiológica. Diz sobre a inserção dos meios de comunicação numa lógica mais ampla de produção da realidade, na qual eles tanto orientam quanto refletem uma dada realidade e se somam aos elementos constituintes da relação entre objetividade e subjetividade presente nas práticas e formadora das práticas sociais.

Da tentativa de compreender os meios de comunicação, como dispositivo midiático que articulam a produção de sentido, sua manifestação material e textualização, a difusão desses materiais significantes e a incidência deles nas interações e práticas cotidianas, sobressaíram-se “três formulações teóricas mais gerais, sendo elas: a mídia como agendamento e controle de interações; como lugar de experiências; e seu caráter de transmissibilidade e reprodutibilidade” (ANTUNES; VAZ, 2006, p. 48). Essas três formulações são as sugestões que o GRIS lança, para se abordar a relação entre os sentidos que se propagam na mídia e na rua. Para nós, a mais frutífera para a avaliação é a primeira delas.

Agendar significa instaurar processos de convocação e identificação dos sujeitos sociais para uma intensa prosa social e pública. O agendamento implica não apenas dar uma visibilidade (hierarquizada) a determinados acontecimentos, mas ampliar uma certa visibilidade e conferir um reconhecimento público a determinadas práticas. A ‘agenda midiática’ é sobretudo uma arena na qual se digladiam diferentes falas presentes no tecido social. (...) Essa operação de agendar não é uma qualidade do dispositivo, mas sua forma mesma de existência. (ANTUNES; VAZ, 2006, p. 49-50).

Entender a mídia como agendamento, para os autores, não diz respeito a tomá-la como a agenda da sociedade, ou apenas a organização e visibilidade hierarquizadas dadas aos acontecimentos. Ela trás visibilidade hierarquizada, mas a ideia de agendamento aqui é de bolsão de sentido. Isso quer dizer que, além da relação íntima que o dispositivo passa a estabelecer com a estruturação de conhecimento sobre o cotidiano, no reino da doxa, enquanto agenda também passa a ser uma fonte de insumos que exerce atração gravitacional sobre a economia das conversações do dia a dia. A visibilidade dada aos acontecimentos, prevista nessa atração sobre as atenções que consomem produtos midiáticos, confere reconhecimento público a determinadas práticas. Conclusivamente, o trabalho compreende que o sentido é atrelado à prática, o que demanda o exercício de pesquisar sua circulação e tradução ao longo dos vários circuitos possibilitados pela atual configuração tecnológica, para a compreensão dos múltiplos conflitos por espaço e sentido, alimentados pelo crescente número de narrativas destoantes encontradas nos espaços públicos de negociação.

Vivemos em tempos de opinião pública mais fragmentada (Lemos e Levy, 2010), na medida em que se fazem menos homogêneas as grandes narrativas. Isso se destaca nas tensões advindas da relação entre as funções massivas e pós-massivas dos meios de comunicação, vistas como termômetro das reestruturações inerentes ao desenvolvimento da computação social. Em complementaridade a isso, a internet traz consigo a possibilidade de formação de circuitos menores, acessados em nichos, e do entrecruzamento desses circuitos menores com outros maiores. Nisso fazemos uma ancoragem para a circulação das narrativas e a importância dos operadores dos pontos, tradutores dessas narrativas. O jornalista seria compreendido aqui como um dos guardiões da visão de mundo mais ampla e de caráter padronizador. No decorrer do desenvolvimento histórico dessa categoria profissional e da cristalização do status de mercadoria ao produto de seu trabalho, ele deixa de ser uma testemunha da providencia

e passa a ser ele mesmo produtor da atualidade de fatos amplamente

⁸⁸ Segundo relato de Daniel Boorstin: “Mesmo sem sermos teólogos, podemos constatar que nós retiramos de Deus e confiamos ao jornalista a missão de tornar o universo interessante. Tínhamos o hábito de crer que havia no mundo apenas um número fixo de ‘acontecimentos’. Se os fatos destinados a surpreender o leitor ou a estimular sua curiosidade eram raros, certamente não era culpa do repórter: não se lhe podia pedir que falasse do que não aconteceu. Nos últimos cem anos, por outro lado, e sobretudo no século vinte, tudo isso mudou bastante. Doravante esperamos de nossos jornais uma profusão de notícias. Se nenhum acontecimento pode aparecer a olho nu, tampouco ao leitor médio, sempre esperamos que um jornalista audacioso saberá descobrir algum para nós. Um repórter de sucesso deve ser capaz de construir uma história, mesmo na ausência de qualquer terremoto, assassinato ou guerra civil. Se

ele não pode descobrir nenhuma história, então ele deve fabricar uma – seja entrevistando alguém de destaque, seja descobrindo um inesperado interesse humano em algum fato insignificante, seja graças às

consumidos em um contexto de cultura de massas. Algo como um especialista do mundo da vida. Enquanto tal ocupa uma posição privilegiada de mediação, editando e decidindo o que será publicado, o que será fato do cotidiano a ser agregado aos elementos já existentes.

A topologia da rede gerada por essa atividade de mediação é peculiar. Em primeiro lugar, porque ela abriga nós de acumulação. O jornal – e os meios de comunicação de massa em geral – acumula por ter o poder de selecionar e produzir as informações que muitos receberão. Os homens comuns produzem os fatos, mas não podem produzir a notícia. Assim, o jornal acumula porque passa a ser o nó obrigatório de passagem do que pode ser comum a todos. A existência de poucos nós de produção e distribuição acarreta ainda mais canais fixos e fechados de distribuição de informação. Desse modo, a topologia da rede tecida pelo jornalista seria singularizada pela presença de centros, pela informação em comum e por canais fixos e fechados de distribuição de mensagens. Quase ninguém pode emitir mensagens e há pouca diversidade no que deve ser pensado e valorado. A ordem, nesse tipo de rede, é derivada quase que exclusivamente da atividade dos poucos nós privilegiados. (VAZ, 2008, p. 220).

Até antes da internet possibilitar o *upgrade* para a função pós-massiva, era esse um dos mais importantes pontos de conexão entre os vários círculos de conhecimento, responsável por selecionar o que era *bom*, *interessante* e merecia ter destaque, ser publicizado, traduzido dentro de uma grande narrativa. No caso do cenário contemporâneo da Roosevelt, os skatista e os usuários da praça, cibernautas ou empreendedores de mídia alternativa, também abastecem acervos que alimentam a circulação das narrativas, mesmo que não gozem da mesma posição privilegiada como produtores de bens simbólicos. Isso nos dá a dimensão dos vários circuitos que se entrecruzam. Esses demais usuários, sorvendo empoderamento nas potencialidades da internet, apresentam-se também como guardiões de suas próprias narrativas. Tomam de assalto os pontos de tradução que estão ao seu alcance e colocam em circulação os sentidos da praça que suas práticas fomentam. Publicizam-se a si mesmos. Isso permite a criação de bolsões de sentido alternativo que tratam a Roosevelt sob outras mediações.

A visualização numérica das diferentes referências a Roosevelt encontradas nos múltiplos circuitos pesquisados torna possível a interpretação de que, dado o momento de crescimento dos usos da internet no Brasil, a disposição inerente ao skate, de

‘partes ocultas da atualidade’. Se todos esses meios falham, o repórter se vê obrigado a ‘enfeitar’ os fatos conhecidos, de forma a nos propor suas próprias elucubrações, ou ainda suas profecias sensacionais” (BOORSTIN, 2003, p. 4).

produzir conteúdo midiático abordando suas práticas, não apenas acompanhou tal crescimento, mas obteve impacto na publicização de suas formas de ler o espaço urbano, escrever nele e sobre ele. Tal protagonismo autônomo quanto à forma de significar o espaço vem acompanhada da potencialidade de gerar espacialidades (FERRARA, 2008) na urbe valendo-se das ferramentas disponíveis na WEB 2.0.

A partir disso, o que esse entrecruzamento de circuitos e a formação de circuitos menores sob outras mediações implicam? Essa lógica de circulação das narrativas traz expansão ao conflito que se circunscreve no perímetro local da praça. A publicização dos variados sentidos e lugares da Roosevelt afeta o espaço da praça e sua sociabilidade. A maior acessibilidade de diferentes narrativas aos espaços reconhecidos de disputa, portanto, aos espaços públicos, garante a legitimidade da presença dessas diferentes falas nesse espaço. Ela imprime maior democratização à resolução de conflitos pelo espaço urbano. Esse espaço é reconhecido por seus presentes e significado de acordo com os diferentes circuitos de narrativas, trazendo a tona, na verdade, lugares diferentes nesse mesmo espaço.

Como já discutido anteriormente no trabalho, a produção do espaço é perpassada ideologicamente, entretanto, o espaço não é imutável – principalmente o espaço urbano público –, tanto em sua dimensão física quanto simbólica. E mesmo quando sua construção intenciona impor determinada domesticação que oriente seus usos e funções, o engessamento previsto costuma fracassar. Esse fator é uma das principais dificuldades pelas quais passam qualquer intervenção na materialidade urbana. A previsão dos usos e funções de determinado espaço no momento da elaboração de um projeto, pautando-se em uma ciência da cidade (LEFEBVRE, 2001), que a recorta em áreas do saber específicas e isola suas partes dos vários contextos urbanos existentes, pode acarretar em grandes frustrações para o projeto, proporcionais à imprevisibilidade do processo de produção de história das coisas, à ausência do entendimento de que o espaço é também formatado pelos usos que se instauram nele – totalmente imprevisíveis, uma vez que as limitações para práticas cotidianas trazidas pela matéria da urbe surgem na medida em que é construída uma história dos usos do espaço, o que ocorre após a execução do projeto e conseqüente confecção do espaço –, pelo contexto urbano no qual o espaço é construído e pela história dos usos da cidade (FERRARA, 2009).

A marcante presença imagética potencializou o delineamento das fronteiras simbólicas que passaram a recortar a Roosevelt com a intensificação de seus usos e das

diversas presenças que vieram a ocupar o espaço. A nova economia dos corpos engendrada na Praça, que agora supera a antiga dominância da presença “marginal” e “perigosa”, exige de seus presentes posicionamento e reconhecimento, além de tornarem público os territórios fixados pelas presenças e em constante disputa e negociação por sua legitimidade nos espaços públicos e digitais. Essa disputa, aparentemente circunscrita na localidade da praça, impõe à tentativa domesticadora presente no projeto de revitalização embasado na ideologia da Cidade Global, constante negociação pública. A multiplicidade de personagens e narrativas, mesmo que de maneira impremeditada, uma vez que os usuários e frequentadores do cotidiano da praça não apresentam conhecimento declarado a respeito da instância superior do conflito no qual estão inseridos, terminam por formar uma resistência heterogênea e comunicacional, frente às imposições verticais das políticas de globalização. O sentido que se pretende dar a Roosevelt, com a utilização da cartilha oferecida pelo *Marketing Urbano*, esbarra na vitalidade da praça. E como resultante das negociações pelas quais esse sentido é obrigado a realizar, não consegue revestir esse espaço, urbano e público, à sua maneira e sem perdas. A Roosevelt continua ofertada como equipamento “global”, mas não sem apresentar publicamente, seja por circuitos massivos de comunicação, seja por circuitos pós-massivos, os demais sentidos que seu espaço comporta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais dificuldades na construção do olhar que se aplicou a Praça Roosevelt foi o de manter sempre a vista o local de onde se formulou a problematização e, conseqüentemente, delineou o objeto. Que local seria esse? Trata-se de um local de fronteira disciplinar, entre a Comunicação e a Sociologia. Isso inevitavelmente envolve uma questão mais básica de cunho epistemológico. Como, nesse trabalho, a convergência das disciplinas Comunicação e Sociologia foi considerada. Lucrécia Ferrara (2008) aborda o problema da construção de conhecimento científico nas Ciências Sociais e na Comunicação a partir da dificuldade encontrada pela última de reconhecer-se como campo científico autônomo. Para a autora, um dos grandes desafios da disciplina, nesse tópico, vem do impasse atrelado ao esforço de se estabelecer uma epistemologia própria a Comunicação em um diálogo interdisciplinar constante, sem que, com isso, seja formulada uma diretriz disciplinar baseada na simples sobreposição de paradigmas originários das áreas conexas com as quais se dialoga. A consequência disso se reflete na dificuldade de definição do objeto da Comunicação, um objeto que se apresenta como fluido devido à partilha de sua definição entre outras áreas. O que torna dificultosa a elaboração de esquematizações que se aproximem de um exercício laboratorial, ou torna ameaçadora uma pretensa operacionalização metodológica pautada em arbitrariedades paradigmáticas amplamente aceitas e definidas exclusivamente no interior das fronteiras da disciplina. A autora é precisa ao apontar a tautologia na qual o debate e o esforço de definição epistemológica em prol de um objeto bem definido que pudesse conceder autonomia ao campo podem ser enredados:

Dessa dificuldade decorrem duas constantes que entendemos como tautológicas, embora, aparentemente, se apresentem como distintas. De um lado, há a quase impossibilidade de uma elaboração epistemológica da comunicação, porque seu objeto se apresenta dividido e exige a partilha do seu domínio com outras áreas, de outro, e quando a área se decide pela elaboração daquela epistemologia, procura-se configurá-la através de uma interdisciplinaridade que, de alguma forma, honraria a partilha anterior. [...] Ante essas duas dificuldades, a comunicação enfrenta, ao mesmo tempo, obstáculos de ordem epistemológicas e metodológicas e, sobretudo, a dificuldade de criar um objeto, manipulado e manipulável pelo ponto de vista arbitrário de paradigmas acordados a priori. (FERRARA, L., pp. 178-179, 2008).

Não pareceu ser uma opção viável buscar os fundamentos epistemológicos da Comunicação a partir de um exercício de purificação do objeto, que produza uma

epistemologia no apartamento do diálogo com outras disciplinas conexas em sua base formativa. Recorrer a purificação pode ser tão esterilizante para a produção de conhecimento científico, quanto o apelo indiscriminado a interdisciplinaridade sem que se problematize o local da disciplina na conjugação dos paradigmas conexas. Desse modo, acreditamos não ser cientificamente produtivo considerar como Comunicação o exercício que se proponha a observação e análise exclusivas de relações mediadas por meios de comunicação, valendo-se do esquema “emissor, canal, receptor”, sem que seja esse um esforço balizado por conhecimentos acerca de relações humanas produzidos em outras disciplinas, como a psicologia, a antropologia ou a sociologia. O máximo que se pode fazer com os resultados extraídos de um esforço como esse é descrever. Sendo o interesse da investigação, o entendimento das relações humanas mediadas por técnicas ou tecnologias de comunicação, o produto seria uma descrição ou constatação funcional, direcionando assim o conhecimento produzido para uma esfera técnica e tecnológica, suprimindo sua capacidade explicativa. De forma semelhante, a adoção indiscriminada da ideia de interdisciplinaridade, uma aproximação necessária à disciplina para que não se incorra na purificação tecnizante do conhecimento produzido e devido a característica partilhada do objeto, apresenta o perigo de se deixar perder de vista a Comunicação, fazendo com que ela seja instrumentalizada pelas disciplinas com as quais se pretendeu dialogar na confecção do objeto, de questionamentos e explicações. Nesse caso, a manipulação instrumental também incorre na apresentação de constatações e descrições funcionais como resultado para as questões propostas pela Comunicação trabalhada dessa maneira, atendendo melhor as expectativas de explicação atrelada às áreas conexas que fizeram da Comunicação um meio. Nesse caso, é muito alta a chance da disciplina ser transformada em instrumento funcionalmente manipulável para fins que não dizem respeito à Comunicação. Esse desafio oferecido pelo campo da Comunicação necessariamente desafia as áreas conexas com as quais se deve dialogar. Para Ferrara (2008):

Entende-se que as relações sociais estudadas pela comunicação são aquelas por ela patrocinadas, ou seja, são relações sociais comunicativas de natureza vinculativa entre os pólos do emissor e do receptor que promovem a interface, a hibridização entre eles, e obrigam a comunicação a contextualizar-se como ciência complexa, porque aderente àquele objeto vinculativo que seria, tanto mais múltiplo e instável, quanto mais comprometido com as características vinculativas da comunicação. Em sentido contrário e paradoxalmente, as relações estudadas pela comunicação são aquelas por ela

patrocinadas, ou seja, são relações sociais comunicativas, vinculativas entre pólos do emissor e do receptor, mas tão complexos, múltiplos e instáveis quanto mais tecnologicamente comunicativos e vinculativos. Nessa instabilidade e movimento, as propriedades e autonomia do campo científico da comunicação colocam, paradoxalmente, desafios epistemológicos para as ciências sociais e para a tecnologia, contaminando o exclusivo domínio do objeto científico que poderia ser próprio delas. (FERRARA, L., pp. 180-181, 2008).

É um desafio que diz respeito à posição de indefinição do objeto da Comunicação. O objeto da Comunicação apresenta, para Ferrara (2008), a constante da mutabilidade. Uma vez que se trata de um objeto partilhado e, portanto, localizado no cruzamento fronteiro entre áreas conexas, sua definição parte do diálogo e tomada de posição a partir desses encontros. Para a autora, a relativa autonomia do campo da Comunicação ganha força na tomada de posição crítica que deve ocorrer na construção caso a caso desse objeto fluido e dialógico. A partir dessa consideração, como se deu o diálogo? De que maneira ocorreu a contaminação dos domínios científicos conexos? Considerando que disciplinas como Sociologia e Antropologia se preocupam com a objetivação da mediação social, e que o referido social, pelo entendimento dessas disciplinas, não se faz isoladamente, mas apenas coletivamente, em que medida as interrogações referentes às preocupações da Comunicação podem entrar em diálogo na delimitação do que seria o componente social abordado pelas Ciências Sociais, sem, com isso, se estabelecer uma relação hierárquica entre as abordagens, e conseqüentemente um exercício de purificação desses componentes – social e comunicacional? De outra maneira, para a formação do aparato mediador, o componente social, é necessário mais do que uma unidade de humano. O componente social é um produto das vinculações comunicativas entre humanos, na mesma medida em que também orienta e possibilita essas vinculações. Nesse sentido, a linguagem surge como componente chave no estabelecimento de vinculações comunicativas e relações simbólicas com o mundo, ao mesmo tempo em que também é corpo, técnica, tecnologia e meio de comunicação; então se pode dizer que a mediação social só existe enquanto produto de uma comunicação social, na mesma medida em que a comunicação social é, ela mesma, um produto da mediação social? Dado esse nó górdio, acreditamos que esses dois componentes são produtos de si mesmos e desatá-los resultaria em perda. Não acreditamos que esse trabalho foi capaz de fornecer respostas epistemológicas para essas questões que se apresentaram no decorrer da confecção da pesquisa, no entanto, foram essas questões as responsáveis pela orientação da forma como o objeto foi

delimitado e interpelado. Essa constatação alcançada passa longe da intenção de produzir qualquer resposta própria e forte quanto à autonomia do campo da Comunicação ou sobre como se deve estabelecer o caminho de contaminação crítica do “domínio sobre o objeto” encontrado nas Ciências Sociais ao tratar a relação entre os campos de forma dialógica. De toda maneira, seguiu-se em concordância com os apontamentos de Ferrara (2008):

Desse modo, a definição desse objeto pouco contribui para a autonomia do campo científico da comunicação; ao contrário, caracteriza-o como heteróclito. Um obstáculo à definição do campo científico e um desafio para a produção constante de uma performance que não se reproduz metodologicamente, mas se revela sempre nova e estimulante a cada investida científica. Um campo científico esgarçado na rede da sua produção científica e sempre novo a cada definição de um objeto indeciso: daí decorre uma imprescindível epistemologia construída no avesso dos parâmetros tradicionais, porque se define pelas e entre as rupturas daquilo que se considera a autonomia de um campo científico, visto que programado pelos paradigmas que fabricam um objeto *prêt à porter* e maleável. Porém, é o desafio desse paradoxo que constrói a estimulante realidade da comunicação como campo científico que se obriga a rever, a cada produção científica, seu acordo de opiniões. Um campo científico que se auto-organiza, à medida que reorganiza seu movente objeto; seu poder é frágil e sem a defesa de paradigmas institucionalizados mas, talvez exatamente por isso, propício a uma real transdisciplinaridade que se faz, não pela justaposição entre paradigmas interdisciplinares de campos vizinhos, mas se processa através da revolução daquela hierarquia disciplinar e, sobretudo, pela implosão dos seus paradigmas. Nesse confronto entre fragilidades, se escreve a epistemologia da comunicação. (FERRARA, p.182, 2008).

Partindo desse entendimento procurou-se construir o núcleo do objeto a ser estudado, o Espaço, sem o estabelecimento de qualquer prerrogativa hierárquica para sua definição e para a definição do olhar que se lançou sobre ele em conjunto com um esforço constante para que não se perdesse de vista a Comunicação e a Sociologia. Esse foi um dos grandes desafios desse trabalho a que se fez referência no início dessa sessão. O Espaço como objeto de interesse científico apresenta como uma de suas características a indefinição. Não se delineia o Espaço de maneira exclusiva, autônoma e legítima no interior de um único campo científico que se caracterize pelo domínio desse objeto. Pode-se tratar o Espaço a partir de uma perspectiva filosófica, física, geográfica, histórica, arquitetônica, sociológica e comunicacional, citando alguma das áreas que constituem afinidade com o objeto. E citando alguns exemplos, nesse conjunto de áreas, o Espaço pode ser delineado como a priori sensível; como

componente físico bruto, disponível para utilização e indispensável à existência material; como suporte funcional da vida humana, um recipiente para as práticas e realizações que incidem construtivamente sobre ele; como linguagem a ser lida etc. Para os interesses do trabalho, que se apresentaram no caminhar de sua produção, a delimitação do núcleo duro da pesquisa considerou o Espaço como objeto existente no cruzamento de conceitos advindos da Comunicação e da Sociologia. A escolha desse caminho para a definição do Espaço veio das formas de se problematizar encontradas nas perspectivas produtoras desses conceitos. Honrando os interesses pertinentes às disciplinas Comunicação e Sociologia, esse conjunto de conceitos problematiza o Espaço de forma a não considera-lo um a priori sensível e um inerte utilitário. Foge-se, assim, do exercício descritivo a respeito das construções no Espaço e de considerações que o entendem como um inerte disponível para o uso, comumente encontrados em estudos arquitetônicos e urbanísticos de matriz funcionalista, procura-se adentrar nas interrogações referentes à construção do Espaço colocando-o como conceito historicamente formulado e operacionalizado, bem como parte considerável dos reflexivos movimentos de interdependência, significação das práticas que se localizam espacialmente. Isso concedeu ao Espaço maior importância política e pois chamou atenção para suas propriedades simbólica, dinâmica e comunicativa. Consequentemente, essas propriedades se refletem na produção da materialidade urbana.

...Se fizermos um esforço relacional no sentido de retirar o espaço do território acomodado ou utilitário onde o colocou o conhecimento tradicional, será possível entendê-lo como objeto que se consolida, não só nas suas dinâmicas relacionais que supõem construção e organização, mas também, nas lembranças, memórias, trabalho, subjetividades, afetos, sociabilidades, apropriações e rotinas que ele próprio agencia ou cria e com os quais se confunde. Desse modo, vemos que ele se consolida nas suas materialidades e deixa de ser inerte, mas sujeito a internas modificações que interferem no modo como o homem constrói a vida e se apropria da natureza e do meio físico ou manufaturado. Nesse caso, o espaço é, ao mesmo tempo, cenário e ator da vida no mundo, porém não se apresenta diretamente, ao contrário, faz-se presente através de espacialidades e, sobretudo, através das relações que se pode estabelecer entre as suas diferentes manifestações. (FERRARA, pp. 191-192, 2008).

Delinear o Espaço dessa maneira e interpela-lo por meio da pesquisa empírica exigiu uma postura específica. Tendo em vista que a problematização do trabalho envolveu a investigação da dinâmica entre os territórios, lugares e espacialidades

conformados no imbricamento entre políticas urbanas, vicissitudes históricas, relações com as propriedades comerciais e residenciais e do cotidiano da peculiar economia dos corpos engendrado na atual formação arquitetônica da Praça Roosevelt, o foco da investigação ficou centralizado na busca pelos marcadores que indicassem essa dinâmica, necessariamente comunicacional, de acordo com o conjunto conceitual eleito como ponto arquimédico. Para atender a exigência realizada pelo objeto e em acordo com o contexto da Praça apresentado pelo campo e denominado como conflituoso, buscou-se constituir, reflexivamente, uma janela heurística singular que permitisse acesso às relações com o espaço da Praça Roosevelt.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Chris. *A cauda longa: Do mercado de massa para o mercado de nicho*. São Paulo: Makron Books/Editora Campus, 2006.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. *Mídia: um aro, um halo e um elo*. In: GUIMARÃES, Cesar; FRANÇA, Vera (org.). *Na Mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BAUER, W. Martin. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, W. Martin; GASKELL, Georg. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995

BOORSTIN, Daniel. *L'Image*. Union Générale d'Éditions, Col. 10/78. Paris, 1971. Trad. L.C Martino, fotocópia, Brasília, 2003.

BRANDÃO, Leonardo. *De Jânio Quadros a Luiza Erundina: uma história da proibição e do incentivo ao skate na cidade de São Paulo*. Projeto História, São Paulo, n. 49, pp. 293-326, Abr. 2014.

CALDEIRA, J. Marques. *A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade*. Campinas, 2007.

CANCLINI, Nestor. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

_____. *Antropologia da comunicação visual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*; v1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Adriano; PAOLI, M. Celia. *A Cidade e a “esfera pública plebeia”: conexões*. In: PORTA, Paola (org.). *História da Cidade de São Paulo, v3.: a cidade na primeira metade do Século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, L. John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios: Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FERRARA, Lucrécia. Comunicação Espaço Cultura. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. A estratégia dos signos: linguagem/espaço/ambiente urbano. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Espacialidades do espaço. In: FERRARA, Lucrécia (org.). Espaços Comunicantes. São Paulo: Annablume; Grupo ESPACC, 2007.

FERREIRA(a), J. S. Whitaker. São Paulo: o mito da cidade global. São Paulo, 2003.

FERREIRA(b), J. C. Maturano. Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público. São Paulo, 2009.

FREHSE, Fraya. O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991

HABEMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: RBCS Vol. 17 n° 49, Junho/2002.

_____. Localizando o espaço público: gentrification e cultura urbana. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 83, Dezembro/2008.

LEMOS, André. Celulares, funções pós-massivas, cidade e mobilidade. In Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.2 n.2 julho/dezembro de 2010, pp. 155-166, <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe>. ISSN 2175-3369.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

SIMMEL, Georg. Sociologia. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

MACHADO, Giancarlo M. Carraro. De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- PALMA, Daniela. A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço público. São Paulo, 2010.
- PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, W. Martin; GASKELL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PUHL, P. Regina; ARAÚJO, W. Fernandes. YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. Revista FAMECOS. Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 705-722, set./dez. 2012.
- ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, W. Martin; GASKELL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no.16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005 ISSN 1515-3282.
- SASSEN, Saskia. A cidade global. In: L. Lavinas et al. (orgs.). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo, ANPUR/HUCITEC, 1993.
- _____. New frontiers facing urban sociology at the Millennium. The British Journal of Sociology. Volume 51, Issue 1, pages 143–159, March 2000.
- _____. Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SIMMEL, Georg. Sociologia. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- THRALL, Karin. Cidade: da ecologia à comunicação. In: FERRARA, Lucrecia (org.). Espaços Comunicantes. São Paulo: Annablume; Grupo ESPACC, 2007.
- VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. In: MARTINS, Francisco; SILVA, Juremir (Org.). A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- YAMASHITA, K. Yumi. Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas. São Carlos, 2013.

7. ANEXO



Figura 15 – Marquise do Parque Ibirapuera.



Figura 16 – Klaus Bohms remando, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 17 – Borda de concreto, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 18 – Rod saltando sobre a escada “mirim”, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 19 – Luan de Oliveira executando manobra na “45”, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 20 - Luan de Oliveira saltando rampa de acesso, parte de baixo da Praça Roosevelt.



Figura 21 – Lucas “Stopa” Rabelo utilizando corrimão duplo, parte de baixo da Praça Roosevelt.



Figura 22 – Manobra no banco de madeira, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 23 – Skatista e frequentadores, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 24 – Salto na noite, parte de cima da Praça Roosevelt.



Figura 25 – “São Paulo incentivando a disputa pelo espaço público #praçaroosevelt #spdowntown @Praça Franklin Roosevelt”. Fonte: Twitter.



Figura 26 – “Menina passa com seu skate em frente a placa de proibição localizada junto ao espaço da Guarda Civil Metropolitana (GCM) da Praça Roosevelt”. Fonte: sítio eletrônico de notícias UOL⁸⁹.

⁸⁹ <http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/esporte/2013/09/28/skatistas-ignoram-placas-de-seguranca.htm#fotoNav=11>.



Figura 27 – Monica Torres e Guilherme Abe saltam banco em frente à placa informativa de restrição da área para prática do skate.

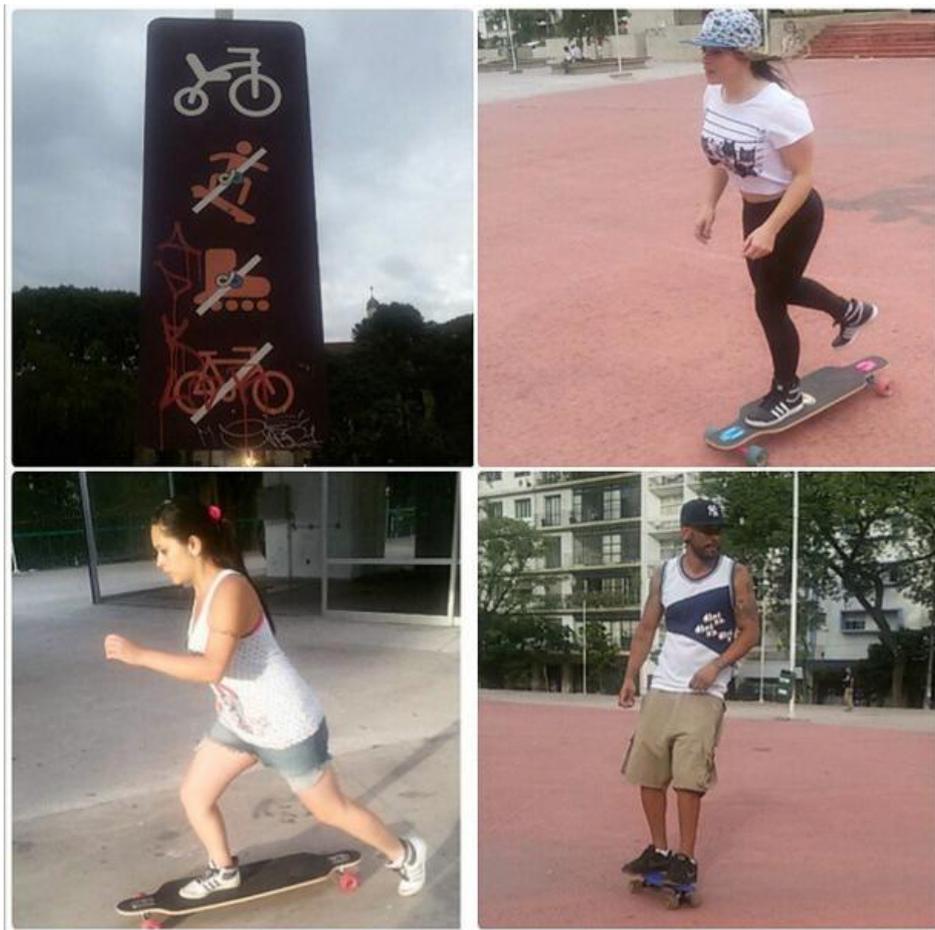


Figura 28 – “É proibido? Nem ligamos falaí jprogetti e adrianaduartheadry #praçaroosevelt #sampa #sp011 #sãopaulo”. Fonte: Twitter.

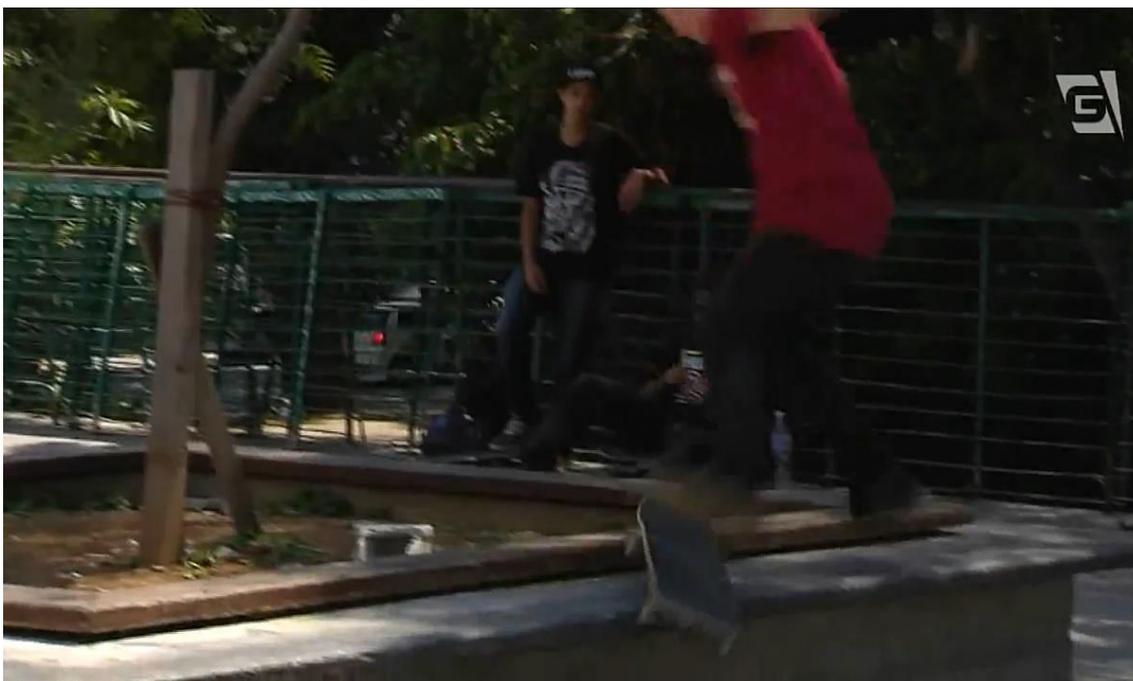


Figura 29 – Taboas removidas do banco, parte de baixo da Praça Roosevelt.



Figura 30 – Monica Torres deslizando sobre mureta coberta por parafina, parte de cima da Praça Roosevelt.

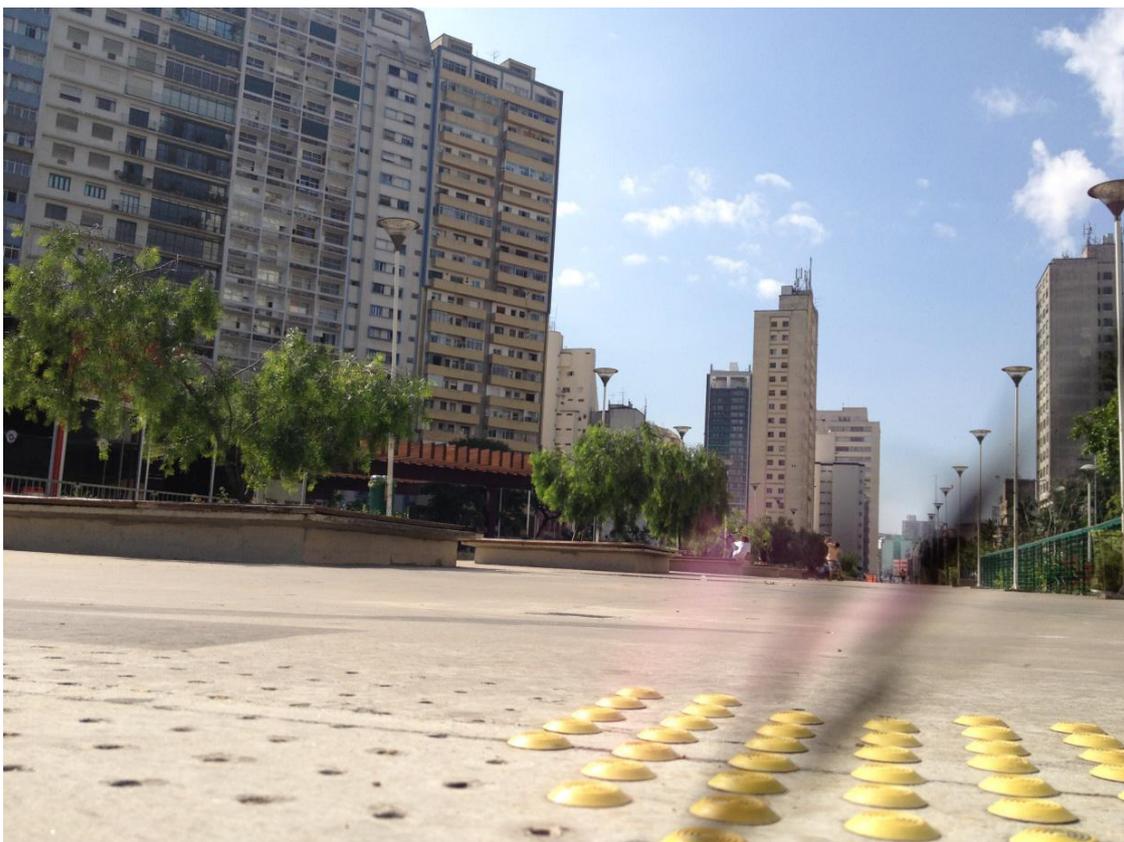


Figura 31 – Pinos anti-escorregantes removidos para facilitar saltos com skate sobre a escada de acesso a parte de baixo da Praça Roosevelt. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 32 – Corrimão duplo com tinta desgastada pelo intenso uso como obstáculo, parte de baixo da Praça Roosevelt.

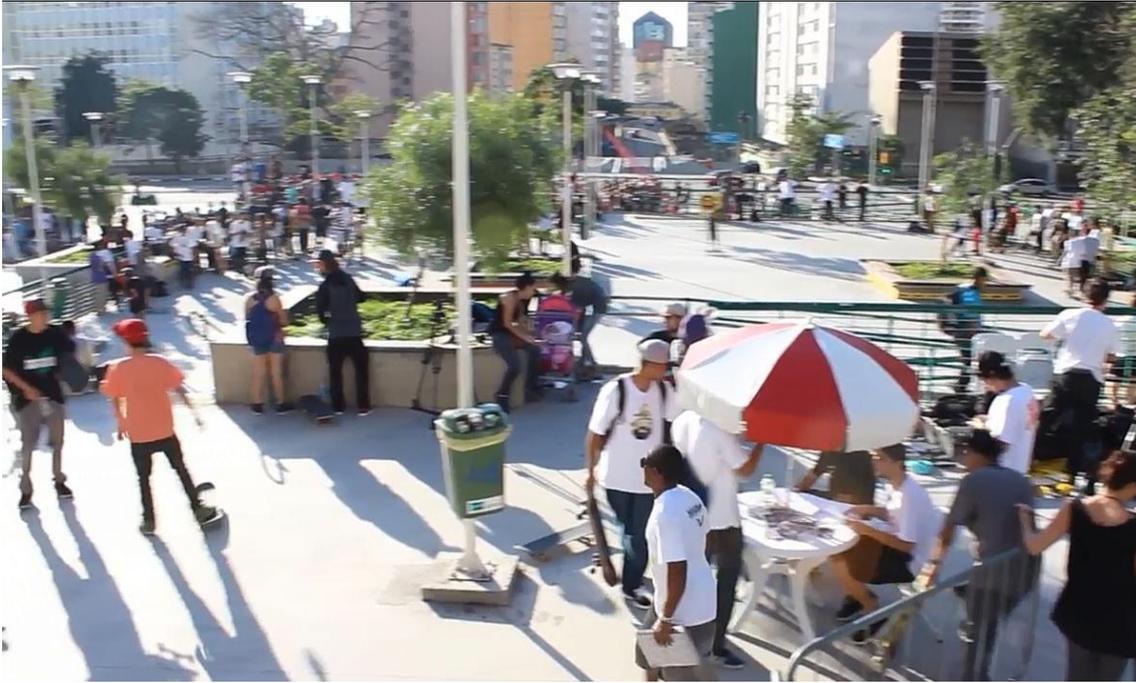


Figura 33 – Presentes no evento “Crail Skate Livre” de 2013, visão da parte de baixo da Praça Roosevelt.



Figura 34 – Banco com borda de metal sendo utilizada durante o campeonato DC Invitational.



Figura 35 – Mureta similar a antiga mureta de mármore, sendo utilizada durante o campeonato DC Invitational.



Figura 36 – Corredor de público, fotógrafos e cinegrafistas.



Figura 37 – Mar de público formado no DC Invitational.



Figura 38 – Cinegrafista skatista registrando manobra.



Figura 39 – Trio de skatistas e seu cinegrafista registrando a sessão. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 40 – Passeio com animais de estimação. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 41 – Encontro de ciclistas na Praça Roosevelt, ocorrido em 2013. “#fixaolimpiadas #praçaroosevelt @Praça Franklin Roosevelt”. Fonte: Twitter.



Figura 42 – “Sessão Matinal na Praça Roosevelt”. Fonte: basebmx.com⁹⁰.

⁹⁰ <http://basebmx.com/2015/01/>.



Figura 43 – Rua e escadarias repletas de frequentadores. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 44 – Rodinha sob pergolado. Fonte: arquivo pessoal.

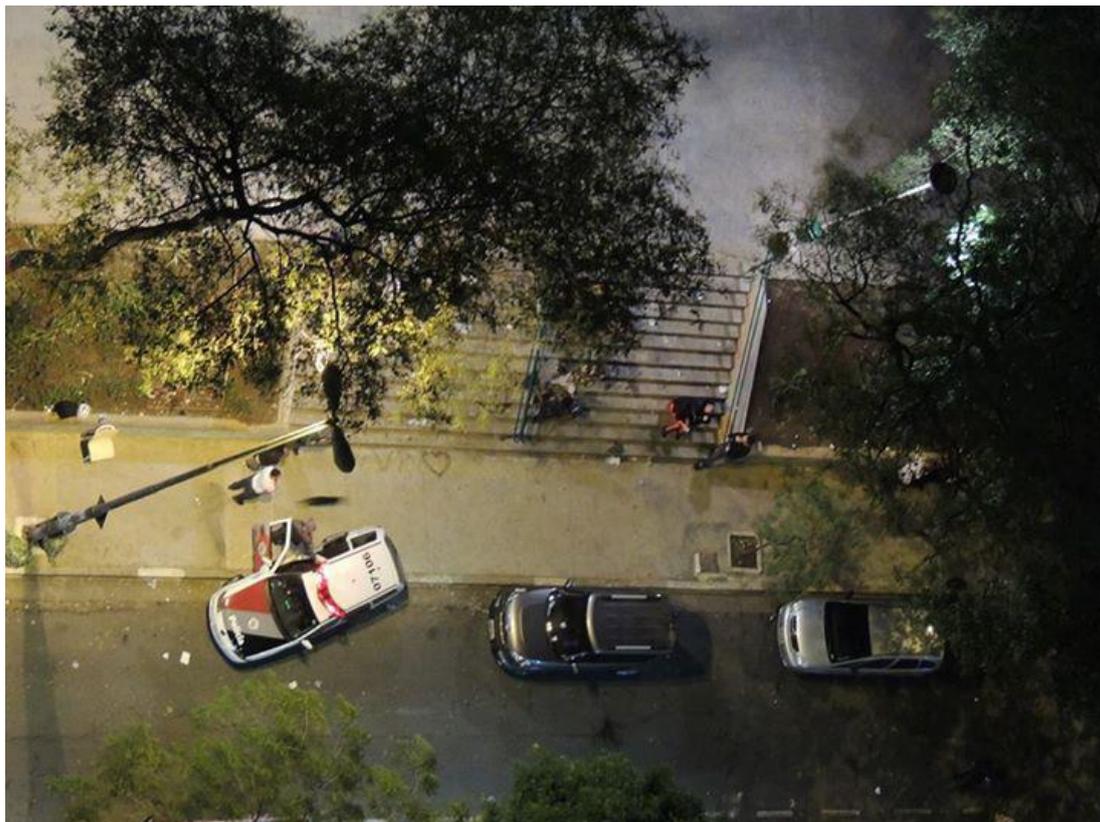


Figura 45 – Policia abordando usuários da Praça. Fonte: *Facebook*, grupo “Amigos da Praça Roosevelt”.

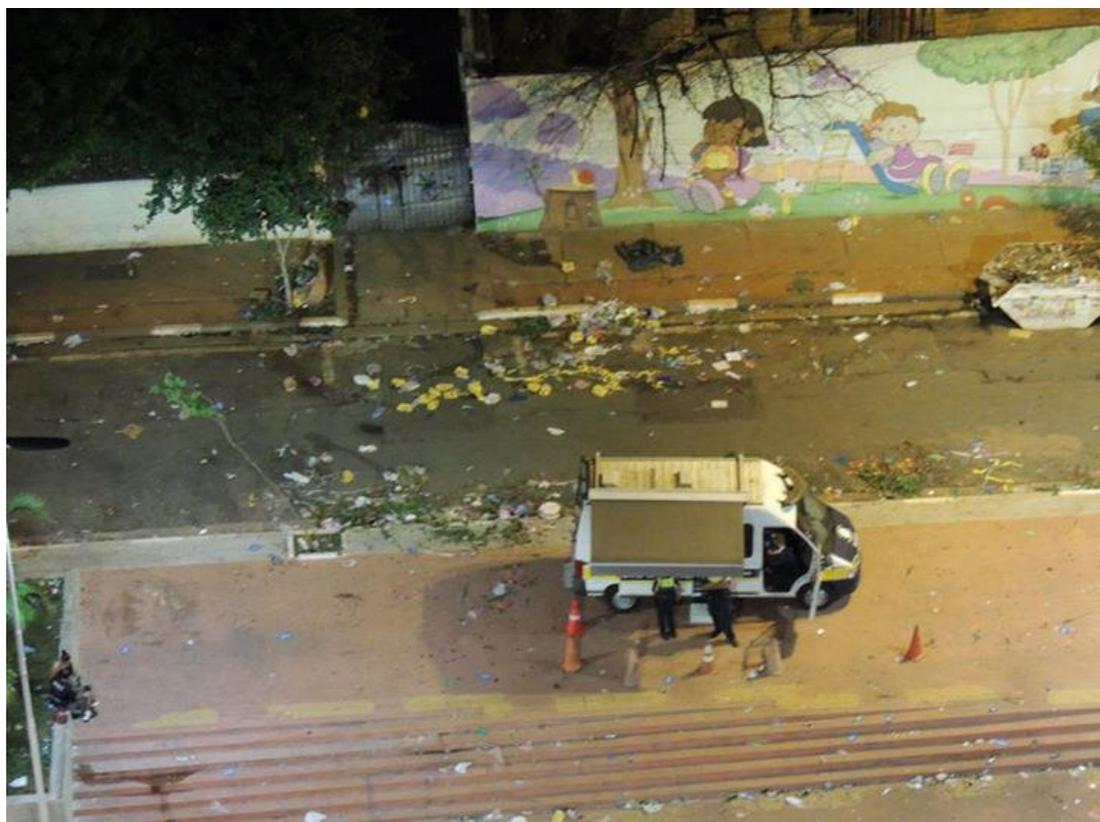


Figura 46 – Lixo deixado após evento. Fonte: *Facebook*, grupo “Amigos da Praça Roosevelt”.